59

1835 1935

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:
ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO - PÔRTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente:
Dr. Francisco Rodolfo Simch.
Vice-Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Secretário Perpétuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Dr. Leonardo Macedonia.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Prof. Jorge Bahlis.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

III TRIMESTRE

ANO XV

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1935
OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE
— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE
= 1935 =

Centenario Farroupilha

Soleniza o Rio Grande a data maxima da sua vida histórica. Avultam á distância os perfis de seus heróis, nimbados de glória. E surgem os fastos guerreiros que os imortalizaram, destacando-os na galeria dos grandes vultos nacionais. O país inteiro, conhecendo-os melhor, recebe-os, também, para a sua consagração justa. Os estudiosos do Rio Grande, os homens enamorados da glória do pago, os pesquisadores beneditinos, realizaram o milagre de desfazer lendas creadas e evidenciar a verdade sôbre os intuitos que levaram êsses paladinos de uma idealidade superior, pela Patria e pela nacionalidade, a terçar, em duras refregas de dez anos, as suas armas invencíveis, manejadas com bravura e nobreza de sentimentos.

E ficam bem êsses arautos da fé republicana, emoldurados pela admiração nacional. Embora combatendo as hostes valentes do Império, que também lutavam por princípios respeitáveis e nada lhes cediam em bravura e cavalheirismo, os **farrapos**, crescem na história do Brasil, como vehiculadores do revolucionarismo nacional, que vem das horas primevas da formação brasileira. Houve, em todas as épocas, desde as mais afastadas, um sopro de rebeldia e um anseio construtivo, que vinham do substractum das camadas populares, por um estado social mais compativel com as aspirações gerais da humanidade, trabalhada por novos ideais que surgiam em todos os quadrantes do mundo. Êsse refrexo projetara-se em varias regiões do vasto território que

Centenario Farroupilha

Soleniza o Rio Grande a data maxima da sua vida histórica. Avultam á distância os perfis de seus heróis, nimbados de glória. E surgem os fastos guerreiros que os imortalizaram, destacando-os na galeria dos grandes vultos nacionais. O país inteiro, conhecendo-os melhor, recebe-os, também, para a sua consagração justa. Os estudiosos do Rio Grande, os homens enamorados da glória do pago, os pesquisadores beneditinos, realizaram o milagre de desfazer lendas creadas e evidenciar a verdade sôbre os intuitos que levaram êsses paladinos de uma idealidade superior, pela Patria e pela nacionalidade, a terçar, em duras refregas de dez anos, as suas armas invencíveis, manejadas com bravura e nobreza de sentimentos.

E ficam bem êsses arautos da fé republicana, emoldurados pela admiração nacional. Embora combatendo as hostes valentes do Império, que também lutavam por princípios respeitáveis e nada lhes cediam em bravura e cavalheirismo, os **farrapos**, crescem na história do Brasil, como vehiculadores do revolucionarismo nacional, que vem das horas primevas da formação brasileira. Houve, em todas as épocas, desde as mais afastadas, um sopro de rebeldia e um anseio construtivo, que vinham do substractum das camadas populares, por um estado social mais compativel com as aspirações gerais da humanidade, trabalhada por novos ideais que surgiam em todos os quadrantes do mundo. Êsse refrexo projetara-se em varias regiões do vasto território que

a coroa portuguesa dominava. Ao princípio receberam-no os espirítos mais elevados, as camadas mais altas da sociedade. E vimo-lo surgir entre os letrados, das academias que se formam, dos seminarios que se fundam, entre os quais sobreleva notar êsse admirável viveiro de grandes pensadores e homens de ação que foi o de Olinda, de onde surgiram os mais ardentes conspiradores pelo idealismo republicano. Padre Roma, Frei Miguelino, Frei Caneca, ideologos admiráveis de um credo mais humano e mais cristão, que vão procurar na essencia divina das cousas o fundo da liberdade humana, sob o simbolo da igualdade e da fraternidade, trinomio fundamental da felicidade entre os homens.

Carregavam já um antigo patrimônio que vinha de todas as lutas do passado, das fontes mais puras que dessedentaram os homens da Inconfidência, poetas, sonhadores e soldados, construtores de uma nova ordem social sôbre a qual devia repousar as bases da nacionalidade em formação. Vencidos pela força material e pelas contingencias do próprio meio, deixaram, porém, no terreno propicio a receber cultura mais ampla, a semente que não tardará frutificar.

E' quando, depois de uma farta dissiminação de idéias superiores, por causas aparentes que encobriam as verdadeiras raizes já profundas na conciencia coletiva do Rio Grande, erguem-se, nas pampas, vibrando ao toque dos clarins guerreiros êsses pugilos de centauros, fortes e ousados, que reatam os fios partidos da ideologia nacional.

O **Farroupilha** é um élo de uma corrente que se partira. A sua bravura, a sua tenacidade, o fervor conciente de seu idealismo, reatam-na. Singulariza-se, no meio ambiente, pelos seus feitos heroicos, que nada mais são do que a continuidade da sua vida aventureira de gisador de fronteiras e de atalaia da própria nacionalidade. Quer se ver nele a influência ideologico de fatores alienigenas, quando, estudado á luz da verdade, nada mais é do que um simbolo da fôrça imanente da própria nacionalidade em formação, o rastreador de formulas mais belas e mais condicentes com a sua própria indole construtora de batalhador intemerato.

Separação—República—Federação. A revolução gravita dentro dessa formula. Mas, a Separação é um meio imprescindivel, traçado por um oportunismo necessário, para atingir os fins que colima. Surge naturalmente, das condições impostas pela própria luta. A República, é a forma liberalissima vasada pela democracia, para galgar o objetivo precipuo, que é a Federação. E é por êsse sonho que se batem nos campos do Rio Grande.

O ciclo farroupilha é a epopéia da nacionalidade. Sim, da nacionalidade, porque confundia todos os elementos de diversas regiões, dentro do Continente, na mesma aspiração. Se foram admiráveis os riograndenses, o povo em geral, defendendo, valorosamente, êsses princípios, não o foram menos, os filhos de outras províncias que se integraram aos heroicos gaúchos, na cruzada homerica. 35 foi o foco irradiador de todas as rebeldias, de todas as bravuras, de todas as competições sopitadas pelo ferreo despotismo dos tempos. Traço entre duas idades que se pronunciam nitidamente, poude formar uma conciencia genuinamente nacional. E como era nacional, no momento em que a nacionalidade sentiu-se chocada pela ameaça de uma agressão estrangeira, o farrapo, orgulhoso e forte, vencedor e gloriosa, depoz as armas que terçara contra o Império para sopesar a lança gloriosa das suas tradições brasileiras e foi, nos campos de batalha, como sempre, o vanguardeiro do Brasil.

Evocação ao Rio Grande

(Especial para a Revista do "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

FERNANDO CALLAGE

Evoco-te, terra adorada! Evoco-te neste dia luminoso em que tremulaste nas verdes coxilhas, o teu sagrado lábaro de fé, de liberdade, de amor e de civismo!

* * *

Evoco-te, bendita terra natal! Solo palmilhado por tantas gerações de bravos que conquistaram, palmo a palmo, todo o território continentino e que demonstraram através do sangue das batalhas, o valor de uma raça capaz de todos os sacrifícios e de todas as vitórias!

* * *

Evocando-te, nest'hora cívica de saüdade e de lembrança, de honra e de glória, eu vejo através da minha cinemática visão, os teus amados vultos passarem, luminosos uns, gigantescos outros, todos pontilhados com o mais extremado amor cívico — a tua grandeza imperecível!

* * *

Neste tropel de heróis legendários, nesta marcha clangorosa de imagens redivivas, eu bem sinto como é extraor-

dinária a tua coorte de bravos — bravos que surgem do mais remoto passado, trabalhando, lutando e morrendo pela tua glória imortal!

* * *

Desde a Colônia do Sacramento até a fundação de S. Pedro do Rio Grande, por Silva Paes, que a tua história vem sendo feita de sacrifício, de sangue, de revolta, de amor e de bravura.

* * *

Aquí, é o padre Roque Gonzales, o primeiro mártir da civilização rio-grandense que morre trucidado quando anunciava o aparecimento de um outro povo para glória do mundo; mais adiante, é o índio Sepé Tyarayú, o primeiro caudilho guasca que morre lutando em defesa do solo natal que os conquistadores vorazes queriam se apoderar.

* * *

Evoco-te ainda! Sinto que vejo surgir à sombra de um passado homérico a figura sem par do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, herói nunca vencido que as "patas de cavalo e a golpes de lança", defende as linhas meridionais do solo da pátria!

* * *

Revejo nessa evocação sagrada duas figuras de bronze — Santos Pedroso e Borges do Canto — valentes dragões de Rio Pardo que conquistaram o território das Missões Orientais do Uruguai, em 1801.

* * *

Todas as nossas lutas com os platinos foram marcadas com os mais extraordinários lances de bravura. Em mais de cem batalhas lutamos ombro a ombro, peito a peito, em defesa da integridade do solo brasileiro.

Ressurge ante minha visão radiosa a batalha de Ituzaingó, (20 de fevereiro de 1827) em que os nossos soldados, mais uma vez, dignificaram a nossa terra e souberam honrar os nossos antepassados.

* * *

Mas a visão não cessa...

Surge depois, a memorável guerra dos farrapos em que a raça indomável dos centauros, escreveu a ferro e a fogo, no pampa infinito, uma das epopéias mais brilhantes da nossa história.

Guerra sublime em que o grande, o bravo dos bravos, o coronel Bento Gonçalves da Silva, imortalizou para sempre o seu nome e a nossa raça.

* * *

Visão de ouro. Cavalgando fogosos ginetes, revejo nas suas armaduras de cavaleiros andantes, os vultos peregrinos de Canabarro, Onofre Pires, Vasconcellos Jardim, Netto, Crescencio, João Manuel, Lucas de Oliveira, Côrte Real, Antonio Vicente da Fontoura, Domingos de Almeida e tantos outros ilustres rio-grandenses que se sacrificaram pela honra e pela glória da República de Piratiní.

Êles foram, na sua santa rebeldia, os campeadores incorruptíveis da nossa liberdade política.

* * *

Os lanchões de Garibaldi...

Do mais profundo de mim mesmo vem à flux um preito de homenagem para o genial corso que, com os seus singulares lanchões-anfíbios, desafia a esquadra imperial do tempo e impõe respeito e admiração aos seus inimigos.

E, ainda, o mesmo guerreiro, com onze companheiros, em Camaquã, (17 de abril de 1839) derrota uma fôrça de 150 homens sob o comando de Chico Pedro.

* * *

A epopéia dos farrapos!

Quem no dia de hoje, neste varonil 20 de setembro, não se lembra de uma das mais belas páginas da história brasileira em que os gaúchos implantaram, em nossa terra, a primeira labareda do fervor republicano.

Eu bem na sinto.

* * *

O clarim da vitória clarina por toda a parte. Refulgem espadas nuas ao sol. Há rumores estrepitosos de patas de cavalos. Entreveros. Batalhas. Fuzilarias. Entrechoques. Vibram no ar livre das coxilhas as vitórias de Ponche Verde, Seival, Taquarí, Rio Pardo, Laguna e tantas outras em que os farrapos tanto enobreceram os seus nomes.

* * *

Evoco. O cinema da minha visão não termina. Reflue na tela da minha recordação toda uma história ininterrupta dos mais belos episódios. Dos destroços de dois hiates de guerra, no passo de Canudos, surge serena e impávida, a silhueta daquele bravo e humilde Tobias dos Santos, que se sacrifica morrendo carbonizado em holocausto à flâmula republicana.

* * *

Vem depois a guerra com o tirano Rosas. O seu sonho de conquistar o Rio Grande, é varrido a metralha. Em Monte Caseros impusemos a paz. Alí fizemos flutuar, pela primeira vez, o pavilhão da nossa amada terra. (1851).

* * *

Mas a visão panoramica das nossas vitórias, não cessa. Vem depois a guerra com os uruguaios. Depois... a invasão paraguaia. Cresce então, cada vez mais, o prestígio dos nossos heróis culminando em Osório, Barão do Triunfo, Conde de Pôrto Alegre, Tamandaré.

Nessa legião de bravos do Rio Grande, fulge também o negro Marcilio Dias, modesto marinheiro, que eleva bem alto o nosso nome bafejado pela glória.

*
* *

A cavalaria passa. O eco das batalhas vai serenando. Mas depois, sùbitamente, um rumor estranho perturba a vida do Rio Grande. E' a guerra dos muckers. A jornada inglória de Ferrabraz, em São Leopoldo. A serenidade volta de novo e com ela o ritmo sonoro do trabalho.

*
* *

Uma nova éra surge para a vida do Rio Grande. A propaganda republicana domina todos os horizontes. Nessa luta de idéia e pensamento, sobressaem Demetrio Ribeiro, Julio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Antão de Faria, Pinheiro Machado, Venancio Ayres, Apparicio Mariense, Fernando Abbott, Assis Brasil e tantos outros que se impuseram à gratidão da Pátria.

*
* *

Como uma estrêla gigantesca, surge no céu constelado de nossa terra, o vulto hercúleo de Silveira Martins que, como um jequetibá da floresta, — é o assombro dos brasileiros e a chama fecunda de todas as reivindicações nacionais.

*
* *

Mas as revoluções não param. Como fermentações de impositivos nacionais, elas retomam o seu curso natural. Depois dos dias sombrios de 93, as campanhas gloriosas de 23, 24, 26, 30 e 32.

*
* *

Nestas palavras de evocações ao Rio Grande fica um pouco daquilo que fomos no passado, daquilo que somos no presente a daquilo que, forçosamente, seremos no futuro em prol da grandeza sempre maior da Pátria Brasileira!

São Paulo, 1935.

Nessa legião de bravos do Rio Grande, fulge também o negro Marcilio Dias, modesto marinheiro, que eleva bem alto o nosso nome bafejado pela glória.

*
* *

A cavalaria passa. O eco das batalhas vai serenando. Mas depois, sùbitamente, um rumor estranho perturba a vida do Rio Grande. E' a guerra dos muckers. A jornada inglória de Ferrabraz, em São Leopoldo. A serenidade volta de novo e com ela o ritmo sonoro do trabalho.

*
* *

Uma nova éra surge para a vida do Rio Grande. A propaganda republicana domina todos os horizontes. Nessa luta de idéia e pensamento, sobressaem Demetrio Ribeiro, Julio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Antão de Faria, Pinheiro Machado, Venancio Ayres, Apparicio Mariense, Fernando Abbott, Assis Brasil e tantos outros que se impuseram à gratidão da Pátria.

*
* *

Como uma estrêla gigantesca, surge no céu constelado de nossa terra, o vulto hercúleo de Silveira Martins que, como um jequetibá da floresta, — é o assombro dos brasileiros e a chama fecunda de todas as reivindicações nacionais.

*
* *

Mas as revoluções não param. Como fermentações de impositivos nacionais, elas retomam o seu curso natural. Depois dos dias sombrios de 93, as campanhas gloriosas de 23, 24, 26, 30 e 32.

*
* *

Nestas palavras de evocações ao Rio Grande fica um pouco daquilo que fomos no passado, daquilo que somos no presente a daquilo que, forçosamente, seremos no futuro em prol da grandeza sempre maior da Pátria Brasileira!

São Paulo, 1935.

Comemoração do Centenário Farroupilha

"Organização Judiciária no Rio Grande do Sul na época da Revolução Farroupilha"

Contribuïção do
Dr. LEONARDO MACEDONIA

Traçar o quadro da Organização Judiciária do Rio Grande do Sul, na época da Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, eqüivale a estudar a Organização Judiciária do Brasil na mesma época.

Êsse estudo, para ser mais interessante, deve abranger o período colonial, devéras curioso para os que se preocupam com o conhecimento integral da vida e das instituïções brasileiras, desde o dia em que a esquadra de Cabral aportou a estas plagas.

Período colonial. 1532-1822.

As investigações, em torno do Poder Judiciário, desde o descobrimento do Brasil até a formação constitucional, como Nação independente, estão subordinadas às diversas fases de sua evolução histórica.

Descoberto no ano de 1500, no reinado de D. Manoel, sòmente em meiados do século XVI, reinando D. João III, foi deliberada a colonização do Brasil.

Martim Affonso de Souza vem governar o Brasil, investido de poderes extraordinários, inclusive os da administração da Justiça civil e criminal. Funda algumas vilas, com juízes ordinários, e mais funcionários judiciais, na forma das Ordenações então em vigor em Portugal.

Em 1534 D. João III resolve dividir o território em doze Capitanias, e aos donatários concedeu jurisdição civil e criminal, com observância das Ordenações do Reino.

Verificado, mais tarde, que não era vantajoso o sistema de colonização, com a divisão do Brasil em Capitanias independentes umas das outras, o mesmo D. João III creou em 1549, o Govêrno Geral, com séde na cidade do Salvador, e a êle ficaram sujeitas as mesmas Capitanias. Um Ouvidor Geral presidia a Justiça, e a êle ficavam subordinados os Ouvidores das Capitanias, e todos os juízes ordinários.

Em 1573, no reinado de D. Sebastião, o Govêrno Geral da colônia do Brasil cindiu-se em dois Govêrnos Gerais: um, para o Norte, com sede na cidade do Salvador, e outro para o Sul, com sede na cidade do Rio de Janeiro. O Govêrno do Norte exercia jurisdição nas Capitanias de Pôrto Seguro, para o Norte; e o Govêrno do Sul dominava as Capitanias do Espírito Santo para o Sul.

A administração da Justiça civil e criminal continuou sem alteração, durante o reinado do cardeal D. Henrique, e durante a dominação espanhola em Portugal, com Philippe II, desde 1580 até 1640, aceita e reconhecida no Brasil, como em todas as outras colônias portuguesas.

Em 1609 assinala-se para o Brasil colonial acontecimento da mais alta importância, em tema de administração da Justiça, com a creação da Relação da Baía, denominada Relação do Brasil. Êsse tribunal foi investido da plenitude de jurisdição em matéria civil e criminal, ressalvada em casos muito especiais a competência da Casa de Suplicação de Lisboa.

Durante 26 anos a Relação do Brasil exerceu as atribuïções conferidas pelo Regimento Especial de 9 de março

de 1609, até ser extinta em 1635, em rasão dos conflitos entre desembargadores da Relação e o elemento clerical, que tiveram estranha repercussão em Portugal.

Voltou a administração da Justiça ao estado primitivo, com evidente prejuízo para os interêsses dos habitantes do Brasil colonial.

Em 1652 foi restabelecida a Relação do Brasil, com a mesma sede na cidade do Salvador.

A restauração dêsse Tribunal obedeceu ao propósito político de transigência com os impulsos autonomistas da importante colônia do Brasil, que supria de ouro e pedras preciosas, e fartamente, o Fisco português, sempre insaciável.

Com efeito, declara o Govêrno português, no ato do restabelecimento da Relação, que

> "atendera os pedidos feitos pelos oficiais da Câmara da Baía e mais moradores do Brasil, associados pelo Conde de Castello Melhor, com o fim de que fôsse a Justiça mais bem administrada, livrando os moradores das moléstias, vexações e perigos do mar a que estavam expostos ao requerê-la aos tribunais do Reino".

Era um primeiro passo para a autonomia judiciária do Brasil.

Com efeito. Em 1751 é creada a Relação do Rio de Janeiro, com jurisdição em todo o Sul do Brasil, inclusive Minas Gerais e Cuiabá.

Antes da creação da Relação do Rio de Janeiro a administração da Justiça no Brasil fôra muito melhorada com a expedição de Cartas régias muito notáveis, entre outras as de 1712 e 1745, no reinado de D. João V, em que ficaram assentados estes princípios:

> 1) O Poder Judiciário está isento de qualquer dependência do Governador Geral, sendo os Ouvidores sujeitos ùnicamente à Relação do Brasil;
>
> 2) Em matéria criminal advirtam os Corregedores que as leis sempre ameaçam mais do que

na realidade mandam, pelo que devem os ministros modificá-las em tudo o que lhes for favorável, porque o Legislador é mais empenhado na conservação dos vassalos do que nos castigos de justiça, e não quer que os ministros possam achar nas leis mais rigor do que elas impõem.

Em 1808 a Côrte Portuguesa abandonou Lisboa, e procurou agasalho no Brasil.

Durante a permanência da Côrte no Brasil, por espaço de treze anos, o Poder Judiciário sofreu notáveis transformações.

Efetivamente, ao chegar ao Brasil o rei D. João VI encontrou a Justiça assim organizada:

"Duas Relações, da Baía e do Rio de Janeiro;
"Ouvidores gerais, e Ouvidores de comarca;
"Corregedores de comarca;
"Chanceleres, contadores e provedores de comarca;
"Juízes de fora, juízes de vintena, e vereadores;

tendo êsses **magistrados** como auxiliares, os tabeliães, escrivães, meirinhos e outros oficiais de justiça.

Por alvará de 14 de maio de 1808 a Relação do Rio de Janeiro é elevada à categoria de Casa de Suplicação. Antes dêsse ato, os Alvarás de 1, de 22 de abril e de 4 de maio de 1808, haviam creado o Supremo Tribunal Militar, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa da Conciência e Ordens, o lugar de Juiz **conservador** da Nação Britânica, e o Intendente Geral da Polícia.

Em seguida, regularizou-se a Justiça de primeira instância. Até a Independência foram sucessivamente criados os lugares de juízes privativcs do crime, no Rio de Janeiro, e de juízes de fora, ouvidores, corregedores e juízes ordinários nas novas vilas. O plano de reforma compreendeu ainda a creação das Relações do Maranhão, em 1812, e de Pernambuco, em 1821.

Com relação ao processo, em matéria civil e criminal, a magistratura colonial continuou até a Independência a observar as normas prescritas pela Metrópole, nas Orde-

nações, nas Cartas Régias e nos Alvarás, e ainda as que eram traçadas pelos Assentos da Casa de Suplicação de Lisboa.

Em face do que temos exposto até aquí, podemos concluir que as medidas adotadas por D. João VI durante os treze anos de permanência no Brasil, foram de tal modo importantes para o Brasil, elevado à categoria de Reino em 16 de dezembro de 1815, que importaram por assim dizer na mais completa autonomia da Justiça.

Em 1821 regressou D. João VI para Portugal, e o príncipe D. Pedro, Regente, e mais tarde primeiro Imperador, resolveu continuar o movimento de separação, que tendo principiado pela Justiça, terminou pela Independência, em 7 de setembro de 1822.

Na verdade, o Príncipe Regente expediu em 23 de maio de 1821 um Decreto em que se lê estes motivos:

> "Vendo que nem a Constituïção da Monarquia Portuguesa, nem as diisposições expressas nas Ordenações, Cartas Régias, Alvarás e Decretos em vigor tem podido afirmar a segurança das pessoas;
>
> "Constando-me que alguns Governadores, Juízes criminais e magistrados, violando o sagrado depósito da jurisdição de que se acham investidos, têm praticado violências contra as pessoas que lhe são subordinadas;
>
> "Sendo o primeiro dever, no desempenho de minha palavra, o promover o mais austero respeito à lei, antecipando quanto ser possa os benefícios de uma Constituïção liberal;

que precedem o dispositivo assim conhecido:

> "Hei por bem, ampliando a citada legislação, ordenar como ordeno:
>
> 1.º Que ninguém possa ser preso sem ordem escrita do juiz ou magistrado, salvo o caso de flagrante delito;

2.º Que nenhuma ordem de prisão seja expedida sem a precedência do depoimento de três testemunhas, contestes, e da sentença interlocutória obrigando a prisão e livramento;

3.º Que todas as provas sejam **públicas e abertas**, facilitando-se os meios de justa defesa, que a ninguém deverá ser tolhida;

4.º Que ninguém seja conservado preso em masmorra ou segrêdo, pois que a prisão deve só servir para guardar as pessoas, e nunca para as adoecer e flagelar;

5.º Que fique proscrito o uso de correntes, algemas, grilhões e outros instrumentos inventados para martirizar homens;

6.º Que a contravenção do que se estabelece neste decreto seja punida com o perdimento do emprêgo e inhabilitação para exercer outro, em que haja exercício de jurisdição.

Entretanto, precipitavam-se os acontecimentos políticos. O Brasil anceiava por se constituir Nação independente. E em 7 de setembro de 1822 é proclamada a Independência, às margens do Ipiranga.

A emancipação política, não podendo operar a substituïção do aparêlho judicial e processual vigente até então, houve necessidade da promulgação do decreto de 20 de outubro de 1823, emanado da Assembléia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em cujo artigo 1.º foi estabelecido:

> "Que as Ordenações, Leis Regimentos, Alvarás, Decretos e Resoluções pelas quais se regeu o Brasil até 25 de abril de 1821, dia da partida de D. João VI, e as que foram promulgadas desde então pelo príncipe D. Pedro, a princípio como Regente, e depois como Imperador, continuarão em inteiro vigor, enquanto não forem revogadas, e até que se organize um novo Código, ou sejam especialmente alteradas".

Assim, continuaram em vigor as mesmas leis do período colonial, aplicadas pelos mesmos juízes e tribunais, até que a Constituïção Política do Império do Brasil outra cousa determinasse.

Brasil Império. .1822-1889

A organização do Poder Judiciário, traçada pela Constituïção Política de 25 de março de 1824 pode ser assim resumida:

1) Poder judiciário independente, composto de juízes e jurados.

2) Juízes de direito, nomeados pelo Imperador, vitalícios, amovíveis, responsáveis pelos abusos de poder e prevaricações.

3) Juízes árbitros, admissíveis nas causas civis, e ainda nas criminais civilmente intentadas.

4) Juízes de paz, electivos.

5) Tribunais denominados da Relação, para administração da justiça de segunda instância, civil e criminal.

6) Supremo Tribunal de Justiça, no Rio de Janeiro, com atribuïções de conceder e denegar o recurso de revista, nas causas julgadas pela Relação.

7) Pronta organização de Códigos, civil e criminal".

A legislação ordinária desenvolveu os princípios constitucionais.

Assim, a lei de 18 de setembro de 1828 organizou o Supremo Tribunal de Justiça, e regulou as suas atribuïções civis e criminais.

Em seguida, a lei de 15 de outubro de 1828 regulou as atribuïções dos Juízes de Paz, em matéria civil e criminal.

Em 16 de dezembro de 1830 é promulgado o Código Criminal do Império, monumento legislativo da lavra de Bernardo Pereira de Vasconcellos, e fica revogado o fa-

migerado Livro 5.º das Ordenações Philippinas, legislação feroz e atrasada, que confundia o crime com o pecado, e punia com penas severíssimas fatos que seria hoje irrisório definir como constitutivos de delitos passíveis de repressão.

O Código do Processo Criminal é promulgado com a lei de 29 de novembro de 1832, e o decreto de 13 de dezembro dêsse mesmo ano expede as Instruções indispensáveis à execução do Código.

A organização Judiciária fica então assim estabelecida:

Juízes de paz, electivos, nos distritos de paz, circunscrições de ordem administrativa.

Juízes municipais nos Termos, circunscrições de ordem judiciária, correspondentes ao Município, da ordem administrativa. Nomeados pelo Govêrno, por tempo de 4 anos, e inamovíveis durante êsse prazo.

Juízes de direito, nas comarcas, circunscrições de ordem judiciária que podiam abranger um ou mais Termos. Nomeados pelo Imperador, vitalícios, mas amovíveis.

Jurados, alistados por uma Junta composta do Juiz de paz, do Pároco, e do Presidente da Câmara Municipal.

Relações de Distrito, abrangendo uma ou mais Províncias, funcionando como tribunal de segunda instância, em matéria civil e criminal, e de acôrdo com o Regulamento para elas expedido em 3 de janeiro de 1833.

Supremo Tribunal de Justiça, com jurisdição em todo o território nacional, funcionando com o Regulamento de 18 de setembro de 1828.

O imenso salto que foi a passagem do regimem draconiano das Ordenações Philippinas, e da legislação emanada da Metrópole Portuguesa para o liberalismo da legislação brasileira a partir do Código do Processo Criminal,

deu ensejo a deploráveis excessos, que foi necessário reprimir.

E a Lei de 3 de dezembro de 1841 foi o instrumento pôsto pelo Parlamento nas mãos do Poder executivo, para fazer cessar a anarquia, que alçara o colo, e pretendia avassalar todo o país.

Essa lei, regulamentada em 31 de janeiro de 1842, operou o milagre do restabelecimento da ordem em todo o território nacional.

Projetos de reforma da lei de 3 de dezembro foram adiados, ou repudiados pela Assembléia Geral, até o ano de 1871, em que foi realizada a Reforma Judiciária, com a lei n.º 2033 de 20 de setembro de 1871, regulamentada em 22 de novembro do mesmo ano.

A Reforma Judiciária, levada a efeito pelo famoso Gabinete de 7 de março, presidido pelo ilustre Visconde do Rio Branco, foi seguida de outras importantes medidas tendentes a melhorar e aperfeiçoar o serviço de administração da Justiça no território nacional.

São creadas mais sete Relações por lei de 6 de agôsto de 1873, e estes Tribunais tiveram novo Regulamento com o decreto de 2 de maio de 1874.

São adotadas outras medidas de vulto, interessantes ao processo civil.

E chegamos à última fase do Império com esta Organização Judiciária:

Supremo Tribunal da Justiça, no Rio de Janeiro.

Onze Relações, nas cidades de Rio de Janeiro, Belém, São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Recife, S. Salvador, S. Paulo, Pôrto Alegre, Ouro Preto, Cuiabá e Goiaz.

687 Juízes Municipais, em 687 Termos.
622 Juízes de direito, em 586 comarcas.
Juízes de paz, nos distritos municipais.
Tribunal do Juri, nos Termos.

De todo o exposto resulta que essa Organização Judiciária, a despeito de muitas imperfeições, satisfazia as necessidades da época. Na cúpola da Organização estava o Supremo Tribunal de Justiça, com jurisdição em todo o territorio nacional, concedendo ou denegando revista, para as decisões das Relações, nos casos de injustiça notória ou nulidade manifesta.

Nas Províncias, administrava Justiça de segunda instância o tribunal da Relação, confirmando ou reformando as decisões dos juízes de direito, e do Tribunal do Juri.

Nas comarcas, circunscrições judiciárias que abrangiam um ou mais Termos, exercia jurisdição o Juiz de Direito, em matéria civil e criminal, como juiz de primeira instância, funcionando ainda como juiz de segunda instância, quanto às decisões de competência dos juízes municipais e dos juízes de paz, que êles confirmavam ou reformavam em grau de recurso. Êsse juiz presidia o tribunal do Juri.

Nos Termos, circunscrições judiciárias que coincidiam com o Município, administrava justiça o Juiz Municipal, como preparador e julgador dentro da sua alçada, e como preparador das causas cujo julgamento pertencia ao Juiz de direito.

Nos Termos também funcionava o Tribunal do Juri, competente para o julgamento de processos crimes preparados pelos Juízes municipais e de direito. Era constituído por jurados, juízes que se pronunciavam sôbre o fato, e presidido pelo Juiz de direito, que aplicava a lei ao fato apurado pelo Juri.

Nos distritos de paz funcionava o Juiz de paz, nas pequenas demandas de valor não excedente a 50$000, e em outros assuntos administrativos. Êsse juiz também tinha a seu cargo a delicada tarefa da Conciliação de possíveis litigantes.

Tal era a magistratura brasileira nesse largo período de 1.º e do 2.º Império.

Era um sistema uniforme, servido por uma magistratura honesta, estudiosa, sempre disposta ao sacrifício, verdadeira civilizadora dos sertões brasileiros.

Essa magistratura, escassamente remunerada, gozando de limitadas garantias, sempre se conduziu corretamente, e constitue objeto de veneração e de respeito para todos os patriotas.

Entre muitos, podem ser apontados os nomes de Olegario, Macedo Soares, Freitas Henriques, Queiroz Barros e Souza Martins, como verdadeiros símbolos de probidade, de integridade, e da benemerência da magistratura nacional no 1.º e no 2.º Império.

Traçado o quadro da magistratura nacional no Brasil Império, e no período que vai da Independência à proclamação da República, de 1822 a 1889, temos também fixado o quadro da Justiça no Rio Grande do Sul, no período de 1835 a 1845, da gloriosa Revolução Farroupilha.

Sendo a Justiça nacional, uniforme para todo o Brasil, nada havia de particular quanto aos magistrados, membros da mesma Justiça, que exerciam a judicatura no Rio Grande do Sul, na época revolucionária.

Assim, temos concluído a tarefa que nos impuzemos, contribuindo para a comemoração do Centenário Farroupilha, levada a efeito pelo benemérito Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Pôrto Alegre, fevereiro de 1935.

(as.) **Leonardo Macedonia.**

Bibliografia

Candido Mendes. — Código Philippino.
João Mendes. — Processo Criminal brasileiro.
Carvalho de Mendonça. — Poder Judiciário no Brasil.
Alfredo Pinto. — Poder Judiciário.
J. C. Rodrigues. — Const. Pol. do Império do Brasil.
Pimenta Bueno. — Direito Público brasileiro.
Oliveira Lima. — D. João 6.º.

Os supremos objetivos da jornada de 35

Pelo Dr. FERNANDO LUIS OSÓRIO

"Será elevado, em uma das praças públicas do Estado, um monumento à memória de Bento Gonçalves e de seus gloriosos companheiros de cruzada de 1835, logo que os cofres públicos o permitam, si antes a iniciativa particular não houver satisfeito êsse patriótico tributo".

(Artigo 8 da Constituïção Rio Grandense de 14 de julho de 1891, disposições transitorias, indicação do deputado Fernando Osório, pai).

A visão de conjunto é a condição filosófica da Sociologia. E para dar a sentir a jornada de 35, permanecendo fiéis à lógica dos acontecimentos que determinaram e condicionaram tão soberbo empenho regenerativo, na América de origem lusa, o que mais importa realçar, — retumbante a fama da falange Farrapa, — é o sentido sociológico, o seu timbre ocidental, na véra história democrática do Novo-Mundo; são os seus traços culturais, para que todos os bons brasileiros, concientemente, possam bendizer e exalçar, no estelário da glória nacional os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, **os supremos objetivos,** as diretrizes efetivas, a que se votaram, com inteireza moral, pelas armas e pelo coração, subordinando a espada à inteligência — os vi-

dentes paladinos de Piratiní, Gigantes maltrapilhos, descendentes de Tróia que, das coxilhas visionárias, para não serem escravos na sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da Pátria. Sempre que são violados os limites da variação que as leis naturais assinam a cada caso, realizam-se as insurreições, exatamente como fenômenos análogos à explosão de um aparelho industrial.

Em regra, as revoluções pelas armas "se originam na maldade ou no egoísmo ou na inépcia dos govêrnos; e são evitadas pela pureza dos hábitos dos homens públicos". E os povos que não sabem defender a sua independência e liberdade, "merecem perder tanto uma, como outra", — pregoava "O Vigilante", de 18 de fevereiro de 1831, em Pôrto Alegre.

AÇÃO E PROPÓSITOS ORGÂNICOS

"Partirão **filosóficos princípios** desta excelsa República nascente" — disse o poeta farroupilha. Taes princípios foram os que, no momento, dominavam as correntes do pensamento transformador no Occidente, e deles estavam imbuidos Farrapos da cultura de um Marciano Ribeiro, formado na universidade de Edimburgo, na Inglaterra; de um Figueido Mascarenhas, formado na universidade de Pisa; de um Francisco de Sá Brito, diplomado, em 1832, na primeira turma de juristas que a Academia de S. Paulo armou cavaleiros do Direito; e de um Domingos de Almeida, familiarisado com as ultimas generalisações filosoficas de Montesquieu, Rousseau, Beccaria, em materia penal, etc. Consagrando o espírito de americanismo, embebidos de brasilidade, êsses homéridas de 35 não empreenderam um mero episódio regional, particularista, não promoveram, no quadro social da América, uma simples troca de nomes e de homens, dessas experiências revolucionárias falhas de rumo sociológico, de sentido ideal, que esterilizam as energias de um povo. Os nossos maiores gravaram em tábuas de bronze a compreensão que tinham de magnos problemas, no terreno social, no aspecto político, no campo moral. Júlio de Castilhos, em ar-

tigo n'"A Federação", de 29 de setembro de 1889, denunciou a obra dos fabricadores de narrativas cortesãs e de crônicas palacianas que empreenderam nas suas memórias, "inspiradas pela cortesania áulica, a **falsificação calculada** da história do nosso passado revolucionário, deprimindo os heróis e o sentido imaculado da revolução rio-grandense, descrita como uma estrepitosa expansão de caudilhagem turbulenta e viciosa".

E, para cumprir o dever "nas temerosas crises do presente, os indivíduos e os povos vão haurir fôrças na lição do passado".

Êles compreenderam a atividade política com o ideal moral, êsse "que traz consigo as satisfações do espírito, da razão e do coração", sobreposto às preocupações do materialismo abjeto. Grandes problemas divisaram, idéias e intuitos mantiveram, por atos e palavras, numa exemplificação assombrosa, edificante, de bravura e de honra, de renúncia, de sacrifício e tenacidade. Para unidade de direção e coordenação de fôrças, designaram um chefe; para a elaboração de um estatuto fundamental do Estado, elegeram uma Assembléia Constituinte considerada bêrço do direito republicano no Brasil; constituíram um govêrno regular com discriminação, por mistérios, dos serviços públicos; exercitaram a atividade social e pública da administração, promovendo a instrução popular, melhoramentos de ordem material, a arrecadação de impostos, o policiamento urbano e rural, etc., tudo com probidoso escrúpulo e grande descortino.

E, assentando em bases de direito a **mais generosa, humana das revoluções**, no qualificativo do egrégio repúblicano Domingos de Almeida, ergueram tão alto o coração e o espírito, numa profecia de civismo, como videntes ou precursores, que ficaram quasi ao nivel "do que tem de mais elevado e promissor o século atual", previsores e iluminados "em mais de um tema, antecipando-se a ciclos distantes e ainda porvindouros".

COMO DEFINIAM OS DEVERES DO HOMEM LIVRE

"Vamos entrar na luta maior que a liberdade tem sustentado desde a Revolução de Tiradentes", — vaticinava o patriota e mártir farroupilha Francisco Xavier Ferreira, em seu jornal "O Noticiador", a 24 de julho de 1834, em cujas colunas lia-se, a 9 de fevereiro de 36: — "Homens da Revolução de 20 de setembro! Vós fizestes a Revolução para fazer desaparecer da Província a arbitrariedade e reviver o império da lei".

E no preâmbulo do ato legislativo promulgado em Piratiní, a 19 de janeiro de 1841, estava escrito: — "A boa administração da Justiça é o fundamento do Edifício Social e o mais forte baluarte da Liberdade". E entendia o grande e precatado general João Antônio da Silveira: — "Para sermos livres, precisamos ser justos". E os deveres do homem livre, — êles assim o definiram, como "as virtudes caraterísticas do verdadeiro republicano", no dizer do ministro farroupilha Manoel Lucas de Oliveira: "valentia nos combates, amigo da ordem, respeitador dos direitos do cidadão e grande inimigo do arbítrio".

Aos que colocavam o Imperador acima de tudo, respondeu o moço porto-alegrense José Apolinário Pereira de Morais, pelo seu jornal "O Vigilante", a 21 de fevereiro de 1831: — "Não é êle mais de que um delegado da Nação, o primeiro empregado público, por ela pago para dirigir os demais empregados, não segundo seu capricho ou arbítrio e sim segundo as regras por ela estabelecidas". Na Assembléia Constituinte, requereu o deputado Alencastre, a 9 de janeiro de 1843, que se marcasse o tratamento que deviam ter o presidente do Estado e todas as autoridades, pois lhe parecia que num país livre as Excelências eram contrárias aos princípios republicanos.

O VOTO A DESCOBERTO

Adotou a República Rio-Grandense o voto a descoberto pondo-o em prática na escolha dos primeiros constituintes que, na capital da mesma República, vila do Alegrete, se

reuniram em primeira sessão preparatória, a 29 de novembro de 1842. Correu a eleição "livre e honestamente, como nenhuma outra havia ainda corrido na província", segundo os contemporâneos, decretos e comunicações oficiais do jornal **O Povo.**

E um dos maiores estadistas do Império, o senador José Antônio Saraiva, diria, no Congresso Nacional, a 2 de setembro de 1891: — "O voto secreto só protege aos que querem negociar com o seu direito de votar e os que prometem ao govêrno o seu voto, e o vendem à oposição e vice-versa". Ao passo que o voto a descoberto moraliza, eleva, educa, dá responsabilidade, o voto sigilar institue a traição, a cobardia, estimula as transações indecorosas, cria o regime da irresponsabilidade. Roma foi grande com o voto público e decaiu com o voto secreto. A República é o regime da publicidade, da responsabilidade de governos e governados.

Tratando das instruções baixadas pelo ministro Domingos José de Almeira, a 10 de fevereiro de 1840, de Caçapava, para as eleições, comentou o jurista emérito: — "Curioso é que as disposições prescrevendo o **voto a descoberto** e por procuração, fôssem taxadas de extravagante novidade, quando o venerável Apostolado Positivista apresentou suas emendas ao projeto de Constituïção Política da República Brasileira. Vê-se agora que não há novidade nehuma nesse processo: o que o Apostolado concebera para **dignificar** a função eleitoral, já, sem êle o saber, havia sido pôsto em prática na escolha dos primeiros constituintes do Rio-Grande". E a 1.º de dezembro de 1842 instalava-se, por fim, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, não como um desejo fortuito, mas como uma idéia que nascera após o combate do Seival, com a proclamação da República; que crescera com as exigências de um govêrno definitivo e que, mau grado as dificuldades quasi insuperáveis da situação militar, viera, por fim, concretizar-se na eleição dos seus trabalhos que consagraram a forma federativa republicana e até mesmo, na opinião de Felisbelo Freire, a "fase embrionária do regime presidencial".

O OBJETIVO ESSENCIAL: O POVO

Na proclamação dirigida aos rio-grandenses, a 9 de janeiro de 1843, pelo presidente da Assembléia Constituinte, padre Hildebrando de Freitas Pedroso, — como um dos princípios e condições do novo Pacto Social, enumera-se a correspondência e harmonia dos direitos com os deveres do Cidadão, o bem estar da sociedade garantido pela responsabilidade dos funcionários. Basta êste traço por excelência, digno de considerar-se o mais original do movimento farroupilha, na compreensão maravilhosa de que "não admitem dilações" a ignorância, o sofrimento, a miséria das massas: — "Uma tal Revolução feita em nome da República importa em alguma cousa mais do que a mudança nas formas gavernativas. Os tempos exigem mais, Revolução, presentemente, é inovação em todas as molas sociais, e seu objeto supremo, essencial — o **Povo**; cuja **dignidade** é preciso que seja realçada conciente alfim de **seus direitos e deveres**, o Povo que necessita conhecer todos os seus **direitos** para sabê-los defender com nobreza e necessita aprender quais são os seus **deveres** para sabê-los respeitar". (Cit. fôlha oficial, "O Povo", de 2 de maio de 1840).

Já um representante diplomático dos Farropos, o austero homem de letras, espírito de filósofo, Antônio Manoel Corrêa da Camara, observara que os rio-grandenses eram **geralmente talentosos e aptos para cultivar as ciências** e que a massa do povo era **muito sensata** e lhe sobrava **penetração para rejeitar o mau e escolher o bom,** isto é, embora a comunhão não dispusesse de vastas luzes, "tinha a luz bastante para cotejar e definir as suas preferências ou inclinações", e isso era o **essencial,** segundo o pensador Augusto Comte, **para o exame das coisas públicas.**

Contava o nobre ministro farroupilha Manoel Lucas de Oliveira merecer a coadjuvação dos bons cidadãos, enquanto marchasse no caminho da Liberdade, da Lei e da Justiça, "porque dos maus nem quero os sufrágios, nem a aliança". (Carta de 25 de março de 1842) E José Pinheiro de Ulhôa Cintra que também foi ministro de diversas pastas e repre-

sentante diplomático dos Farrapos, escreveu: — "Construir um formoso templo à Justiça, levantar os alicerces de uma República Federal e bem construída sôbre as ruínas do trono imperial, é o nosso dever, concebemos a grandeza dessa união, mas para consumar uma obra tão grandiosa, estamos decididos a fazer toda a classe de sacrifícios, contamos com os votos e simpatias de todos os brasileiros".

PLANO DE REDENÇÃO DOS ESCRAVOS

Prova, no círculo das idéias, o critério amplo, o elevado espírito de fraternidade e de justiça daquelas figuras de legenda o plano que conceberam de abolição do cativeiro. E êsse projeto de liberdade geral dos escravos foi, em plena Assembléia Constituinte Rio-Grandense apresentado pelo deputado José Mariano de Matos, um dos Farrapos "da mais bela e larga fôlha de serviços", entre os que procuraram resolver o magno problema de ordem social por um regimen digno de todos, limpo de iniqüidades. Os escravos haviam tomado armas, ombreando com êles. Tinham sido arregimentados em Pelotas, e dessa "audaz inovação, os farrapos vieram, dentro em pouco, a se ufanar, devéras, com muito fundamento". Aos negros, convocara, para o pátrio serviço, o intrépido general João Manoel, criando o 1.º corpo de lanceiros de 1.ª linha, com elementos pessoais dessa origem, corpo classificado de "incomparável" por Garibaldi, em suas Memórias, constituído de praças escolhidas entre os mais seletos domadores de cavalos na Província. "Peritíssimos cavaleiros", sôbre serem "eminentemente sóbrios", patenteavam uma "inaudita coragem" os pretos a quem a Revolução "abria as portas da Cidade política e Civil". (Correspondência no **Jornal,** de 9 de outubro de 1839).

No combate de Porongos, em que entrou o regimento de lanceiros do bravo Teixeira Nunes, oitenta por cento dos mortos que ficaram no campo eram negros que haviam dado o alarma, ao empenhar-se a ação e que salvaram a honra do exército republicano.

Mandara o comandante das armas João Manoel, a 12 de setembro de 1836, que se declarassem para sempre libertos os que fôssem assentar praça "dando serviços à Pátria".

A abolição do cativeiro fôra o sonho do velho Liberal e mártir farroupilha Xavier Ferreira, no seu jornal "O Noticiador", em 32, o primeiro jornal rio-grandense que se pronunciou francamente contra o trafico de africanos e contrabando de escravos, verberando-o com energia em quasi todos os números.

Desde 1817, Gonçalves Chaves, propusera, em suas Memórias Economo — Políticas, — meios de abolir no Brasil a escravidão. E já no torrão gaúcho, em 1803, Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos tivera a prioridade de dar o grito republicano e de libertação dos escravos, na vila de Cachoeira, gesto que repetiu em 1820. Quando Álvares Machado, presidente da Província em 1840, entabolou negociações para a pacificação, houve um ponto obscuro: os escravos revolucionários. Êle não propugnou a alforria e daí a resposta de que, então, no Rio Grande continuaria a guerra, não podendo voltar aos grilhões os negros que há cinco anos lutavam pela liberdade na América.

Finalmente, Antônio Vicente da Fontoura, o Embaixador da Paz, volvendo do Rio de Janeiro, apresentou em Ponche Verde, a 25 de fevereiro de 1845, entre as cláusulas aceitas, no dia 28 seguinte, de modo definitivo: — 4.ª São livres e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram à Revolução".

Esta cláusula, considerou-a Antônio Vicente uma condição **sine qua non**, perante o ministério reünido, no Rio de Janeiro, para a pacificação .

À África nos trouxe o braço trabalhador, a dedicação servil, a ternura da sua gente, o leite que havia de criar gerações; era a lição da raça heróica e infeliz, pagando o mal com o bem, agrupada em tôrno de um ideal que, no Brasil, nos deu a conciência de Pátria na guerra holandesa e que na epopéia do Paraguai vindicou a civilização americana, para o que não se fazia questão de côr... No combate de Camaquam, quando pareciam perdidos Garibaldi e heróicos companheiros, foi

um negro, Procópio, quem alvejando Francisco Pedro, decidiu da sorte dos Farrapos. E ficaram como símbolos, o corneteiro fiel que acompanhou até o derradeiro instante Bento Gonçalves, — Antônio Ribeiro, — e aquele negro que, arrancado à morte por Anita, a Joana D'Arca Farroupilha, se tornou por gratidão, o dedicado servo que morreu no cêrco de Roma, na última sortida Garibaldina. E' verdade que a revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que, no Prata, em 1835, Darwin notava que o acampamento de Rosas era quasi todo de origem negra ou índia. Mas si na criação do tipo rio-grandense contribuiu por excelência a raça latina representada pelo português, com o privilégio de ter sido o Rio Grande colonizado pelos casais açorianos, — que trouxeram "as qualidades e a feição pura da sua estirpe engrandecida no devassamento do oceano e conquista das terras longínquas", — não é menos verdade que foi precioso e inolvidável o concurso que nos trouxe a raça preta, a cujo contacto afetivo tornou-se ainda melhor o coração rio-grandense.

Disse Saint-Hilaire que a capitania do Rio-Grande era a parte do Brasil onde os escravos eram mais felizes, com êles trabalhando os senhores; em lugar nenhum do mundo um povo idealizou a apoteose, a santificação do martírio da raça preta como o povo gaúcho, provando a riqueza moral de que é dotado no culto, singelo e tocante, genuïnamente nosso, do Negrinho do Pastoreio, — gênio bom, nimbado de sobrehumana luz, perpetuando-se em desinterêsse, em generosidade, como a própria imagem do passado do Rio-Grande!

A INTEIREZA MORAL

Tinham os Farrapos brio e pundonor, verdadeiro culto pela palavra dada, profundo respeito pelas virtudes morais. "Não esqueçamos, — bradava o órgão oficial **O Povo**, a 19 de setembro de 38, — que o princípio vital da República é a virtude".

Despachou um requerimento Domingos de Almeida nestas firmes palavras, a 28 de agôsto de 38: — "O Govêrno do

heróico povo rio-grandense jamais se afastará da senda da honra e dos princípios republicanos adotados pela Nação".

Doutrinavam os versos do Hino ao 20 de setembro:

Não basta para ser livre,
Ser forte, aguerrido e bravo:
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo!

Foi límpida a honestidade dos homens de 35, cujos principais chefes entraram para a revolução abastados e saíram paupérrimos. Bento Gonçalves e João Antônio "morreram na miséria, cercados de respeito e de bênçãos"! Neto e Canabarro foram mais tarde ricos, porém, à custa do seu trabalho. O primeiro chefe do novel Estado, Vasconcelos Jardim, evangélica figura, outrora abastado proprietário, acabou quasi reduzido à penúria, e, por seu devotamento à causa, lhe decretou o govêrno uma mesada de 30 mil réis.

A honradez individual de Domingos de Almeida levou-o, depois da paz, a apresentar aos seus credores um balanço de seus bens em que estavam incluídos os brincos de sua espôsa e o seu relógio de algibeira. Certa vez, em Camaquam, o farrapo Amaral Ferrador "punho afeito à espada", aprisionou vários legalistas, deliberando mandá-los fuzilar por motivo que devia ser poderoso, atentos os raros casos de tal severidade. Ia a ordem executar-se, quando os incumbidos do castigo, descobrem que um dos condenados trazia um cinto recheado de onças de ouro, sendo logo prevenido o chefe da fôrça. Não se demorou a contra-ordem: — "Soltem-nos; não quero que se diga que os republicanos os mataram para roubar". O ministro Domingos de Almeida "não tinha amigos, dizia êle, em se tratando de negócios públicos". E, primorosamente, Bento Gonçalves definiu o sacro empenho a que se votou, nestas palavras: — "A moral é a base da felicidade pública e privada, e a nós que temos por norte estes objetos sagrados, cumpre o dever de sustentá-la. Virtuosos patrícios que, mal favorecidos dos bens de fortuna em serviço da Pátria sofreis toda classe de privações com uma resistên-

cia digna de admiração, recebei os encômios devidos à vossa honrosa pobresa. Constância, valor e moralidade, e salva será a Pátria; cobertos então de bênçãos volvereis à vossas famílias, e sabereis inspirar-lhes o amor da virtude"... (Proclamação de 24 de março de 36, campo em marcha no Passo do Barreto).

ESPÍRITO DE RENÚNCIA E SACRIFÍCIO

Atendendo às dificuldades em que se achavam os cofres públicos, o deputado Pedro José de Almeida, em sessão de 9 de março de 1836, requereu que a Assembléia fizesse o sacrifício de não aceitar desde 1.º de março em diante o subsídio, que lhe competia; passando, êle, a oferecer à causa da liberdade o seu subsídio de deputado desde 26 de janeiro. Sendo apoiado, foi lido o requerimento, já sôbre a mesa, assinado por Martins Bastos, Domingos de Almeida, Xavier Ferreira e Lobato, no mesmo sentido, pedindo também para assiná-lo os deputados Chagas Martins, Marciano Ribeiro, Ulhôa Cntra, Serafim França e Antônio Pereira Ribeiro. Eram cheios de um grande espírito de renúncia os homens de 35. Bento Gonçalves para que cesasse, em dado momento, a discórdia que punha em risco o Estado, passou a presidência a Vasconcelos Jardim, depondo nas mãos de seus opositores as mais altas funções civís e militares, e reverteu ao exército, em um comando secundário, seguindo, à frente de seus fiéis e leis combatentes, para o campo da luta, em busca do inimigo. Na terrível retirada por Cima da Serra, as fôrças de Bento Gonçalves foram ter completamente nuas à Campanha, sem lhes vir a idéia da deserção para os acampamentos imperiais. Fôra provação terrível o trânsito pelas brenhas, a ponto de lhes servir de alimento o couro molhado e raízes de árvores, vendo-se a pé, enfraquecidos, — mais farrapos do que nunca. Fale o recanto da Caieira dos 30 legalistas que foram rechassados por 3 soldados livres da revolução — Manduca Carvalho, Policarpo e Sezefredo de Mesquita! E Tobias dos Santos só bastava à sua terra, o sublime farroupilha que, para cumprir a sua palavra de não entregar

importantes documentos ao inimigo, — ao ser acometido, nas águas de São Gonçalo, em combate desigual, preferiu tocar fogo aos paióis, indo ter o seu corpo à praia mais vizinha, carbonizado, nos braços da espôse que o acompanhava e a quem se unira para morrer... numa explosão de apoteose... pairando "sôbre o esquife luminoso círios de estrelas cintilantes".

ANTI-MILITARISMO DOS FARRAPOS

Contrários à ditaduras, de casaca ou de farda, não queriam os Farrapos exército permanente, dispostos a manter uma simples milícia e só admitindo exceção ùnicamente para corpos especialíssimos.

Preferiam a nação arregimentada segundo o livre regime suíço. Eis o que categòricamente, asseverou a palavra oficial, no Decreto de 16 de novembro de 1839:—"Expulsos os monárquicos, será dispensado o complexo das classes ativas, toda a mencionada 1.ª linha, exceto as unidades insuscetíveis de improvização, os "corpos "científicos" e o mais que o corpo legislativo repute imprescindível. Os oficiais e inferiores, si bem dissolvido e extinto o pé de guerra, conservarão as vantagens de que já gozavam. As praças, depois de haverem os pagamentos em atrazo, terão baixa, com direito a preferência em empregos para que estiverem aptos, é à partilha por dotações, pelo Estado, dos terrenos devolutos ou do domínio nacional, em prêmio de seus serviços". Quem não vê, nesse decreto, o mesmo pensamento da então nascente filosofia positiva? (4.º volume de Augusto Comte, Política Positiva).

Os officiais e soldados que tomaram parte no movimento de 20 de setembro constituíram as fôrças de linha quando se organizou o exército. E o autorizado periódico "Recopilador-Liberal", órgão farroupilha, expôs o pensamento da revolução sôbre as fôrças armadas, mostrando a necessidade de não roubar muitos braços à lavoura. E admiráveis mostras de espírito civil deram os nossos maiores. "Nem sociedades militares ,nem espírito de classes, nem preconceitos mesquinhos, nem idéias recolonizadoras — escrevia, em 8 de janeiro de 34,

o prócer Xavier Ferreira — podem no Brasil superar os grandes interêsses da Liberdade, o sentimento imortal da Nacionalidade". O brado de Souza Neto, proclamando a República, não fôra um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Êlle e os que o cercavam "compreendendo a grandiosidade do momento, eram cidadãos armados, não eram soldados". Como oficial de milícias, Neto apenas podia dispor na sua fôrça de 8 praças de linha. E em nada influiu o militarismo na escolha para chefe de Estado, sendo eleito Bento Gonçalves, que estava ausente, nas mãos do inimigo, "sem possibilidade de fazer pressão sôbre os eleitores".

Já no momento dessa eleição, ao dar o seu voto, na vila sagrada de Piratiní, João Manoel de Lima e Silva, então ínclito general em chefe, e que tão preponderante papel desempenhou na gênese e organização da república, não podendo comparecer ao ato, devido ao seu grave ferimento do combate de Pelotas, oficiou dizendo que não desejava investir um militar na suprema magistratura, e, nada querendo para si, indicou o nome do cidadão Inácio de Oliveira Guimarães, para que o sufragassem os principais chefes militares e os mais eminentes próceres que, a chemado dêle, João Manoel, alí tinham convergido. Eleito Bento Gonçalves, o general-presidente timbrou em manifestar, por seus hábitos, por um procedimento sistemático, que subordinava sempre o exercício das armas à prática dos deveres do cidadão e que o povo riograndense tinha que ver no seu presidente "menos o glorioso cabo de guerra, do que o magistrado civil". Andava Bento Gonçalves quasi sempre de vestuário paisano, segundo um depoïmento de seu filho Joaquim Gonçalves. E assim êle apareceu nas maiores solenidades da República de Piratiní. Nunca usou fardão, embora o possuísse com medalhas e condecorações ganhas com sacrifício e bravura na defesa da Pátria.

Era o austero general de uma "simplicidade antiga". Preferia usar muito comumente jaqueta de brim e raramente jaqueta militar, sem a mínima insígna, — de pano de lã azul ou verde. Quando se apresentou à porta da Assembléia Constituinte, envergava casaca, sem nenhum distintivo militar, —

e com essa "republicana modéstia", — narra a história, — foi introduzido no recinto pela comissão para isto nomeada. E, alí, em face do povo, vibrantemente, declarou antever o renascimento da época da Justiça e da Liberdade para a terra brasileira!

O RUMO REPUBLICANO

Percorriam a sociedade várias correntes de opinião: os centralizadores (legalistas extremados), os legalistas moderados, os revolucionários republicanos e os moderados.

Influíram, sèriamente, no ânimo popular os jornais combativos que antecederam a revolta e que prègavam as reformas dos costumes políticos da época, redigidos por vários rio-grandenses e brasileiros de outras províncias, antes de chegar ao Rio Grande Tito Lívio Zambicari, colaborador no "Republicano" (1834); desde 1832 doutrinava no "Recopilador Liberal" o jornalista Magalhães Calvet, salientando-se, ainda nessa preparação e defesa dos princípios liberais, vultos como Vicente Ferreira Gomes, Mateus Gomes Viana, Lourenço de Castro, Francisco de Sá Brito, Francisco Xavier Ferreira, padre Chagas, Sebastião Xavier do Amaral, e tantos outros sem esquecer Pedro José de Almeida, o Marat Farroupilha.

Combatiam o govêrno de mãos dadas com o partido português para oprimir os rio-grandenses, com impostos iníquos e exagerodos que arruïnavam as indústrias, e repetidos saques, a favor de certas províncias, empobrecendo o tesouro a injusta política do império.

Eis porque o "Continentista", a 17 de agôsto, antes do memorável 20 de setembro, publicava a declaração do povo da Virgínia, insurgindo-se contra o govêrno inglês: — "Cada vez que um govêrno fôr conhecido como incapaz de preencher os grandes fins para que o povo o investiu do poder, ou que lhe seja contrário, a maioria da nação tem o direito indubitável, inalienável e inalterável de abolí-lo, substituí-lo e reformá-lo, da maneira que julgar conveniente ao bem público".

Assim a imprensa preparou a alma popular para a acei-

tação ulterior do regime democrático, da idéia federativa, na segunda fase atingida pela gloriosa cruzada.

Disse o tenente Osório, em carta a seu pai, em 35, — "a revolução de setembro de que fui soldado, não se fez para separar do império a província do Rio Grande, nem para dar-lhe um govêrno republicano, — mas para pôr termo à péssima administração que a ofendia, administração inepta e facciosa, conforme o Manifesto de Bento Gonçalves, expendendo o objetivo da revolução, a 20 de setembro de 35.

Pela primeira vez, se definiu, em claro programa, o sonho democrático dos Farrapos, na cidade de Pelotas, após o combate do rio de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836.

Ferido nesse combate, o chefe dos revolucionários, o intrépido João Manoel de Lima e Silva, no rosto, por um tiro de bordo, foi transportado em padiola para a residência do grande industrial, amantíssimo pelotense adotivo Domingos de Almeida. E decisivos foram os efeitos advindos dêsse encontro em Pelotas dos dois próceres que, em largo convívio, versavam os temas cívicos e doutrinários, privados e públicos, do glorioso movimento. Aí se reüniam Almeida e João Manoel no instante preciso para o grande passo oportuno e necessário, — o de promover a proclamação da República na gleba gaúcha, com "a dupla missão de ligar por princípios superiores os rio-grandenses e convocar os outros brasileiros para a grande obra da livre organização da Pátria comum". Para aceitar as responsabilidades dessa proclamação, foi o precatado Almeida, homem de gabinete, instigado pelo entusiasta João Manoel, jovem e ativo agitador republicano que, em Pôrto Alegre, montára, na sua própria casa, uma tipografia, publicando o jornal "Continentino", com o dístico — "quando se trata de salvação da Pátria, não consultai, exponde a vida". Em tal momento, longe estava Bento Gonçalves; e Almeida e João Manoel incumbiram emissários de confiança da tarefa delicada de, junto do coronel Souza Neto resolveram estabelecer, proclamar e defender a República Farroupilha. Êsses emissários, amigos e companheiros de fileira de Neto (que, em carta de 29 de dezembro de 35, à Camara municipal de

Pelotas, declarara não acreditar que o diminuto partido republicano podesse separar o Rio Grande do Brasil) êsses emissários foram Joaquim Pedro Soares, rio-grandense "distinto pela inteligência e pelos dotes de coração", de nome já respeitado desde os primeiros dias da guerra militar capaz, braço direito de Neto; e Manoel Lucas de Oliveira que "tanto brilhou com o decurso do tempo" e José Saens Calengo, grande amigo dos Farrapos.

Sob êsse influxo poderoso, Neto compreendeu a grandiosidade do momento, em que a revolução, em consequência da vitória do Seival, passou a ter uma clara e definida orientação lógica, não mais oscilando entre uma reconciliação com o império, com o reconhecimento dos princípios liberais, e a separação do Rio Grande, como meio de se constituir a República no Brasil.

Apesar da gravidade do seu ferimento, João Manoel, se entregara todo ao serviço da reorganização do exército, em agôsto de 36, e, no dia 20 dêsse mês, deixara Pelotas (como noticiou "O Povo", n.º 111) chegando a Piratiní a 2 de novembro e a 6 muito cooperando para a instalação do govêrno do novo Estado solenemente proclamado.

E Domingos de Almeida, sem ter sido antes um homem de guerra, foi, pelo seu devotamento, transformado num tipo admirável de organizador que salvou o núcleo do exército sito em Pelotas, como um gênio prático, improvisador, a figura que se sobrepôs, pelas suas virtudes de estadista, de cujo nobre caráter e crenças livres, falou com veneração, um dia, o inclito Félix da Cunha.

DEFENSORES DA MELHOR FORMA DE GOVÊRNO

Si é por uma sucessão constante das lutas dos indivíduos e das classes para dilatar o campo de suas atividades, que se traduz a evolução política humana; si o govêrno não deve existir para certa classe de pessoas e sim para o povo; si a ordem é necessidade indeclinável da vida coletiva, assim como a liberdade é a atmosféra própria do homem, é bem su-

premo do homem social; si, portanto, o ideal do Estado deve ser a segurança da liberdade dentro da ordem; que forma de govêrno pode haver que melhor satisfaça às exigências nacionais da nossa vida corporativa — do que a **Democracia?**

A pergunta é de um jurista filósofo que, ainda em nossos dias, cita a opinião de valorosos defensores da forma liberal de govêrno, como os insignes cultores do direito Barthélemy, Parodi, Basch, que no oitavo Congresso Internacional de Filosofia, reünido em Praga, em setembro de 1934, fizeram sentir que **o regime da razão social e da justiça é a Democracia.** Sob o aspecto mais geral em que se encara a fisionomia histórica, definiu-se a alternação, o ritmo de períodos de agitação do liberalismo e do reacionarismo como sendo, no evolver gradual dos povos, a manifestação da tendência dos espíritos e da sociedade para um regime de estabilidade final em que o **progresso** não seja a anarquia, a febre revolucionária em delírio de novidades, e a **ordem** não seja a rotina estéril, a **apatia,** a retrogradação, eterno conflito que emerge da história, o choque entre as fôrças de coordenação e destruïção. Achar uma tal forma de progresso e um tal princípio de ordem, em que se conciliem a **autoridade** e a **liberdade,** — foi o pensamento da Sociologia, deduzido do exame da continuïdade histórica, observando-se as sucessivas formas de govêrno, até vir a Democracia destinada a operar as grandes reformas sociais na luta travada contra o empirismo. Queriam os Farrapos instituir a federação democrática, tomando como modelo a Constituïção dos Estados Unidos da América do Norte, de 17 de setembro de 1787, que fôra estabelecida para substituir o regime confederativo, visando os americanos constituir, com êsse novo sistema de govêrno, uma **União mais perfeita,** segundo os próprios têrmos do preâmbulo dêsse importanto documento político.

A UNIDADE FEDERAL DA PÁTRIA

Ao seu amadurecimento chegara a evolução política do povo gaúcho. Em 1832, ganhou maior impulso o partido que pugnava pelo ideal federativo, com a chegada a Pôrto Alegre

de um membro dos clubes revolucionários do Rio de Janeiro, o tenente de artilharia Luiz José dos Reis Alpoim, depois um dos principais elementos no preparo e na explosão da guerra dos Farrapos.

Já em 1831, pelas colunas do "Constitucional Rio Grandense", Pedro José de Almeida, o Marat Farroupilha, bradava: — "Só a federação poderá livrar esta Província das arpias que a Côrte nos manda". E outro jornal, "O Recopilador Liberal", proclamava, em 1832, em Pôrto Alegre: — "Faça-se a Federação Republicana, e eis o remédio aos males da Pátria".

E não só pela imprensa, pela tribuna pública e nas eleições, vinham sendo propagadas no Rio Grande do Sul as idéias democráticas.

E' interessante notar que já em Coimbra havia uma sociedade secreta, intitulada **Gruta**, composta exclusivamente de brasileiros que tinha por fim, ao regressarem ao Brasil, promover a proclamação da República, contando entre seus membros Cândido Batista de Oliveira, José Araújo Ribeiro, Antônio Vieira Braga, Antônio Rodrigues Fernandes Braga e outras personalidades, que depois do ato de 7 de abril tanto influiram sôbre os destinos nacionais.

Com a idéia genuïnamente americana de federação e "também filha do intenso localismo ou provincialismo brasileiro", entrou "em choque a idéia romana de império, herança da cultura portuguesa".

Chamava-se **Cruzada da Liberdade** outra sociedade secreta, com sede no Rio de Janeiro e filiais em Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, correspondendo-se com suas congêneres existentes em París.

Tinha por fim instituir o regime republicano, segundo uma carta, datada de Washington, em 5 de novembro de 1839, de Ernesto Ferreira França ao ministro da Justiça, no Brasil.

Em suma, tanto persistiu no Rio Grande a idéia de federação republicana que pouco antes de assinada a paz definitiva, era enviado ao Rio de Janeiro o dr. Joaquim Vieira da Cunha propondo a paz, mediante a federação, o respeito ao

nosso sentimento autonômico, que o império acabaria reconhecendo, como um meio têrmo, um estado de equilíbrio entre os dois sentimentos, o nacional e o provincial, na alma gaúcha.

A BRASILIDADE

Não podia deixar de ser a epopéia dos Farrapos o reflexo dos dotes de alma de todos os ínclitos guerrilheiros do Pampa, isto é, da grande alma brasileira dos rio-grandenses.

Três anos antes do memorável 20 de setembro, o dr. Marciano Pereira Ribeiro, preclaro prócer da propaganda, formado na Inglaterra, traçava a orientação que efetivamente teve o movimento rio-grandense, dizendo que êste **não deveria perder nunca o seu caráter eminentemente nacional e sim apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileiros.**

E o insuspeito historiador Antônio Diaz, em sua "Historia politica y militar de las Republicas del Plata", com justeza asseverou: — "Bento Gonçalves como Brasileiro no pensó jamás en otra politica que la que dirigia al punto objectivo exclusivamente brasileiro republicano". Pertencem ao ciclo dessa Grande Revolução — defensores do Brasil, generais e estadistas que "viveram e formaram seu caráter no ambiente dessa grande éra", — acima de tudo Brasileiros, como Osório, Andrade Neves, Canabarro, Pôrto Alegre, Joaquim Caetano da Silva... Jamais foram pactuados uniões políticas nos tratados célebres pelos Farrapos com alguns chefes das Províncias dos países vizinhos e sim "alianças ofensivas e defensivas e reciprocidade de auxílios e de concessões de vantagens, sem perda da soberania das partes contractantes". Bento Gonçalves exclamou: — "Ah! eu, nem os rio-grandenses, desejamos desligarnos absolutamente do Brasil. Tempo virá em que, por fatos, possa convencer-nos desta verdade" (carta a Mena Barreto, de 15 de março de 1840).

Numerosos brasileiros, filhos de outras províncias, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Santa Catarina, Alagoas, se identificaram com a causa farroupilha, — para a vida e para a morte!

AMOR AO ENSINO E À EDUCAÇÃO

Promoveram os Farrapos a instrução pública, entre os principais objetivos de sua administração, exortando às Camaras Municpiais, em circular de 1.º de agôsto de 1838, a proverem todas as populações de professores de instrução primária, pela compreensão que tinham da Democracia baseada na **difusão das luzes e da moral.** Às Mães rio-grandenses um poeta popular da época recomendava:

Oh! mimosas farroupilhas,
Cuidai bem vossos filhinhos
Que a Pátria muito precisa
Desses mimosos bracinhos!

Dispôs o Projeto Constitucional, de 3 de fevereiro de 1843, no artigo 228: — "A Constituïção assegura, e garante — a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, Colégios, Academias e Universidades, aonde se ensinem as Ciências, Belas Letras e Artes." Êles, os inimitáveis centauros de 35, buscaram defrontar o problema da emancipação das conciências, por meio de um **ensino adequado** "dando preclaras mostras de que tinham alentos ou descortino para intentá-los com êxito". Frisaram: — "A República é para nós uma absoluta necessidade. Nós porém, sabemos, e muito bem, que a multidão, a quem um instinto político revela, como o excelente entre os governos, o do Povo, não pode de um golpe abranger toda sua vastidão, calcular todas as suas vantagens, e compreender todos os seus deveres. Para isto se necessita de **uma verdadeira educação republicana, a qual sòmente um govêrno verdadeiramente republicano** pode dar, e **deve ativamente promover** (Vide n.º de 2 de maio de 1940, "O Povo").

Já a 29 de dezembro de 1835 foi sancionada pelo presidente do Rio Grande, dr. Marciano Pereira Ribeiro a Lei n.º 14 decretada pela Assembléia Legislativa (conforme publicou "O Mensageiro", em seu número 21, de 15 de janeiro de 1836) dividindo em três graus a Instrução Primária: no 1.º, devendo

ensinar-se a ler e escrever pelo método de Lancastre, as quatro operações de aritmética, e os princípios genéricos dos deveres morais e religiosos; no 2.º grau a gramática da língua nacional, aritmética até as proporções, suas aplicações ao comércio; no 3.º grau elementos de geografia, noções gerais de geometria teórica e prática, e suas aplicações ao desenho linear e agrimensura. Afim de estabelecer quanto antes uma Escola Normal em Pôrto Alegre, autorizava o govêrno a contratar dois cidadãos brasileiros para irem instruir-se no melhor método de ensino, dentro ou fora do Brasil.

Estabelecida a Escola Normal, seriam nela habilitados os que pretendessem seguir o magistério, devendo ser destinado um edifício público ou construída uma casa própria para o funcionamento da Escola, cujos Diretores venceriam o ordenado anual de 1:200$000 e uma gratificação até 300$000 por merecimento, devendo dar conta ao presidente, todos os meses, da conduta de seus alunos. Consta essa Lei de 28 artigos. Estipulava os ordenados de 400$000 a 600$000 para os professores das escolas de 1.º grau; de 500$000 a 700$000, para os de 2.º; e de 600$000 a 800$000 para os de 3.º grau. E foi constante a preocupação dos homens de 35 de efetivar a criação de escolas, como se verifica compulsando o coleção do orgam oficial "O Povo". Preferia o govêrno farroupilha reduzir as rações de carne dos seus soldados, a deixar de dar um professor à mocidade, — como se vê do ofício de 5 de novembro de 1838, enviado pelo ministro da fazenda, em Piratiní, ao general Bento Manoel, então comandante das divisões da direita e do centro do exército republicano; bem como se verifica do ofício, na mesma data, enviado por Domingos José de Almeida ao inspetor geral do tesouro público do novel Estado.

Á vista dos parcos recursos monetários, apelava-se para o patriotismo dos professores (ofício à professora, em Caçapava, Zeferina Amalia de Oliveira, de 15 de novembro de 1838). O Decreto de 18 de dezembro dêsse ano conferia "a fruïção dos direitos civís e políticos" aos estrangeiros que trabalhando pela causa da liberdade, provassem possuir conhecimentos "para serem admitidos no magistério das Universidades, Lyceus, Academias ou cursos jurídicos do Estado".

ensinar-se a ler e escrever pelo método de Lancastre, as quatro operações de aritmética, e os princípios genéricos dos deveres morais e religiosos; no 2.º grau a gramática da língua nacional, aritmética até as proporções, suas aplicações ao comércio; no 3.º grau elementos de geografia, noções gerais de geometria teórica e prática, e suas aplicações ao desenho linear e agrimensura. Afim de estabelecer quanto antes uma Escola Normal em Pôrto Alegre, autorizava o govêrno a contratar dois cidadãos brasileiros para irem instruir-se no melhor método de ensino, dentro ou fora do Brasil.

Estabelecida a Escola Normal, seriam nela habilitados os que pretendessem seguir o magistério, devendo ser destinado um edifício público ou construída uma casa própria para o funcionamento da Escola, cujos Diretores venceriam o ordenado anual de 1:200$000 e uma gratificação até 300$000 por merecimento, devendo dar conta ao presidente, todos os meses, da conduta de seus alunos. Consta essa Lei de 28 artigos. Estipulava os ordenados de 400$000 a 600$000 para os professores das escolas de 1.º grau; de 500$000 a 700$000, para os de 2.º; e de 600$000 a 800$000 para os de 3.º grau. E foi constante a preocupação dos homens de 35 de efetivar a criação de escolas, como se verifica compulsando o coleção do orgam oficial "O Povo". Preferia o govêrno farroupilha reduzir as rações de carne dos seus soldados, a deixar de dar um professor à mocidade, — como se vê do ofício de 5 de novembro de 1838, enviado pelo ministro da fazenda, em Piratiní, ao general Bento Manoel, então comandante das divisões da direita e do centro do exército republicano; bem como se verifica do ofício, na mesma data, enviado por Domingos José de Almeida ao inspetor geral do tesouro público do novel Estado.

Á vista dos parcos recursos monetários, apelava-se para o patriotismo dos professores (ofício à professora, em Caçapava, Zeferina Amalia de Oliveira, de 15 de novembro de 1838). O Decreto de 18 de dezembro dêsse ano conferia "a fruïção dos direitos civís e políticos" aos estrangeiros que trabalhando pela causa da liberdade, provassem possuir conhecimentos "para serem admitidos no magistério das Universidades, Lyceus, Academias ou cursos jurídicos do Estado".

Refere Domingos de Almeida, em ofício de 28 de junho de 39, às câmaras municipais, a idéia de criar em Pôrto Alegre um Gabinete de Leitura "precursor da primeira Biblioteca do Estado", contando já com 800 volumes para êsse fim; "cujas doutrinas se faziam mister consultar para o arranjo dos negócios, a proveito dos cidadãos da República", aos quais foi endereçado um apêlo, a 30 de junho seguinte, para que enviassem obras à êsse Gabiente. E, na sessão de 17 de janeiro de 1843 da Assembléia Constituinte, Domingos de Almeida requereu a pronta vinda dos livros do referido Gabinete de Leitura, em depósito na cidade de Piratiní. Em contraste, não via o Império com bons olhos a criação de escolas e procurava anular tão invencivel arma, propalando que os farrapos visavam ajuntar a mocidade para aleivosamente sentar praça nos corpos de 1.ª linha; o que provocou o desmentido enérgico do ofício de Almeida de 17 de julho de 1839 aos chefes de polícia, sua circular às câmaras municipais, e, com a mesma data, seu ofício ao general Neto, chefe do exército republicano, declarando que a juventude Riograndense uma vez matriculada em qualquer das aulas nacionais estava isenta de recrutamento para o exécito.

"Sem a difusão do ensino primário não podem germinar a agricultura, o comércio, as artes, as ciências, e o que é mais que tudo ainda a Liberdade", — escreveu Domingos de Almeida, de Caçapava, a 11 de dezembro de 1839, em ofício ao juiz de paz de São Gabriel, Antônio de Faria Corrêa, louvando-o pelos seus esforços na installação de uma escola de "ensino mútuo", por compreender "as verdadeiras bases da felicidade pública". Assim havia oficiado a Almeida êsse juiz de São Gabriel: — "Todos estão persuadidos que o govêrno apesar das peias que lhe põe os sucessos da guerra, não omite diligência para estabelecer os fundamentos verdadeiros do Republicanismo, que se escoram **na ilustração e na moral dando o exemplo na prática e na doutrina**". (5 de setembro de 1839).

Eis o que os próceres farrapos queriam introduzir, com o rodar dos tempos, — **um egrégio sistema de educação ou regeneração.**

Refere Domingos de Almeida, em ofício de 28 de junho de 39, às câmaras municipais, a idéia de criar em Pôrto Alegre um Gabinete de Leitura "precursor da primeira Biblioteca do Estado", contando já com 800 volumes para êsse fim; "cujas doutrinas se faziam mister consultar para o arranjo dos negócios, a proveito dos cidadãos da República", aos quais foi endereçado um apêlo, a 30 de junho seguinte, para que enviassem obras à êsse Gabiente. E, na sessão de 17 de janeiro de 1843 da Assembléia Constituinte, Domingos de Almeida requereu a pronta vinda dos livros do referido Gabinete de Leitura, em depósito na cidade de Piratiní. Em contraste, não via o Império com bons olhos a criação de escolas e procurava anular tão invencivel arma, propalando que os farrapos visavam ajuntar a mocidade para aleivosamente sentar praça nos corpos de 1.ª linha; o que provocou o desmentido enérgico do ofício de Almeida de 17 de julho de 1839 aos chefes de polícia, sua circular às câmaras municipais, e, com a mesma data, seu ofício ao general Neto, chefe do exército republicano, declarando que a juventude Riograndense uma vez matriculada em qualquer das aulas nacionais estava isenta de recrutamento para o exécito.

"Sem a difusão do ensino primário não podem germinar a agricultura, o comércio, as artes, as ciências, e o que é mais que tudo ainda a Liberdade", — escreveu Domingos de Almeida, de Caçapava, a 11 de dezembro de 1839, em ofício ao juiz de paz de São Gabriel, Antônio de Faria Corrêa, louvando-o pelos seus esforços na installação de uma escola de "ensino mútuo", por compreender "as verdadeiras bases da felicidade pública". Assim havia oficiado a Almeida êsse juiz de São Gabriel: — "Todos estão persuadidos que o govêrno apesar das peias que lhe põe os sucessos da guerra, não omite diligência para estabelecer os fundamentos verdadeiros do Republicanismo, que se escoram **na ilustração e na moral dando o exemplo na prática e na doutrina**". (5 de setembro de 1839).

Eis o que os próceres farrapos queriam introduzir, com o rodar dos tempos, — **um egrégio sistema de educação ou regeneração.**

O PAPEL DAS MULHERES DE 35

Já, em Pôrto Alegre, em 1833, uma precursora do feminismo no Brasil, Nísia Augusta, publicava a 2.ª edição do livro **Direitos das Mulheres e injustiça dos homens,** que ela traduzira do francês, da autoria de Mistress Godwin. Diretora, no Rio Grande do Sul, de um colégio, era a egrégia dama Nísia Floresta Brasileira Augusta uma pensadora dotada de rara independência e compreensão filosófica no trato dos problemas políticos e sociais da humanidade. Foi a única brasileira que conheceu pessoalmente, em París, o fundador da Sociologia, Augusto Comte que viu, nela, os indícios de uma preciosa discípula. Êste interessante episódio bem define a elevação dos nossos maiores: A professora em Cachoeira, D. Ana Francisca Rodrigues Pereira fôra denunciada por propagar entre seus alunos idéias contrárias ao farroupilhismo.

Prestou informações sôbre essa denúncia, a 4 de agôsto de 39, Antônio Vicente da Fontoura, chefe de polícia; e, diante da justificativa de D. Ana, em ofício a Almeida, êste, com perfeito cavalheirismo respondeu a essa senhora, a 3 de agôsto de 39, de Caçapava, dizendo: — ... "É verdade que a vista da acusação, que me foi endereçada e da instrução das jovens rio-grandenses, em quem ora repousam as mais belas esperanças da Nação, eu vacilei em expedir o respectivo diploma, no entretanto que passava a indagar da veracidade de quanto se me dizia. A pessoa encarregada dessa indagação ainda me não informou a respeito; e pôsto esteja intimamente convencido da calúnia irrogada a V. S. comtudo por ela aguardo visto tê-la exigido, ficando V. S. certa que, sejam quais foram os resultados de tal indagação, eu tributo às suas virtudes os mais sinceros respeitos". (3 de agôsto de 1839). Não pode ser olvidaada a influência das Mulheres de 35 que durante o imortal decênio souberam animar e confortar, auxiliar e amparar os farrapos, com o amor, o carinho, a dedicação da mulher brasileira, como a espôsa de Domingos de Almeida, D. Bernardina e como Francisca, a jovem espôsa

O PAPEL DAS MULHERES DE 35

Já, em Pôrto Alegre, em 1833, uma precursora do feminismo no Brasil, Nísia Augusta, publicava a 2.ª edição do livro **Direitos das Mulheres e injustiça dos homens,** que ela traduzira do francês, da autoria de Mistress Godwin. Diretora, no Rio Grande do Sul, de um colégio, era a egrégia dama Nísia Floresta Brasileira Augusta uma pensadora dotada de rara independência e compreensão filosófica no trato dos problemas políticos e sociais da humanidade. Foi a única brasileira que conheceu pessoalmente, em París, o fundador da Sociologia, Augusto Comte que viu, nela, os indícios de uma preciosa discípula. Êste interessante episódio bem define a elevação dos nossos maiores: A professora em Cachoeira, D. Ana Francisca Rodrigues Pereira fôra denunciada por propagar entre seus alunos idéias contrárias ao farroupilhismo.

Prestou informações sôbre essa denúncia, a 4 de agôsto de 39, Antônio Vicente da Fontoura, chefe de polícia; e, diante da justificativa de D. Ana, em ofício a Almeida, êste, com perfeito cavalheirismo respondeu a essa senhora, a 3 de agôsto de 39, de Caçapava, dizendo: — ... "É verdade que a vista da acusação, que me foi endereçada e da instrução das jovens rio-grandenses, em quem ora repousam as mais belas esperanças da Nação, eu vacilei em expedir o respectivo diploma, no entretanto que passava a indagar da veracidade de quanto se me dizia. A pessoa encarregada dessa indagação ainda me não informou a respeito; e pôsto esteja intimamente convencido da calúnia irrogada a V. S. comtudo por ela aguardo visto tê-la exigido, ficando V. S. certa que, sejam quais foram os resultados de tal indagação, eu tributo às suas virtudes os mais sinceros respeitos". (3 de agôsto de 1839). Não pode ser olvidaada a influência das Mulheres de 35 que durante o imortal decênio souberam animar e confortar, auxiliar e amparar os farrapos, com o amor, o carinho, a dedicação da mulher brasileira, como a espôsa de Domingos de Almeida, D. Bernardina e como Francisca, a jovem espôsa

de Osório que êle chamava "minha glória doméstica". (Vide "Mulheres Farroupilhas" por Fernando Osório).

E quem representou o próprio coração da América, quem simbolizou a própria união dessa espiritualidade fecunda que nos une à cultura e à tradição de além-mar, sinão a Joana D'Arc Farroupilha, Ana de Jesús Ribeiro Garibaldi? E que mais comovedor e autêntico episódio do que o daquela boa velhinha patriota que recebeu Bento Gonçalves quando êste viajava de Santa Catarina à Viamão e, ao passar por uma pequena estância, pediu um cavalo para trocar pelo seu que estava a cair de cansado. Sem dizer quem era e para onde ia, contando as peripécias da viagem a essa boa velhinha, ela excusou-se, porém, dizendo: — "Fui rica, hoje estou pobre, dei o que pude à revolução e as fôrças legais me levaram o resto. Na estância só tenho um cavalo, para todo o serviço, e êsse não o dou. Só si mo viesse pedir o general Bento Gonçalves, para quem o guardo, quando êle voltar ao Rio Grande. E então Bento Gonçalves, dando-se a conhecer à anciã serena do civismo gaúcho, sentiu bater de orgulho o seu coração ante êsse gesto que "brilha como uma gema preciosa" representando a alma do Rio Grande sentimental, das mães, espôsas e filhas, humilde na solidão da prece, "chorando baixinho na beira dos campanários para enxugar suas lágrimas com os farrapos da bandeira rio-grandense".

A RELIGIOSIDADE

Foi o ideal cristão que fez os Estados Unidos fundarem uma Constituïção em 1787 e uma Declaração das liberdades humanas que, em 1776, "veio escudar a conciência dos povos".

Das prédicas do Evangelho ressoaram no Rio Grande do Sul as florestas da terra de Sepé, mesclando-se ao ritos selvagens o rito cristão. E para a máxima associação rio-grandense agiram os sentimentos religiosos, sem a formação de castas que absorvessem as conciências. E o clero católico vibrou nos estos do patriotismo, na linha da frente, em todos os surtos liberais que agitaram o Rio Grande. Se-

de Osório que êle chamava "minha glória doméstica". (Vide "Mulheres Farroupilhas" por Fernando Osório).

E quem representou o próprio coração da América, quem simbolizou a própria união dessa espiritualidade fecunda que nos une à cultura e à tradição de além-mar, sinão a Joana D'Arc Farroupilha, Ana de Jesús Ribeiro Garibaldi? E que mais comovedor e autêntico episódio do que o daquela boa velhinha patriota que recebeu Bento Gonçalves quando êste viajava de Santa Catarina à Viamão e, ao passar por uma pequena estância, pediu um cavalo para trocar pelo seu que estava a cair de cansado. Sem dizer quem era e para onde ia, contando as peripécias da viagem a essa boa velhinha, ela excusou-se, porém, dizendo: — "Fui rica, hoje estou pobre, dei o que pude à revolução e as fôrças legais me levaram o resto. Na estância só tenho um cavalo, para todo o serviço, e êsse não o dou. Só si mo viesse pedir o general Bento Gonçalves, para quem o guardo, quando êle voltar ao Rio Grande. E então Bento Gonçalves, dando-se a conhecer à anciã serena do civismo gaúcho, sentiu bater de orgulho o seu coração ante êsse gesto que "brilha como uma gema preciosa" representando a alma do Rio Grande sentimental, das mães, espôsas e filhas, humilde na solidão da prece, "chorando baixinho na beira dos campanários para enxugar suas lágrimas com os farrapos da bandeira rio-grandense".

A RELIGIOSIDADE

Foi o ideal cristão que fez os Estados Unidos fundarem uma Constituïção em 1787 e uma Declaração das liberdades humanas que, em 1776, "veio escudar a conciência dos povos".

Das prédicas do Evangelho ressoaram no Rio Grande do Sul as florestas da terra de Sepé, mesclando-se ao ritos selvagens o rito cristão. E para a máxima associação rio-grandense agiram os sentimentos religiosos, sem a formação de castas que absorvessem as conciências. E o clero católico vibrou nos estos do patriotismo, na linha da frente, em todos os surtos liberais que agitaram o Rio Grande. Se-

guiu preso para o Rio de Janeiro o padre Soutomaior, "principal motor", em Pôrto Alegre, do levante de 26 de abril de 1821 que exigiu o juramento da Constituïção. Figuravam inúmeros sacerdotes nas sociedades secretas, de alvos filantrópicos e onde a Independência do Brasil "se enroupava para as galas da liberdade".

Os pais de Bento Gonçalves o destinavam à carreira eclesiástica, seguida por seu irmão o padre Roberto Gonçalves. Como um traço que ligou a Confederação do Equador, à República de Piratiní, importante papel representou o padre alagoano José Antônio Caldas. (Vide "A Batina e os Farrapos", por Fernando Osório).

De destacada atuação foram outros eminentes sacerdotes, como Antônio Pereira Ribeiro, Tomé Luiz de Souza tipo do "levita da primeira idade do cristianismo"; Francisco das Chagas Martins Ávila, vigário apostólico dos farrapos, deputado e ministro, autor do painel comemorativo (lenço de seda) das glórias da revolução; Hildebrando de Freitas Pedroso, deputado e ministro, que desenhou a alegoria ao escudo de armas da República, presidente da Assembléia Constituinte; Bernardo José Viegas, assassinado na vila do Rio Grande pela sua devoção à causa liberal; Juliano de Faria Lobato; Pedro Joaquim dos Reis; João de Santa Bárbara, um dos primeiros professores públicos no Rio Grande do Sul, consumado orador, que no parlamento nacional ergueu a voz em defesa dos farrapos, e foi deputado na Constituinte; Vicente Ferreira dos Santos, presidente da República de Santa Catarina. Deu o clero, apôio cívico, concurso moral à epopéia de 35, formando nas fileiras do regenerativo movimento.

O órgão oficial O Povo, a 19 de setembro de 1838, declarava: — "Tínhamos fé em Deus... defendíamos uma causa que, pela sua santidade, pela justiça em que se apoia, de per si só nos valia tudo".

Bento Gonçalves proclamava em Alegrete a 28 de agôsto de 39: — "Deus não há de ajudar, a nós que combatemos pela liberdade...'

guiu preso para o Rio de Janeiro o padre Soutomaior, "principal motor", em Pôrto Alegre, do levante de 26 de abril de 1821 que exigiu o juramento da Constituïção. Figuravam inúmeros sacerdotes nas sociedades secretas, de alvos filantrópicos e onde a Independência do Brasil "se enroupava para as galas da liberdade".

Os pais de Bento Gonçalves o destinavam à carreira eclesiástica, seguida por seu irmão o padre Roberto Gonçalves. Como um traço que ligou a Confederação do Equador, à República de Piratiní, importante papel representou o padre alagoano José Antônio Caldas. (Vide "A Batina e os Farrapos", por Fernando Osório).

De destacada atuação foram outros eminentes sacerdotes, como Antônio Pereira Ribeiro, Tomé Luiz de Souza tipo do "levita da primeira idade do cristianismo"; Francisco das Chagas Martins Ávila, vigário apostólico dos farrapos, deputado e ministro, autor do painel comemorativo (lenço de seda) das glórias da revolução; Hildebrando de Freitas Pedroso, deputado e ministro, que desenhou a alegoria ao escudo de armas da República, presidente da Assembléia Constituinte; Bernardo José Viegas, assassinado na vila do Rio Grande pela sua devoção à causa liberal; Juliano de Faria Lobato; Pedro Joaquim dos Reis; João de Santa Bárbara, um dos primeiros professores públicos no Rio Grande do Sul, consumado orador, que no parlamento nacional ergueu a voz em defesa dos farrapos, e foi deputado na Constituinte; Vicente Ferreira dos Santos, presidente da República de Santa Catarina. Deu o clero, apôio cívico, concurso moral à epopéia de 35, formando nas fileiras do regenerativo movimento.

O órgão oficial O Povo, a 19 de setembro de 1838, declarava: — "Tínhamos fé em Deus... defendíamos uma causa que, pela sua santidade, pela justiça em que se apoia, de per si só nos valia tudo".

Bento Gonçalves proclamava em Alegrete a 28 de agôsto de 39: — "Deus não há de ajudar, a nós que combatemos pela liberdade...'

Êle protestou "à face dos Céus e dos homens" acabar antes nas ruínas da Pátria do que vê-la escravizada.

E Domingos de Almeida exclamou, em boletim de 18 de fevereiro de 1839: — "Deus protege manifestamente a nossa causa". Com solenes **Te-Deums** celebraram os Farrapos a proclamação da República em Piratiní, e outros memoráveis eventos e prestaram o juramento de manter a religião católica que era a religião do Estado, permitindo-se às outras o culto doméstico, artigo 5 da Constituïção, a qual vedava terminantemente a perseguição a qualquer pessoa por motivo de religião. Tinham fé cristã os Farrapos e alto bradavam o seu credo, distinguindo-se o sacerdócio, na quadra revolucionária, tanto pela moralidade quanto pelo civismo.

AMERICANISMO DOS FARRAPOS

Insuflavam o mundo veementes, incoercíveis aspirações, lavrando a conciência nacional. Fremiu a América latina, saturada do contágio emancipador dos imperativos universais de que após as revoltas dos Estados Unidos e da França, foi uma lógica resultância a Jornada de 35, uma natural continuïdade, e o remate, o coroamento, a culminação do passado do Rio Grande, a defender os seus vínculos de origem, mais do que o território, a língua, as tradições, os costumes, os usos comuns, o ideal de raça. Na expressão de um ministro de Bento Gonçalves, a liberdade universal do continente americano era a causa santa que os Farrapos defendiam. Um dos órgãos oficiais da República rio-grandense **O Americano**, que apareceu em Alegrete, a 24 de setembro de 1842, inscreveu no cabeçalho:

Pela Pátria viver, morrer por ela,
Guerra fazer ao despotismo insano,
A virtude seguir, calcar o vício,
Eis o dever de um livre americano!

Sem castelhanismo nem separatismo, sobrepairou a orientação da grande alma brasileira dos rio-grandenses que, para

Êle protestou "à face dos Céus e dos homens" acabar antes nas ruínas da Pátria do que vê-la escravizada.

E Domingos de Almeida exclamou, em boletim de 18 de fevereiro de 1839: — "Deus protege manifestamente a nossa causa". Com solenes **Te-Deums** celebraram os Farrapos a proclamação da República em Piratiní, e outros memoráveis eventos e prestaram o juramento de manter a religião católica que era a religião do Estado, permitindo-se às outras o culto doméstico, artigo 5 da Constituïção, a qual vedava terminantemente a perseguição a qualquer pessoa por motivo de religião. Tinham fé cristã os Farrapos e alto bradavam o seu credo, distinguindo-se o sacerdócio, na quadra revolucionária, tanto pela moralidade quanto pelo civismo.

AMERICANISMO DOS FARRAPOS

Insuflavam o mundo veementes, incoercíveis aspirações, lavrando a conciência nacional. Fremiu a América latina, saturada do contágio emancipador dos imperativos universais de que após as revoltas dos Estados Unidos e da França, foi uma lógica resultância a Jornada de 35, uma natural continuïdade, e o remate, o coroamento, a culminação do passado do Rio Grande, a defender os seus vínculos de origem, mais do que o território, a língua, as tradições, os costumes, os usos comuns, o ideal de raça. Na expressão de um ministro de Bento Gonçalves, a liberdade universal do continente americano era a causa santa que os Farrapos defendiam. Um dos órgãos oficiais da República rio-grandense **O Americano**, que apareceu em Alegrete, a 24 de setembro de 1842, inscreveu no cabeçalho:

Pela Pátria viver, morrer por ela,
Guerra fazer ao despotismo insano,
A virtude seguir, calcar o vício,
Eis o dever de um livre americano!

Sem castelhanismo nem separatismo, sobrepairou a orientação da grande alma brasileira dos rio-grandenses que, para

integrar o Brasil no sistema republicano continental, volveram os olhos para o modêlo constitucional dos Estados Unidos.

"Mostramos ao Brasil que sabíamos prezar o egrégio Nome Americano", dizia Antônio Vicente da Fontoura, em proclamação da vila de Cachoeira (n.º 14 do **Mensageiro**).

"As monarquias não conveem à América, porque estão em contradição com suas idéias, — prègava o periódico **Estrela do Sul**, de Alegrete, a 8 de março de 1843), — aquí não há aristocracia sinão a do mérito; aquí não há classes privilegiadas e o espírito geral dos Americanos é democrático... Construir um formoso templo à justiça, levantar os alicerces de uma república federal, é o nosso dever... contamos com os votos e simpatias de todos os Brasileiros; contamos com o seu apôio, e finalmente com o nosso valor, constância e patriotismo. Que emprêsa mais generosa, mais magnânima e mais digna de nós?"

O próprio marquês de Barbacena, primeiro representante do Brasil em Londres, em 1822, dirigia-se ao seu chanceler, com êste parecer: — "Não temos que nos vexar com elaborar constituïções originais: a Constituïção Americana, com mudança de algumas palavras, isto é, com fórmulas monárquicas, é quanto nos convém. E' no teatro de Piratiní foi recitada pelo autor uma poesia ao aniversário da proclamação da República Rio-Grandense evidenciando as largas convicções dos nossos maiores:

Povos livres d'América abundante!
Cultas nações da memoranda Europa!

. . . . . .

E vós, oh! Cidadãos de alheios Povos
Que amais a Pátria, amais a Liberdade

. . . . . .

Fazei, fazei justiça ao Continente
Seus filhos denodados, virtuosos

. . . . . .

integrar o Brasil no sistema republicano continental, volveram os olhos para o modêlo constitucional dos Estados Unidos.

"Mostramos ao Brasil que sabíamos prezar o egrégio Nome Americano", dizia Antônio Vicente da Fontoura, em proclamação da vila de Cachoeira (n.º 14 do **Mensageiro**).

"As monarquias não conveem à América, porque estão em contradição com suas idéias, — prègava o periódico **Estrela do Sul**, de Alegrete, a 8 de março de 1843), — aquí não há aristocracia sinão a do mérito; aquí não há classes privilegiadas e o espírito geral dos Americanos é democrático... Construir um formoso templo à justiça, levantar os alicerces de uma república federal, é o nosso dever... contamos com os votos e simpatias de todos os Brasileiros; contamos com o seu apôio, e finalmente com o nosso valor, constância e patriotismo. Que emprêsa mais generosa, mais magnânima e mais digna de nós?"

O próprio marquês de Barbacena, primeiro representante do Brasil em Londres, em 1822, dirigia-se ao seu chanceler, com êste parecer: — "Não temos que nos vexar com elaborar constituïções originais: a Constituïção Americana, com mudança de algumas palavras, isto é, com fórmulas monárquicas, é quanto nos convém. E' no teatro de Piratiní foi recitada pelo autor uma poesia ao aniversário da proclamação da República Rio-Grandense evidenciando as largas convicções dos nossos maiores:

Povos livres d'América abundante!
Cultas nações da memoranda Europa!

. . . . . .

E vós, oh! Cidadãos de alheios Povos
Que amais a Pátria, amais a Liberdade

. . . . . .

Fazei, fazei justiça ao Continente
Seus filhos denodados, virtuosos

. . . . . .

Arvoraram magnânimos e fortes
Da liberdade o fúlgido estandarte
Tecido por Franklin com mãos divinas

. . . . . .

Fundaram cidadãos iguais aos Gracos
Uma ilustre República firmada
Nas bases da eqüidade e da justiça
Desta excelsa República nascente
Partirão filosóficos princípios
Que às províncias irmãs, que opressas gemem,
Levarão sôbre as asas da Memória
Fraternidade, paz, independência
Tolerância, concórdia e liberdade
Sem a qual a virtude sôbre a terra
É um fantasma vão...

. . . . . .

Tiranos, respeitai tão fausto dia
Washington, Juliano, Lafayette,
Grandes Heróis, da Humanidade amigos,
Fazei, oh! Cidadãos, fazei justiça

. . . . . .

A alta proclamação da independência
Da República Augusta Rio Grandense.

HUMANISMO

Aquele escudeiro medieval, o Gran Condotiere, Garibaldi, cidadão do mundo, que ao lado dos Farrapos, para honra nossa e para honra sua, principiou a desprezar a adversidade e a combater dignamente pela **causa sagrada das nações,** êle mesmo contou nas suas memórias que numa de suas viagens ao Levante, transportara a bordo de seu navio a Constantinopla vários perseguidos da filosofia que, no mais amplo sentido, dava valor pessoal ao trabalho e ao talento.

E, sôbre o mar, cuja brisa lhe parecia cheia de inspirações generosas, discutia, numa noite em que o céu estava marchetado de estrêlas, com um dêsses passageiros, em quem

Arvoraram magnânimos e fortes
Da liberdade o fúlgido estandarte
Tecido por Franklin com mãos divinas

. . . . . .

Fundaram cidadãos iguais aos Gracos
Uma ilustre República firmada
Nas bases da eqüidade e da justiça
Desta excelsa República nascente
Partirão filosóficos princípios
Que às províncias irmãs, que opressas gemem,
Levarão sôbre as asas da Memória
Fraternidade, paz, independência
Tolerância, concórdia e liberdade
Sem a qual a virtude sôbre a terra
É um fantasma vão...

. . . . . .

Tiranos, respeitai tão fausto dia
Washington, Juliano, Lafayette,
Grandes Heróis, da Humanidade amigos,
Fazei, oh! Cidadãos, fazei justiça

. . . . . .

A alta proclamação da independência
Da República Augusta Rio Grandense.

HUMANISMO

Aquele escudeiro medieval, o Gran Condotiere, Garibaldi, cidadão do mundo, que ao lado dos Farrapos, para honra nossa e para honra sua, principiou a desprezar a adversidade e a combater dignamente pela **causa sagrada das nações,** êle mesmo contou nas suas memórias que numa de suas viagens ao Levante, transportara a bordo de seu navio a Constantinopla vários perseguidos da filosofia que, no mais amplo sentido, dava valor pessoal ao trabalho e ao talento.

E, sôbre o mar, cuja brisa lhe parecia cheia de inspirações generosas, discutia, numa noite em que o céu estava marchetado de estrêlas, com um dêsses passageiros, em quem

viu um apóstolo, sôbre as questões de nacionalidade e o grande problema humano. E ouviu estas palavras: — O homem que defende a sua Pátria e a dos outros, é, no primeiro caso, um soldado piedoso; justo, no segundo, mas o homem que adota a todas por pátria e vai oferecer a sua espada e o seu sangue ao povo que luta contra a tirania é mais do que um soldado — é um herói!

E aquele navio se transfigurou alí, aos olhos do seu coração, como se fôra, para Garibaldi, o mensageiro do Senhor, porque êle, ávido de novos horizontes, descortinava-os agora, através o véu longinquo do futuro. E a sua grande vida, como no belo verso de Vigny, passou a ser a realização dêsse pensamento da mocidade!

Em qualquer parte do mundo em que se encontrava, Garibaldi serviu à causa do povo, à causa sagrada das nações, pela qual êle aprendeu a combater, dignamente, ensaindo a sua coragem na livre atmosfera de pampa e coxilha do Rio Grande do Sul.

A TENACIDADE DOS FARRAPOS

Já dizia Diogo do Couto — **a guerra se faz com fortes corações.** Numa definição sintética, — ela é **uma luta entre duas vontades.** Pensamento que o marechal Foch exprimiu durante a guerra mundial, nesta fórmula nítida: — "Vitória é igual a Vontade... uma batalha ganha é uma batalha em que não queremos declarar-nos vencidos". Vencemos quando nos batemos por grandes ideais. E a alma se nos conturba de emoção abrindo as refulgentes páginas de bravura, de renúncia, de patriotismo, de sacrifícios e padecimentos, que os Farrapos escreveram, assombrosos na inteireza moral, impressionantes na tenacidade. Chegou a guerra dos Farrapos ao maior auge em 1838, após o combate no Rio Pardo, de 30 de abril, e teve, em dezembro de 1840, o primeiro declínio com o levantamento do assédio de Pôrto Alegre.

Estaria perdida a obra revolucionária si não fôra a firmeza e tenacidade de seus chefes. Morreram nas prisões

viu um apóstolo, sôbre as questões de nacionalidade e o grande problema humano. E ouviu estas palavras: — O homem que defende a sua Pátria e a dos outros, é, no primeiro caso, um soldado piedoso; justo, no segundo, mas o homem que adota a todas por pátria e vai oferecer a sua espada e o seu sangue ao povo que luta contra a tirania é mais do que um soldado — é um herói!

E aquele navio se transfigurou alí, aos olhos do seu coração, como se fôra, para Garibaldi, o mensageiro do Senhor, porque êle, ávido de novos horizontes, descortinava-os agora, através o véu longinquo do futuro. E a sua grande vida, como no belo verso de Vigny, passou a ser a realização dêsse pensamento da mocidade!

Em qualquer parte do mundo em que se encontrava, Garibaldi serviu à causa do povo, à causa sagrada das nações, pela qual êle aprendeu a combater, dignamente, ensaindo a sua coragem na livre atmosfera de pampa e coxilha do Rio Grande do Sul.

A TENACIDADE DOS FARRAPOS

Já dizia Diogo do Couto — **a guerra se faz com fortes corações.** Numa definição sintética, — ela é **uma luta entre duas vontades.** Pensamento que o marechal Foch exprimiu durante a guerra mundial, nesta fórmula nítida: — "Vitória é igual a Vontade... uma batalha ganha é uma batalha em que não queremos declarar-nos vencidos". Vencemos quando nos batemos por grandes ideais. E a alma se nos conturba de emoção abrindo as refulgentes páginas de bravura, de renúncia, de patriotismo, de sacrifícios e padecimentos, que os Farrapos escreveram, assombrosos na inteireza moral, impressionantes na tenacidade. Chegou a guerra dos Farrapos ao maior auge em 1838, após o combate no Rio Pardo, de 30 de abril, e teve, em dezembro de 1840, o primeiro declínio com o levantamento do assédio de Pôrto Alegre.

Estaria perdida a obra revolucionária si não fôra a firmeza e tenacidade de seus chefes. Morreram nas prisões

revolucionários, como o vigário Antônio Pereira Ribeiro, em outubro de 1837, Francisco Xavier Ferreira, Vicente Gomes, o coronel Jerônimo Jardim, como foram assassinados o padre Bernardo José Viegas, o general João Manoel de Lima e Silva, Francisco Antônio de Ávila, Barbosa Mineiro.

Perguntado pela causa da duração da guerra dos Farrapos, o general Osório, republicano de coração, assim se externou: — "Primeiramente, pela constância de seus chefes. A tenacidade dêstes, valia mais um exército. Depois, pela inépcia do govêrno imperial, que sempre cuidou mais de política do que de administração; finalmente, pela falta de habilitações dos generais a quem entregou a direção da guerra. Depois que os republicanos começaram a demonstrar fadiga e um certo enfraquecimento, por motivos diversos, foi nomeado o barão de Caxias. Êste teve o bom senso de não se deixar dirigir pela Côrte; cercou-se de um pessoal capaz, deu o comando das fôrças aos que conheciam o gênero de guerra toda peculiar ao sul; criou um exército numeroso, convenientemente provido de todos os recursos..."

A ESTÁTUA DO RIO GRANDE

Bravos defensores do sonho democrático! Quasi ao morrer, Lucas de Oliveira, guardando n'alma o amor à terra que deu à glória a gente de 35, desejava ir ao túmulo vestido na farroupilha farda!

Tendiam os paladinos de Piratiní para as consagrações públicas, com a capacidade venerante do povo rio-grandense, pela espontaneidade em cultuar a memória daqueles que se sacrificaram pelos outros, por atos de heroísmo cívico.

"Em nada mais pode mostrar o homem quanto é generoso — asseverava o órgão oficial dos Farrapos, — do que em fazer reviver na memória dos outros aqueles que na realidade não vivem já". (O Povo, de 22-VI-39).

No artigo 14 § 22 do seu Projeto de Constituïção, os Farrapos concederam à assembléia-geral a faculdade de decretar honras públicas aos serviços relevantes de qualquer

cidadão e à memória dos grandes homens . (Vide **Traços Eternos do Rio Grande**, por Fernando Osório). Já o espírito superior de Francisco de Sá Brito, em sua Memória Histórica escrita em 1879, afirmara: — "É notável e digno de acurada investigação que os ânimos rio-grandenses se pudessem preparar para empenho tão extraordinario em que tanta abnegação, tanta energia e pertinácia mostraram..."

E nunca uma porfiada luta mais nobremente terminou do que esta; jamais uma longa e acesa guerra civil mais patriòticamente se resolveu na confraternização nacional para a repulsa estrangeira.

Quando por ventura faltas maculassem essa revolução generosa, êste só ato, como se fez notar, houvera remido e consagrado os seus heróis.

Finalizou por patriotismo, em fevereiro de 45, após um período de quasi 10 anos, a guerra civil, por patriotismo iniciada, no Rio Grande, a 20 de setembro de 35. Por um sentimento de pundonor, os republicanos não deixaram as armas senão quando viram que uma potência estranha, o tirano argentino Rosas, afiava as garras para invadir o Brasil. E então no coração do Farrapos, que sempre repeliram as alianças propostas por aquele caudilho, tão insólita ousadia não podia ecoar insensìvelmente, como bem disse o general Canabarro; e a República Rio-Grandense resignou-se a tratar com o Império.

E isto se fez de potência a potência, o que faria Silva Jardim dizer que, em 1845, o Império "anexou" a si a República rio-grandense visto que nesse tratado solene acabou reconhecendo uma existência política sempre negada pelos ministros do imperador.

O mais interessante, o mais empolgante e instrutivo, por sua imponência e grandeza, o mais completo dos movimentos cívicos operados no Brasil, em exemplos de estoïcismo e largueza de descortino em favor da democracia, foi o que impeliu a ação regenerativa daqueles homéridas do Rio Grande, — terra cheia de vitalidade, "extremecida de civismo ardente". Êles primorosamente, definiram, gravaram,

em tábuas de bronze, a compreensão que tinham do sistema republicano e que se universalizou na "Jerusalém dos eleitos", como o mais puro e alto tabernáculo do liberalismo, província cujas fronteiras José do Patrocínio dizia serem os alicerces da liberdade e depois de chamá-la o regente padre Feijó "pelo lado do Sul o baluarte inexpugnável do Brasil", mereceu de Rui Barbosa o hino comovedor de orquestrados períodos: — Terra "de tantas qualidades excelsas, privilegiada pela sua inexgotável maternidade de talentos, virtudes e heroísmo, o Rio Grande tem, no tesoiro incalculável dos seus merecimentos, glórias para encher a guerra e a paz, cimos de luz para se medir com as mais altas grandezas".

É preciso que se dê fiel cumpriemnto ao artigo da Constituïção Rio-Grandense de 14 de julho que, há 44 anos, por indicação do deputado Fernando Osório (pai), mandava erigir sôbre o solo gaúcho um majestoso Monumento consagrado à memória dos heróis dessa imortal Cruzada, e, então, "como em face de um altar sagrado, diante desse Monumento, irão ajoelhar-se: — o patriota sincero e respeitoso, o republicano convicto — os descendentes dos Farrapos que legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela, e irão também descobrir-se, instigados por justo acatamento, os filhos dos legalistas, que tiveram a fortuna de ouvir seus pais falarem com reverência das grandiosas façanhas daqueles que dormem o perpétuo sono da glória no solo em que batalharam corajosamente". Não há exagêro de apologia na afirmação de que os mentores dos Farrapos a tal ponto ergueram o coração e o espírito, divisando magnos problemas, no campo moral, no terreno social, no aspecto político, da sua época, que mereceram o nome de videntes ou precursores numa profecia de civismo. Gigantes maltrapilhos! cujos supremos objetivos podem os bons brasileiros bendizer e exalçar!

Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Bento Gonçalves e Lavalleja

1.º ten. H. O. WIEDRSPAHN

A perspicacia e o patriotismo nacionalistas dos mentores materiais do gólpe de 7 de abril de 1831 haviam salvo o país da desagregação, da anarquia e dos pronunciamentos que então seriam conseqüência fatal da vitória da minguada facção partidaria liberal - democrata - republicana. Esta constituida de uma leve rêde de intelectuais sem contacto com a população rural brasileira, procurara agitar as massas desde a Assembléia Constituinte de 1823, graças á propaganda pertinaz exercida através do misticismo secreto das cortinas cerradas das lojas franco-maçonicas do Grande Oriente do Lavradio, pela ação, pelo verbo e pela pena dos "irmãos" de diversos matizes. Salvara-se a unidade com a aureola que o mito bragantino refletia no animo geral, mas permitira-se a quebra da orientação classica administrativo-politica que desde o primeiro governador geral do Brasil vinha sanando os males imensos decorrentes dos forais das donatarias feudais de 1535. Assim o Ato Adicional manteve o unitarismo politico, mas o combaliu com suas disposições prejudiciais á soberania nocional em assuntos que sempre foram do centro, pois é um crime subordinar interesses do todo a interesses secundários de grupos.

Nem ficou solucionada a pendencia entre os proselitos dos quatro poderes de Benjamin Constant e a independencia relativa de tres poderes apenas, dentro do federacionismo de Montesquieu, aliada ao maior dos desconhecimentos das cou-

sas brasileiras pela assimilação europeizada das diretrizes politico-sociais dos chefes de grupos partidários, em choque no cenário nacional, desde as balburdias da Constituinte de 1823.

Os reflexos da abdicação de D. Pedro, com as manifestações republicanas de "Federação, já e já!" anuladas como acima expômos, chegaram a desmantelar os nucleos descontentes da Província do Rio Grande do Sul. Passados os primeiros entusiasmos, o marechal de campo Sebastião Barreto Pereira Pinto, comandante das armas, usava de todos os meios para salvar a situação do circulo que conseguira formar em tôrno de sua pessôa desde as intrigas e insubordinações da fase final da Guerra Cisplatina, anterior ao lamentável comando Lecór. Graças á posição daquele general-caudilho, seus adétos procuravam se infiltrar nas guarnições da 1.ª e 2.ª linha para traçar a trama de um pronunciamento encabeçado por seu chefe politico-militar. Para preparar ambiênte seguira para além da raia o coronel José Rodrigues Barbosa afim de se entender com o brigadeiro-general D. Frutuoso Rivera, presidente constitucional do Estado Oriental do Uruguai, e não com o rival dêste, brigadeiro-general D. Juan Antonio Lavalleja, como determinara o nosso govêrno central, iludido com a intriga intencional de uma pseuda conspirata oriental visando o retorno daquele território ao Imperio.

No entanto não era nem de calma, nem de segurança o ambiênte do nosso Entre Rios, no comando da fronteira de Alegrete. Sério incidente se verificara quasi em fins de 1830 quando de uma ordem de sequestro de propriedades da viuva D. Rita França, situadas aquém da linha divisória ainda não demarcada. Tal intromissão estranha fora obstada pelo eficiente patrulhamento exercido lá pelo tenente Francisco de Paula do Amaral Sarmento Mena, do 5.º Corpo de cavalaria, antigo dos Dragões do Rio Pardo, pouco depois extinto pela regencia. Em 24 de setembro de 1830 o comando desta tradicional unidade recebera a respeito um relatorio detalhado do capitão Manuel Ribeiro de Morais, comandante do destacamento de Bagé.

Em princípios de setembro do ano seguinte o tenente-coronel José Antonio Martins, comandante da fronteira de Alegrete, era procurado pelo coronel oriental D. Miguel Gregorio Planes com um capitão-ajudante. Solicitara uma reünião de notáveis para expôr a missão que recebera de Rivera a respeito de correrias e desacatos da parte dos derradeiros charrúas estabelecidos em Bela Unión. Em 12 do mesmo mês reüniram-se pois, além do comandante da fronteira, o juiz de paz Matias J. de Vargas e mais os coronel Bonifacio Isas Calderon, major Ricardo Alves de Macedo, capitão José Ribeiro de Macedo, tenente Hipolito José Rodrigues e José dos Santos Abreu e vários vizinhos fazendeiros. Cientificado o coronel Planes da verdade e extensão das correrias dos indios, aproveitaram os rio-grandenses para solicitar providencias energicas das autoridades orientais afim de socorrer materialmente aos charrúas que se viam compelidos, em seu desespêro e miséria, ás tropelias encobertas em busca de recursos, arruinando nossas fazendas naquela região fronteiriça.

O governador da Província desembargador Manuel Antonio Galvão teve conhecimento destes fatos pelos ofícios do juiz de paz e do coronel Planes, de 14 do mesmo mês, e mais um de 13 do tenente-coronel Martins ao comandante das armas. Imediatamente expediu ordens severas para banir intromissões orientais em cousas nossas, mas destas providencias resultou nova tentativa de Rivera para reter o prestígio politico que lhe fugia nas classes cultas de sua pátria, ostentando assim grande influencia na Província do vizinho Imperio. Em 25 de outubro recebera pois Galvão informação de Manuel de Almeida Vasconcelos, da legação brasileira de Montevidéu, de que o major oriental Navajas recebera ordem de se deslocar com sua unidade de cavalaria, em 24 horas, para as nossas fronteiras. Cria Almeida tratar-se de reflexos de conjuras e relações secretas entre figuras riveristas e elementos que alimentavam a separação do Rio Grande, contra a vontade do coronel Bento Manuel Ribeiro, comandante da froneira de Bagé. Constava mais que se espe-

ravam graves acontecimentos no Rio Grande. Identicas informações seguiram para a Côrte.

Em reünião do Conselho Provincial nada ficou resolvido a não ser levar ao conhecimento da regencia certos atos de Rivera que o desabonavam. Contraía constantemente "letras" em nome de rio-grandenses seus amigos, os quais se viam depois em apuros dada a falta sistematica de pagamento por parte daquele apaixonado jogador e caudilho. Comunicou-se mais, em ofício de 17 de novembro de 1831, que "a Província oferece por agora um aspeto de tranqüilidade que promete permanencia, não obstante todos estes acontecimentos, e as noticias que de dia a dia avultam, de se interessarem muitas pessoas da Côrte, no transtorno de sua tranqüilidade".

Procurava-se acalmar os sustos da regencia a respeito da verdadeira situação do Rio Grande, onde já se degladiavam os nucleos das duas grandes facções dos "farroupilhas" e dos "caramurús", agrupamentos que cercavam mais persolidades de prestígio regional do que propriamente idéias. Verdade que naqueles se encontravam os elementos republicanos e liberais e nestes os que defendiam as autoridades constituidas e de fato.

No terreno da imprensa começara a proliferar o exemplo do jornalista Vicente Ferreira Gomes, o "Carona", até tomar caráter de verdadeira violencia quando ecôou rudemente em Porto Alegre, em fins de 1831, a nova, referida acima, de uma conspiração em conluio com Rivera, preparando uma rebelião na qual Paulino Fontoura e outros membros da agremiação secreta da "Sociedade Continentina" constava não serem estranhos, segundo boatos e denuncias de jornais de Montevidéu em oposição a Rivera e de certas autoridades judiciarias provinciais. Soube o marechal de campo Sebastião Barreto se desvencilhar perfeitamente de mais esta embrulhada, na qual fatalmente iria surgir como indiciado, a-pesar-de todos os ataques e investidas do jornal liberal-monarquista "A Sentinela da Liberdade" em seu n.º 163 de 10 de janeiro de 1832.

"Ha alguns dias anda muito espalhada a noticia de que uma facção desorganizadora, composta de pessoas as mais despreziveis por seus vícios e imoralidade, entretêm correspondência oculta, e criminosa com Frutuoso Rivera, afim de proclamar a independencia desta Província, desmembrando-a do Imperio, para erigí-la em Estado Republicano, unido ao da Banda Oriental; cuja notícia havia enchido de espanto homens pacíficos e virtuosos".

A sociedade acima referida se constituira em 31 de julho de 1831 sob a aparência de gabinete de leitura e arregimentara os elementos mais destacados do grupo liberal-republicano. Verdadeiro chefe secreto de propaganda e combate, era presidido pelo P. Francisco das Chagas Martins e Avila e secretariado pelo P. Juliano de Faria Lobato. Entre seus associados, segundo Aurelio Porto, figuravam Pedro José de Almeida (o Pedro Boticário), Antonio Alves Pereira Coruja, Luìz dos Santos Paiva, Antonio Vieira da Cunha, Afonso José de Almeida Côrte Real, André Alvares de Oliveira Salgado, Antonio Moreira de Paiva, Antonio de Azevedo Lima, Antonio José Gonçalves Chaves, Bento José Ribeiro, Eneas Apolinario Pereira de Morais, Joaquim Vieira da Cunha, Ignacio José de Abreu, Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena e o argentino Manuel Ruedas. Mantinha um jornal, "O Compilador", em Porto Alegre.

Com identico caráter, outra sociedade literária de propaganda republicana, onde militava um irmão do P. Chagas, o professor Manuel Martins da Silveira Lemos, mantinha o vibrante bi-semanário "O Continentino" desde setembro de 1831.

Celulas da loja "Philatropia e Liberdade", reconhecida pelo Grande Oriente do Lavradio em 5 de maio de 1832, neste mesmo ano cada vez mais acentuara a divergência dos dois grupos que propugnavam pela chefia política da Província. Além dos reflexos dos sucessos de 1820 e do 7 de abril no Rio, graças ás dificuldades de circulação também os acontecimentos políticos do Uruguai agiam fortemente nos animos por ligações de amizade ou mesmo de interesses em torno da si-

tuação de Rivera. Preparava-se lá a eleição do segundo presidente constitucional oriental e com isto mais uma luta liberal-democrata entre lavallejistas ou "patriotas" e riveristas ou "imperiais". E era sabido que Sebastião Barreto apoiava a estes enquanto Bento Gonçalves áqueles.

Durante a estadia de Lavalleja na fronteira do Jaguarão prosseguira êste no angariar meios para novamente se impôr na sua pátria, emquanto em Porto Alegre o coronel Bento Gonçalves desmascarava os desígnios barretistas numa sessão do clube secreto, neutralizando-os a pretêsto de que almejavam o "mando autocrático" do Rio Grande em combinação com identica atitude de Rivera quanto ao Uruguai.

Retornando Bento Gonçalves ao seu posto de comando no Jaguarão, tomou enorme impulso a conspiração tramada ha muito e renascída com vigôr desde abril de 1832 em todo o Rio Grande da parte dos partidários liberais do grupo republicano-federativo, cuja propaganda clara e desvelada, com pronunciado sabôr separatista, passava a ser feita na tipografia do ardoroso Vicente Ferreira de Andrade nas fôlhas do "O Recopilador Liberal", aparecido em Porto Alegre em junho do mesmo ano. Sua linguagem era violenta e impiedosa.

Ao mesmo tempo Lavalleja se transportara a Buenos Aires, sempre ativo, onde em entrevista com o nosso consul geral Antonio Candido Ferreira relatava em 19 de janeiro de 1832 mais uma vez os desejos de reincorporação de Montevidéu ao Imperio "federalmente". Estes entendimentos ardilosos continuaram depois a serem conduzidos pelo infatigavel P. José Antonio Caldas, revolucionário da Confederação do Equador em 1824, condenado á morte e refugiado no Prata desde então. Servira nas fôrças "republicanas" de Alvear em 1827 e como vigário de Cerro Largo atuava junto aos amigos de Lavalleja contra o sistema monarquíco, propagando "a agregação do Rio Grande, republicanizado, a outros Estados do Prata, com a forma de confederação. Sua vizinhança, suas atitudes, a propagação dessas idéias, inquietam as autoridades do Imperio. O padre lançava a semen-

te que vinha da Confederação do Equador. (Aurelio Porto). Breve conseguiu fazer que todos os oficiais do 4.º corpo de Cavalaria de linha se declarassem apostolos e defensores da federação do Rio Grande ao Estado Oriental" (Sebastião Ferreira Soares, apud Varela). Nos tempos a que nos referimos aquí, já a desconfiança de Rivera afastara o P. Caldas de Cerro Largo fronteiriço para Montevidéu.

Embora se procure hoje em dia anular as idéias republicanas que animavam em parte o espírito apaixonado e intrepido do comandante de Jaguarão e do 4.º corpo de Cavalaria, coronel Bento Gonçalves da Silva, elas ressaltam de maneira bastante clara de seus atos até o deflagrar de 20 de setembro, só tendo como objeção a rivalidade com Sebastião Barreto. O que o grande lidador não dispunha era de uma firmeza de vontade dominadora sobre seus pares e subordinados, era um tanto timido e hesitante nos lances decisivos politicos e fora do ambito restrito ao regimento. Assim cremos temesse as conseqüências da anarquia partidária e o simbolismo separatista que o republicanismo soprado do Prata, via Cerro Largo, respresentava no animo publico ante as investidas ditas "caramurús". Contudo o caráter de Bento Gonçalves fora forjado da liberdade barbara das campinas, dentro de uma democracia natural bastante propensa ao caudilhismo ibero-amerindio do Novo Mundo, mas todo êle nacionalista profundo ou regionalista exaltado. E o republicanismo das lojas maçons e carbonárias apresentavam naquela época os reflexos do internacionalismo que forjara a Revolução de 1789, chamada também de Revolução Francêsa, todas as agitações européas desde 1815 até 1830 e que vieram estourar pela segunda vez em 1848 e em nossas éras com o radicalismo marxista de todos os matizes, desde o sovietico até ao do "renegado" Kautzky.

Os movimentos fracassados no Brasil desde a Inconfidencia e outros isolados e anteriores, provam cabalmente a já existencia das ideologias propagadas por Montesquieu ou Rousseau no campo politico-social e os influxos do liberalismo mercantil de Adam Smith, espalhados pelo mundo em ex-

clusivo proveito do comercio exportador britanico e em combate aos monopolios nacionais das potencias coloniais outras que a propria Inglaterra. O caráter francamente republicano das revoluções de 1817 e 1824 em Pernambuco, os sucessos ainda não bem esclarecidos de 1828 e 1829, o sopro platino de maio de 1810, as campanhas de Artigas e da Independencia do Uruguai acabaram por crear no Rio Grande um nucleo regular de republicanos e simpatizantes. Mas êste nucleo quasi que se limitava ás classes ditas intelectuais das cidades e povoações. O interior, isto é o verdadeiro povo, as massas populares, era indiferente á doutrina ideologica e sentia em si apenas o fulgôr da adoração pelos chefes das multiplas campanhas e o sentimento sempre vivido daquela liberdade barbara, daquela democracía natural a que nos referimos já.

Antes mesmo dos influxos intelectuais germanicos da imigração e de elementos de ligação platina na sociedade de Porto Alegre e vizinhança, o republicanismo já proliferava entre nós, um republicanismo brasileiro, propagado por rio-grandenses, cariocas, mineiros, fluminenses, paulistas, pernambucanos, catarinetas, etc. em choque, lamentavelmente, com certos grupos de brasileiros de moral e psichê dos internacionalistas sem pátria. A estes republicanos de todos os matizes se reüniam platinos, alemães, exilados italicos e o atavismo fatal do cristão-novo. Contudo os laços de sangue, tradição e psiquicos argamassaram o Rio Grande ao todo Brasileiro, mas a morosidade das ligações circulatorias arrastavam-no fatalmente á girar em torno da sociedade do antigo vice-reino de Buenos ires, sociedade culta e brilhante.

Militava no grupo republicano o jornalista argentino Manuel Ruedas nas colunas do "O Continentino". Dêle os "caramurús" diziam ser espião e enviado dos portenhos para prosseguir no antigo sonho da Confederação Sul-americana dos tempos de Ituzaingô.

Entrementes aportara em 1826 em Montevidéu o agitador republicano-carbonario bolonhês conde Tito Livio Zam-

becari (1802-1862), ex-diplomata e estudioso de botanica e mineralogia, que tomara parte ativa na reação platina contra o Imperio. Exilara-se na Espanha, perseguido que fora em 1823 como conspirador pela politica de sua terra. Novamente envolvido em tramas revolucionarias teve que fugir da Iberia para a Inglaterra e daí á França, donde veiu para a America. Após rápida permanencia na campanha oriental, passou a Buenos Aires onde o entrechoque dos grupos politicos, que iriam levar Rózas ao poder, o fez emigrar para o Rio Grande "para fugir a perseguições inevitaveis no país" aos liberais-maçons portenhos. No Sul tinha muitos amigos e "irmãos" desde as lutas orientais da Independencia e foi "muito bem recebido pelos liberais" que tudo fizeram para que ficasse entre êles, mas tendo de liquidar negócios de seu interêsse em Buenos Aires, regressou para lá com promessas de garantias dadas pela propria administração portenha.

Graças a um depoimento feito por Manuel Lobo Ferreira Barreto, que estivera em outubro de 1835 na capital argentina, sabe-se dos preparativos do movimento republicanizador junto á Zambecari. Hospedara-se Manuel Lobo em casa do espanhol Carlos Maria Huergo, o qual lhe disse que, muito antes de 20 de setembro, o comerciante mineiro Francisco Modesto Franco, estabelecido em Porto Alegre, obtivera lá do bolonhês o desenho do plano da bandeira para a Republica que se pretendia implantar na Província do Rio Grande. Disse mais Manuel Lobo que o mesmo Modesto Franco reconduzira Zambecari ao Rio Grande numa embarcação denominada "Bela Angelica". O mesmo afirmara nosso encarregado de negócios na Argentina em ofício de 2 de março de 1837, enviado de Lisbôa para onde fôra transferido.

Chegado em Porto Alegre passou o bolonhês a se dedicar de "corpo e alma para apressar a explosão da mina havia muito carregada", sem descurar nunca de seus estudos de mineralogia e outros ramos de história natural. Sua atividade em absoluto poderia se imbuir de brasilidade, pois as manifestações psiquicas desta nossa nacionalidade lhe eram estranhas. Agia como propagandista internacional do crédo

politico-social explanado nas lojas secretas a que pertencia na Europa. Foi um dos mantenedores dos orgãos de combate "O Continentino" e "O Republicano", depois.

Não estavam os conspiradores cientes de toda sua força na Província, pois se dividiam em grupos separatista-absoluto, separatistas condicionais, federalistas lavallejistas e federalistas que exigiam o mesmo lance nas demais Províncias do Imperio, embora o republicanismo liberal-democrata a todos unisse em aparencia. Na verdade havia choques personalistas e caudilhescos entre os mais influentes chefes politicos Sebastião Barreto, Bento Gonçalves e Bento Manuel.

Quanto á situação de Bento Gonçalves dentro destes subgrupos não está ainda suficientemente esclarecida. E' fóra de duvida que apoiava Lavalleja e se deixava levar pela labia do P. Caldas. Nega-lo com o argumento da fachada despistadora, proclamações publicas e ordens do dia é desconhecer a falsidade obrigatoria das chamadas notas oficiais nos momentos de crise. Sabia Bento Gonçalves de todo o esforço do personalismo do grupo de Sebastião Barreto, que estendia seus braços politicos sobre toda a campanha como comandante das armas. Contando com a amizade de Bento Manuel, o poder de Bento Gonçalves provinha no Jaguarão, principalmente do Estado Oriental e dos republicanos, ditos então "liberais", e dispunha do apoio das lojas secretas "dirigidas pelo dr. Marciano Pereira Ribeiro, medico educado na Inglaterra, e por José de Paiva Magalhães Calvet, advogado no fôro de Porto Alegre, ombro a ombro com os dois grandes intelectuais do partido, Paulino Fontoura e José Mariano Matos. "Pela fimeza do brasileirismo do mineiro dr. Marciano, do carioca major José Mariano e outros, o caudal que tendia separar o Rio Grande do Imperio para realizar o grande sonho de Artigas, com a ajuda de Lavalleja, poude aos poucos ser desviado para o grupo federal-brasileiro. Todos os esforços do verdadeiro chefe "liberal" dr. Marciano foram pois ganhar para si o apoio material do chefe de maior prestigio politico e militar no interior da Província!... Sebastião Barreto falira. Só poderia ser no momento o proprio Bento Gonçalves.

Na luta para obter a ajuda material da regencia na obra que o ardil do P. Caldas propuzera ao Rio como uma reincorporação voluntária do Uruguai, o astuto pernambucano tudo preparou em Rio Grande e depois se transportou para Porto Alegre, onde novidades tempestuosas se passavam. Estas envolviam José Paulo da Silva, antigo mestre de trem, á frente de ex-praças da guarnição local. Haviam saido em 6 de abril de 1832 tumultuosamente pelas ruas aos gritos de vivas á Constituição, ao Imperador, á Federação, a Cipriano Barata e ao 2.º Barata, como seu chefe se pretendia denominar. Na noite seguinte houve uma rusga com uma patrulha e esta foi alvejada por braço desconhecido. No processo havido apenas ficou constatado haver partido o tiro da moradia do "liberal" José Ferreira de Almeida, segundo relato de Varela.

Pouco depois chegava o P. Caldas a Porto Alegre e imediatamente entrava em entendimento com Sebastião Barreto a respeito do falado movimento reincorporador oriental, prestes a irromper além das fronteiras. Deixou-se logo o comandante das armas embalar pelo sonho quasi geral entre os seus patricios, pois "em nenhum lugar do Brasil se exaltou o provincialismo ao ponto em que chegou no Rio Grande do Sul. O provincialismo o mais elevado era a paixão dominante do rio-grandense, qualquer que fosse o partido por êle abraçado". Os adversarios de Sebastião Barreto o acusavam contudo de que pensava novamente em separar a Província para si e liga-la depois á pátria de Rivera, que se julgava dono da Republica Oriental.

Ora, mais que nunca florescia a já mencionada "Sociedade Continentina", ante camara da loja franco-maçonica "Philantropia e Liberdade", creada com a aparencia enganosa de sómente fomentar o progresso "tanto na instrução do povo, como em um mundo de negócios que se esperava recebessem grandes impulsos com a entrada na vida constitucional. O gremio sobressaiu, não ha negar, creando aquelas duas instituições como dando um combate eficaz ao vergonhoso trafico de escravos", noutros dizeres pretendia trazer á Província a estructura interna administrativa e social da "constituição" da totalidade das lojas. E' pois evidente que

aquela capa encobria os verdadeiros fins politicos de propaganda que uniam na "Philantropia e Liberdade" as duas correntes separatistas, a "farroupilha" que apoiava no Uruguai a causa dos "irmãos" Lavalleja e P. Caldas e a "caramurú" barretista-riverista e conservadora, em parte. Com a chegada do P. Caldas foram reatadas as relações já frouxas entre as duas facções.

Numa sessão solitada por Sebastião Barreto, na qual compareceram o medico mineiro dr. Marciano, o carioca major José Mariano de Matos, comandante do 1.º Corpo de Artilharia, atual Regimento Mallet, o porto-alegrense tesoureiro da Alfandega Gabriel Martins Bastos e muitos outros "liberais" do grupo republicano, aquêle procurou provar haver mudado de intenções e idéias declarando-se o comandante das armas abertamente partidário de Lavalleja e de sua pseuda empresa incorporativista. Para contornar o assunto, cientes da cegueira do chefe rival, os republicanos usaram dos provaveis protestos da Inglaterra e Argentina contra o golpe que se desfecharia na autonomia oriental e no tratado de paz de 1828. Mas o P. Caldas conseguira todos os objetivos visados, enganando inteiramente aos elementos partidários do governador Galvão e do comandante das armas. Êste chegara a pedir o auxílio do "O Recopilador Liberal" para amparar a empresa do vencedor de Sarandí.

Ardoroso "liberal", o tenente Felisberto Fagundes de Souza, do 2.º Corpo de Cavalaria, de Bagé, desde então, desdobrando-se em propaganda tenaz, "procurava angariar adeptos, recomendando-lhes que se unissem ao P. Caldas, que havia encetado a gloriosa empresa de libertar os rio-grandenses".

Entrementes lançava Bento Gonçalves seus olhos ao cenário platino, onde em Buenos Aires graves sucessos se haviam desenrolado desde a campanha de 1827, sucessos estes que, como já dissemos, tinham reflexo bastante acentuado na agitação da Província sulina, graças ás amizades politicas de Lavalleja e de Rivera, aos grandes interesses materiais nos campos e gados orientais e ás multiplas ligações de sangue com as familias castelhanas. Além do mais, as dire-

ctivas imperantes no Prata eram as mesmas propugnadas pelo P. Caldas e os republicanos e "liberais" em oposição á Constituição do Imperio, eram as decorrentes do "O Espirito das Leis" de Montesquieu.

As Províncias Unidas do Rio da Prata chegaram aos ultimos dias da Campanha Cisplatina sob a repulsa dos caudilhos argentinos á constituição unitária, imposta ao país por uma minoria liberal-democrata e republicana de Buenos Aires que em absoluto não satisfazia ao pensar nacionalista-consevador das províncias do interior, ricas em sangue ibero-amerindio. Acusado de fraqueza ante os imperiais, o presidente D. Bernardino Rivadavia renunciara desde junho de 1827, sendo substituido interinamente pelo dr. Vicente Lopez. Eleito o coronel D. Manuel Dorrego para capitão-mór de Buenos Aires e encarregado das relações exteriores da Confederação, pouco depois firmara-se a paz com o Brasil em vista da penuria de recursos para prosseguir na luta externa. Na reorganização proposta por Dorrego foi êste apoiado pelos caudilhos do interior e pretendeu dar ao seu ministerio o caracter conciliatorio entre as diversas correntes partidárias, afim de evitar por todos os meios o fracasso da marcha do progresso e reconstrução economica, administrativa e politico-social. Coube assim ao dr. Vicente López a pasta da Fazenda, ao general D. Antonio Gonzálvez Balcarce a da Guerra e Marinha e ao general D. Tomás Guido a do Interior.

Mas os "unitarios", isto é os partidarios de Rivadavia, não deixavam de hostilizar o novo govêrno que, em parte, correspondia ás aspirações de todos os chefes, caudilhos e povo das Províncias Unidas. O saudosismo pelo poder era bem mais potente que o amor pátrio e a conspiração contra Dorrego teve pois o apoio dos chefes militares generais D. Juan Lavalle e Paz que regressavam do Uruguai com parte do exercito que fizera a campanha com o Imperio. Aquele operaria no litoral e êste no interior "para limpar de caudilhos a Republica". Em 1.° de dezembro de 1828 irrompia em Buenos Aires a revolução de ambições que iria levar ao poder João Manuel de Rózas. Dorrego saiu a procurar o apoio

das milicias do interior, reünidas, cerca de 2.000 homens, em San Vicente sob o comando de Rózas.

Ausente Dorrego, o "unitario" D. Juan Segundo de Agúero fez eleger Lavalle para o cargo que competia ao governador ausente. Seguiu-se o combate de Navarro, onde Dorrego foi batido e aprisionado por seu rival, sendo fuzilado em 13 de dezembro. Em represalia o chamado "partido federal" ou "colorado", constituido pela democracia americana em choque com o liberalismo filosofico europeu importado, demonstrou toda a sua pujança ante o sucesso momentaneo do grupo de Lavalle, Rivadavia e Agúero. Correram ás armas os "federais" da Província de Buenos Aires e de toda campanha ás ordens de Rózas. De Santa Fé acorreu o general D. Estanislau López, antigo comandante do Exercito do Norte, do qual em 1828 nas missões Rivera fôra méra vanguarda. Estava deflagrada a guerra civil contra o "unitarismo exotico" de Buenos Aires e os "assassinos de Dorrego".

Em 26 de abril de 1829 era vencido Lavalle pelo número no combate de Puente de Márquez. Só um verdadeiro milagre permitiu ao batido fugir para Buenos Aires, já evacuada por seus companheiros de aventura Rivadavia e Agúero. Seguiu-se a verdadeira ruina de todos os ramos produtores da nação, sufocada desde então pelo sangue das desforras que o crime contra Dorrego pretendia justificar na alma do atavismo asiatico-amerindio da população argentina de então. Era a vingança no cáos étnico que constituia a população da America hispanica e a que o persistente caudal arico lusitano ibero-celta-germanico nos poude livrar!

San Martin, o vencedor de los Andes, que se achava em Montevidéu fora procurado por Lavalle, ciente da gravidade da situação, e depois por López. Sendo partidário de um govêrno forte e tendo ligações politicas "unitarias", esquivou-se declarando ver claramente a impossibilidade de seu ponto de vista no ambiente cáotico do Prata. "A um e a outro respondeu aquele general, que não tomava partido nenhum das atuais circunstancias e que ia partir imediatamente para a Europa, para evitar comprometimentos". O maior

general sul-americano compreendera o mal reinante: o mal moral! Declara na mesma ocasião a um nosso diplomata que o sacrifício das autonomias defendidas anteriormente pela Liga Federal de Artigas havia causado a perda do Uruguai e toda esta descentralização ruinosa que absorvia então sua pátria.

Naquela balburdia só dois homens haviam apreendido bem a situação da Argentina: Lavalle e Rózas. Aquele sabia perfeitamente só poder contar em Buenos Aires sitiada com 600 fieis da recente dezembrada. No interior, isolado da capital, o general Paz havia obtido diversos sucessos sobre Bustos e Facundo Quiroga. Quanto a Rózas, êste sabia que a ruina geral e a atitude ferrenha da indiada, que tudo destruia e saqueava na campanha, não permitiriam a permanencia de quem quer que exercesse o poder, embora nomeado pela ficção do sufrágio do voto do povo. Procurou então entrar em entendimento com Lavalle por intermedio do govêrno oriental, em 29 de maio de 1829. Graças a Portenhos partidarios da pacificação não chegou o general Alvear, ministro da Guerra e Marinha no govêrno Lavalle, a executar as operações belicas que planeava com D. Leonardo Rosales sôbre Santa Fé. Foi pois compelido a se demitir e seguir voluntariamente nas pegadas de Rivadavia e Agúero.

Ante o sucesso fatal de Rózas, concluiu Lavalle em 24 de junho de 1829 um acôrdo segundo o qual ambos designariam um governador provisório de comum acôrdo. Coube êste encargo a D. Juan José Viamont, preparando-se assim o caminho ao que se intitularia "restaurador das leis". Reünido novamente o Legislativo dissolvido um ano antes pelo golpe "unitário", foi pelo mesmo conferido a Rózas os poderes de governador em 6 de dezembro, empossando-se dois dias depois. "Nenhum mandatário, até então, havia subido ao poder no meio de tantas demonstrações de simpatia. O povo estava louco de entusiasmo". (Apud. Alfredo B. Grosso).

Enquanto no interior Paz prosseguia a luta até cair prisioneiro em maio de 1831, Rózas recebera do Legislativo "faculdades extraordinarias" e exercia o govêrno com tenacida-

de e energia para reprimir as desordens e a sabotagem da parte dos "unitários dezembristas". Seus atos politicos não podiam, na verdade, concordar com a ideologia dos apologistas do liberalismo extremado da facção vencida que contava com o apoio da cadeia internacional dos clubes secretos politico-filantropicos dos países limitrofes. Abstração feita do perigo que ofereceu naqueles tempos á nossa integridade territorial, merece ser Rózas estudado á luz dos usos e costumes da época, fóra do apaixonado partidarismo intolerante dos que o combateram.

Em 1832 concluia Rózas seu primeiro periodo governamental, sendo substituido por D. Juan Ramon Balcarce. Não querendo se submeter á influencia daquele renunciou. Sucedeu-lhe Viamont, assegurando assim o predominio de fato do "Herói del Desierto" que expedicionara contra as correrias e devastações feitas nos povoados e fazendas pelos indios do Pampa.

Datam de então os primeiros contactos dos republicanos do Rio Grande do Sul com Rózas. Êste vira logo o proveito que poderia tirar da conspiração tramada por Lavalleja contra Rivera, pois êste auxiliara Lavalle, sessenta e tantos de seus oficiais e outros unitarios que desde agosto de 1829 se haviam refugiado no Uruguai, temendo provaveis perseguições.

Seguiu pois Lavalleja para Buenos Aires afim de ultimar os preparativos da expedição que deveria investir o Uruguai e derrubar Rivera. Como Bento Gonçalves apoiava o velho chefe dos 33, também seus emissarios se viam cercados de todas atenções pelo aparentemente benigno chefe argentino. E' que em seus designios pretendia aproveitar-se de uns e outros no seu plano de reorganizador do antigo Vicereino do Prata.

Ao regressar Antonio Paulo da Fontoura, conhecido por Paulino Fontoura, declarou satisfeito que não faltaria o concurso de Rózas no duplo empreendimento urdido nas conferencias e conciliabulos de Jaguarão e Cerro Largo.

Decidiu pois Bento Gonçalves levar avante a primeira

parte da empresa: reconquistar para Lavalleja o poder no Uruguai. Como segunda parte viria então o revolucionar do Rio Grande, a aspiração maxima dos seus partidarios. Seria pois a revolução lavallejista de 1832 a precursora da farroupilha que deveria irromper em seguida.

Entrementes passara-se Rivera, doente, para suas propriedades em Durazno, em dezembro de 1831. Em 1.º de janeiro de 1832 transmitia o poder ao presidente do senado D. Luiz Eduardo Perez. Já "os boatos de uma revolução iminente avultavam dia a dia". Um descuido, em principios de maio seguinte, fez ruir por terra o plano com a dispersão dos primeiros grupos reveis, antes mesmo da sua concentração para a luta "liberal".

E' que o então tenente miliciano Antonio de Souza Neto, rio-grandense residente em Bagé, participante da conspiração tramada, alcançara violenta desforra de um estaqueamento sofrido tempos antes por praças do destamento riverista do passo do Valente, no rio Negro. Chefiados por Pedro Marques, Antonio Neto com mais 9 companheiros, caíram inopinadamente sôbre os 12 homens do posto, dos quais sómente a ausencia do respectivo chefe e o ferimento grave de um soldado, salvou a êste a sorte dos demais que foram todos massacrados.

Ao clamôr destes sucessos nas fronteiras de Bagé, Manuel Lavalleja, irmão do general, conseguiu que o tenente Lourenço Gonzales promovesse um levante dos charrúas de Bela Unión, apoiados por Gaspar Tacuabé e Agostinho Camandijú, ambos tenentes-coroneis honorarios orientais e caciques daquela região. Guiados pelo correntino Ramon Siqueira, o primeiro grupo rebelde vadeava o rio Uruguai e penetrava no distrito oriental de Belem. Reünido aos indios, saiu depois Siqueira a procura do coronel Bernabé Rivera, irmão do presidente licenciado. Do Catalã, onde esperavam encontrar Bernabé, rumaram os rebeldes para o Tacuarembó-Chico e celeres pelo Arapei abaixo, até Cañitas.

Mas, antes desta invasão se executar, o coronel D. José Maria Raña avisava, em 21 de maio, de Paisandú ao govêrno de Montevidéu os preparativos e os indicios certos da rebe-

lião. Imediatamente recebeu Rivera ordens de reprimir o levante. Foi contudo precedido pela atividade de seu irmão Bernabé, já referido, que breve comunicava o primeiro revez dos insurrectos.

E' que, graças ao concurso prestado pelos fazendeiros brasileiros, vitimas antigas das correrias dos indios a que já nos referimos e á atividade de Raña, poude Bernabé reünir cerca de 500 homens bem armados e montados e cair com violencia sôbre um despreocupado destacamento lavallejista, que como "bons" soldados improvisados não organizavam serviço algum de segurança. Excepto 200 charrúas de Comandijú, que se dispersaram pelo mato para depois se reünirem ao grupo do tenente Lourenço e de Tacuabé, todos os demais foram aprisionados sem combate.

Manchou-se então Bernabé com horrenda selvageria no sangue dos prisioneiros, a maneira das passadas éras mamalucas; todos os homens, todas as mulheres, todas as crianças charrúas foram encerradas num curral, sendo degolados, um a um, primeiro os homens, depois as mulheres e por fim as miseras e indefesas crianças. Iniciava-se assim em 5 de junho de 1832, em Cañitas, com o sangue destas vitimas, o regimem das degolas que amaldiçoam a unica guerra repelente, a guerra civil, daquele periodo triste do predominio atavico amerindio-asiatico nos povos americanos independentes.

Após a chacina lançou-se o jovem coronel atrás dos fugitivos, mas por sua vez foi surpreendido pelos rebeldes, vitima da insegurança que caracteriza o caudilho como chefe improvisado, diferenciando-o de maneira inconteste do militar de carreira. Os indios de Tacuabé e os sobreviventes de Comandijú desforraram-se dos "chacais" de Cañitas de maneira terribilissima. Aqueles "lembrados da fria carnificina, dizem que pagou com mil mortes, as centenas que decretara: aos 33 anos de idade, no vigôr de opulenta mocidade, foi empalado vivo, o irmão e braço direito de Frutuoso Rivera, do mesmo general que tinha arrancado parte dos indios, que se vingaram assim, do seu retiro de Missões, passando por

cima do coração do invasôr de 1828, nessa hora, a ultima onda da tomenta assoladora que soprava" (Apud Varela).

A-pesar-do insucesso no Arapei, Lavalleja resolveu se lançar á luta. Em 13 de junho "com um grande sequito" deixava Montevidéu e ia preparar-se para a ação que deveria ter como prologo a ocupação da capital por Garzón e como epilogo a deposição de Rivera pela Assembléia, com a prisão de Nicolas Herrera, Lucas Obes e dos redatores do "Universal". Reorganizar-se-ia o ministério com Giró no Exterior e Francisco Muños na Fazenda. Apresentar-se-ia depois a candidatura do coronel D. Ignacio Oribe á presidencia e dar-se-ia o comando das forças armadas a Lavalleja.

De tudo estava a Regencia cientificada, pois via com olhos gulosos o movimento, enganada que estava pela duplicidade proposital do P. Caldas quanto aos reais propositos que julgava reincorporadores. No terreno espiritual o prélio já fôra iniciado ha muito pelas colunas do "Recopilador", onde escreviam Garzón, Giró, Muños e Silvestre Blanco contra o govêrno, defendido pelo sarcasmo de Santiago Vasquez no "Universal", no "Patriota" e na "Matraca".

Com os sucessos de Cañitas e o sacrifício de Bernabé achava-se declarada a luta material de maneira cruél e violenta. Em Cerro Largo, Manuel Oribe reünia gente para Rivera, enquanto na fronteira de Alegrete surgiam depois diversos grupos lavallejistas de indios. O tenente Lourenço e o chefe Tacuabé haviam seguido para Durazno, onde se lhes deveriam reünir as 3 companhias de milicias que o major Juan Santana havia revoltado em 29 de junho, no proprio Quartel General de Rivera. Apoderara-se o major também da caixa militar e de todo armamento existente lá, na residencia campestre do presidente. Êste conseguira fugar, indo se reünir em seguida a um esquadrão do coronel Possolo, no rio Yi.

Iam as camaras orientais tomar conhecimento dos graves acontecimentos quando, ao meio dia de 3 de julho, o coronel D. Eugenio Garzón iniciava o levante com um batalhão de libertos, apossando-se de Montevidéu. Para ganhar tem-

po as camaras cederam quanto á recomposição ministerial que nomeara Lavalleja comandante geral e Garzón comandante da guarnição da capital. Contudo os atos de Perez pareceram suspeitos no exercicio do executivo e assim foi êste distituido pelo proprio Garzón que se atribuiu a seguir grandes poderes.

Só em 5 de agosto, quando o mesmo Perez e o coronel Quintero haviam conseguido contra-revoltar o mesmo batalhão de libertos apossando-se da cidadela, é que Lavalleja teve ciencia do que acima citamos. Quanto a Garzón, ficou de posse do restante da cidade.

Cometeu então o caudilho Lavalleja o mesmo erro de psicologia que tantas vezes depois os generais improvizados dos Farrapos iriam cometer, desconhecendo o fenomeno moral da guerra e confundindo-o com a esgrima regulamentada e cavalheresca ou com o proprio jogo do xadrez! Confiando em si apenas, esquecendo a influencia moral do numero e poderio militar em situação semelhante, entrava no dia 9 em Montevidéu com apenas 20 cavalarianos. Assim nada conseguiu quanto á posse da cidadela e no dia seguinte regressava precipitadamente para seu acampamento em Santa Luzía, a doze leguas da capital.

Mas no Yi, Rivera conseguira renascer suas forças com o labor ativo de Vasquez que atraíra á causa legal Manuel e Ignacio Oribe. Breve possuia o velho caudilho no rio Negro um pequeno mas decidido exercito legalista. Uma tentativa de acôrdo esboçada por Antonio Herrera, publicada em 30 de julho em Montevidéu, não chegou a ser ratificada por Rivera, apoiado nas novas do golpe desfechado por Quintero e Perez. Assim em 11 de agosto já se achava o Quartel General riverista no Miguelete e em 14 dentro de Montevidéu, com cerca de 1.400 homens mal armados e peor fardados. Reempossado Perez, deu Rivera todas as pastas ministeriais a Vasquez e deu inicio á reação contra os sediciosos "liberais" demitindo-os sumariamente dos cargos e das fileiras do exercito.

Poude pois Rivera saír em procura de Lavalleja e seu "exercito restaurador". Em 19 estava aquele no rio Santa Luzía sem nada saber a respeito das forças do rival. Só em 28 lhe constou que retiravam sôbre Cerro Largo.

Lavalleja havia estado em principios de setembro na estancia de La Vega, cobrindo-se na direção de Montevidéu com o Destacamento Santana e nas de Cordovez e Malbajas com outro sob Calengo. Dia 2 recebera o reforço de um contingente riograndense de 50 homens sob Pedro Canga e Juca Tigre. De La Vega marchou Lavalleja vagarosamente para Cerro Largo, num minguar quotidiano de suas fileiras. As deserções minavam já as forças que não mais tinham probabilidades de vitoria.

Guarnecendo suficientemente sua capital, retomou Rivera a perseguição dos rebeldes com 2.126 homens reünidos e em 11 de setembro tomava contacto com as forças Lavalejistas. Estas acampavam em 13 em Otasu, sôbre o rio Tacuarí uruguaio, donde retraíram para Tupambei. Mas em 18 de setembro de 1832, mais uma vez se comprovava o abismo existente entre o méro caudilho e o soldado, pois abandonada por Lavalleja a noção de segurança que vinha mantendo até então, era êste alcançado de surpresa e envolvido, deixando no campo 215 mortos e 90 prisioneiros. Os derradeiros rebeldes puderam contudo acompanhar seu chefe até se aproximarem celere da raia, acampando no chamado rincão de Francisquilho. Informações falsas foram no entanto a desgraça dos "liberais" vizinhos, pois Lavalleja ousou temerariamente enfrentar um inimigo que contava encontrar disperso. Mas ao amanhecer da jornada destinada á contraofensiva viu-se aquele ameaçado pelo duplo desbordamento da superioridade reünida do exercito riverista. Nesta contingencia solicitou o antigo chefe dos 33 permissão para se internar no Rio Grande do Sul.

Desde o dia 26 estava Bento Gonçalves ao par dos sucessos infelizes de seu amigo. Mal poude o comandante da fronteira cobrir o asilamento dos vencidos com a presença do 4.º Corpo de Cavalaria.

Para o chefe "liberal" de Jaguarão era êste um rude golpe que tanto procurara retemperar com uma propaganda intensa junto ás autoridades do governador Galvão e do comandante das armas Sebastião Barreto. O antigo comandante da fronteira do Rio Pardo, que a deixara para se transferir para Jaguarão, aí se encontrara mais a vontade entre os choques provocados pelos grupos rivais no cenário politico rio-grandense, apoiado nos recursos que sómente poderiam provir pelo Prata, através da fronteira oriental.

Em seus ofícios de propaganda, mencionava Bento Gonçalves sucessos imaginarios de seu amigo no Uruguai para animar cada vez mais o Imperio na remessa de auxílios de arreiamentos e material belico para os "liberais" e preparar veladamente a segunda parte da conspirata.

Graças a estas informações, que vimos não corresponderem á verdade dos fatos, Galvão pensou até em preparar a remessa de 2 brigadas para as fronteiras e apoiar pelas armas a pseuda ação incorporativa de Lavalleja na Banda Oriental.

O tino com que Bento Gonçalves se houve diante do emissário de Rivera, no mesmo dia 26 de setembro, em que êste lhe narrara as ocorrencias e pedia garantias quanto a não continução da existencia de grupos armados invasores dentro do Rio Grande do Sul, o interêsse e habilidade com que soube garantir as propriedades e vidas de brasileiros que haviam se incorporado ás hostes de Lavalleja, cativaram inteiramente Galvão. Êste, em ofício de 20 de outubro do mesmo ano, o exaltava ante a regencia na Côrte.

Pela vez primeira fôra Rivera enganado a tal ponto, que chegava a ofertar postos e honras a Bento Gonçalves, caso passasse ao serviço oriental. Rivera elogiava pois até o amigo de seu adversário e o ministro do exterior de Montevidéu "recebeu ordem de dirigir-se ao encarregado de negócios do Imperio do Brasil, para significar-lhe que o govêrno da Republica estava altamente satisfeito da honrosa conduta do sr. comandante da fronteira do Rio Grande do Sul".

Escola Militar — Realengo — Capital Federal.

Rio, junho de 1935.

Uma biografia frustrada

Por WALTER SPALDING

JOSE' GOMES DE VASCONCELLOS JARDIM

Com êsse título iniciáramos a biografia do ilustre vice-presidente e depois presidente da Rep. Farrapa. Infelizmente trabalhos estranhos interromperam o estudo que estavamos fazendo e do qual, a pedido do Dr. Eduardo Duarte a quem, aliás, dedicaríamos a obra, entregamos a publicação nestas páginas os 3 capítulos da primeira parte.

A obra compor-se-ia de 3 partes: **Na Intimidade; O Farrapo; Após a Epopéia.** Si, um dia, as obrigações nos concederem algum tempo, continuaremos a biografia cujo esquema conservaremos a espera dessa oportunidade.

I.ª PARTE

NA INTIMIDADE

Nas margens do Petim

O Petim, humilde arroio ao sul da povoação de Pedras Brancas (hoje vila, séde do município de Guaíba) nunca sonhou, na sua mansuetude, ser, um dia, citado em obras históricas.

Sempre sereno, murmurando, docemente, as suas queixas na voz múrmura das águas, segue a sua rota desde a

nascente, na Serra do Herval, solitário, e vai lançar as suas pobres águas, humilde preito à grandeza modesta e serena, nas águas volumosas do Guaíba, quasi enfrente à freguezia de Belém Novo, creada pela lei provincial de 6 de maio de 1846.

Foi para aí, para as margens do arroio Petim, que José Gomes de Vasconcellos Jardim, recém casado, mudou o seu arranchamento instalado, primeiramente, na encosta do morro de São Maximiliano.

Curioso em medicina, inteligente e ativo, José Gomes tratou logo de construir, nos campos que comprara, um grande edifício junto à sua casa de residência, ao qual deu o nome de Hospital. E realmente, para a época, o hospital de José Gomes era o único, em todo o município de Pôrto Alegre, em que os doentes, tanto pobres como ricos, eram cuidados e tratados convenientemente. E tanto assim que o seu hospital, ou Casa de Saúde, vivia sempre cheio. Não era, porém, só a pobreza que o humanitário "Dr." recebia em sua casa e tratava gratuitamente, mas também o procurava a nobreza e ricaços de todos os pontos da província.

Entre os muitos enfermos de que tratou Gomes Jardim, podemos mencionar o Barão do Guaíba, o marechal João de Deus Menna Barreto, Visconde de São Gabriel, fundador do tronco dos Menna Barreto (seu primitivo nome era João de Deus Barreto Pereira Pinto que, com seu casamento com D. Rita Cortez de Figueiredo Menna, modificou para João de Deus Menna Barreto), Fortunato Luiz Barreto, Teodoro Centeno, Antonio Gonçalves, Domingos José de Almeida e muitos outros.

A vida intensa de sua fazenda, devido essa constante romaria de enfermos e convalescentes que procuravam o hospital, dava um aspecto de povoação ao local.

José Gomes era sobretudo querido e o seu prestígio, graças aos seus sentimentos humanitários, era enorme não só na povoação de Pedras Brancas, como na capital e em toda a redondeza.

Prova dêsse prestígio foi a sua eleição para suplente à Assembléia Provincial, creada pelo ato adicional de 12 de agôsto de 1834 e aberta a 20 de abril de 1835, a-pesar-de não ser, ainda então, político militante e viver longe da capital.

Possuia Vasconcellos Jardim regular fortuna que lhe dava inteira independência. Contudo, honesto e trabalhador, procurando sempre fazer o bem, não só creara aquele hospital, como também procurava auxiliar a pobreza dando trabalho a quantos lho pediam, quer na sua fazendola de quasi 3 léguas quadradas, bem povoada de gados, quer na sua olaria ou na sua xarqueada, ambas na praia da Alegria, hoje transformada em praia de banhos, no Guaíba (Pedras Brancas). Possuia, também, grande número de escravos aos quais tratava paternalmente, e tanto assim que todos o acompanharam, mais tarde, nas longas marchas e contra marchas, incorporados às forças farrapas.

Gênio alegre e folgazão, na sua casa tristeza era sentimento desconhecido.

José Gomes de Vasconcellos Jardim nasceu no povoado de Santo Amaro a 8 de março de 1784 e faleceu a 7 de abril de 1854.

Seus estudos foram feitos em Pôrto Alegre que, naquela época, não apresentava escola alguma capaz de dar instrução suficiente para exercer o ministério que Gomes Jardim exercia no seu hospital. Mas, inteligência lúcida, estudioso e persistente, graças às rodas que sempre freqüentou, conseguiu o ilustre repúblico ilustrar-se suficientemente e exercer a medicina não como simples curandeiro charlatão, mas com critério e acêrto. A maior parte dos medicamentos era êle próprio quem os fornecia.

Como ficou dito, José Gomes de Vasconcellos Jardim não estudou medicina, isto é: não possuia o diploma de Dr. Para estudar alguma cousa era necessário ir à Portugal, freqüentar a Universidade de Coimbra. No Brasil sòmente em 1828 foi fundada, na Baía, a primeira universidade médica, e êle já nessa época exercia, com ver-

dadeira vocação a medicina, tendo já salvo a vida a muitos doentes.

Um fato que bem demonstra a competência do humanitário fazendeiro foi a cura de Fortunato Luiz Barreto.

Estava êste estancieiro do Capivarí bastante mal e não mais sabia o que fazer. Davam-no todos por perdido. Não havia mais mèzinhas e drogas não experimentadas. O resultado, porém, era a marcha progressiva da moléstia.

Um dia falam-lhe em Gomes Jardim. Elogiam o seu hospital, a sua competência. Fortunato Luiz Barreto resolve tentar ainda a medicina do médico do Petim.

Penosa viagem que quasi lhe tira o resto das forças. Mas chega, porém, mal. José Gomes vê as cousas mal paradas. Conseguirá salvar o enfermo?

Espírito jovial, o esculápio conta-lhe algumas anedotas enquanto o examina. O doente, mal disposto, ri frouxamente. Gomes Jardim exulta. Quem ri, não está de todo perdido. Examina seus livros, seus mestres, e receita. A moléstia parece estancar. Passam-se os dias. O doente vai melhorando, melhorando...

O desvêlo e a jovialidade do **médico**, mais do que os remédios, auxiliados pelo ar saüdável do local, operam o milagre. Fortunato Luiz Barreto está curado! Radicalmente curado!

Após a convalescença, já forte e disposto a encetar a luta, Fortunato se despede.

— Quanto lhe devo, amigo doutor?

— Ora! por tão pouco! Seja sempre meu amigo e estamos pagos.

— Assim também não. O senhor trabalha para ganhar...

— Não é bem para ganhar que trabalho, mas sim para fazer alguma cousa pelo bem do próximo.

— Mas diga, diga quanto lhe devo.

— Pois bem. Já que faz questão de pagar-me, dê-me aí qualquer cousa que pague a hospedagem e estarei mais do que pago.

Fortunato Luiz Barreto nada contestou. Agradeceu e despediu-se.

— Não trago dinheiro, mas mandarei imediatamente o que lhe devo.

E partiu.

Dias mais tarde, quando Gomes Jardim já nem sonhava mais com o pagamento de Barreto, aparecem-lhe no arranchamento dois gaúchos.

— Oh! de casa!

— Chegue-se por quem é, — responde Gomes Jardim aparecendo no limiar da porta grande.

— Bás tarde.

— Boa tarde.

— E' aquí que mora o Dr. Jardim?

— Sou eu mesmo, criado às ordens de vosmecês.

— Aquí tem êste recado do sinhô Fortunato que le manda cumprimentá, — diz um dos gaúchos apresentando um papel dobrado a Vasconcellos Jardim.

Êste toma-o e lê.

Fortunato Luiz Barreto envia-lhe, pelos portadores, a "insignificância" de mil rezes escolhidas em pagamento do trato que o médico lhe dispensara, e pedia-lhe que as aceitasse, também, como prova de amizade, lembrança e gratidão.

Gomes Jardim franze o sobrolho, mas nada diz. Manda soltar os animais no campo, e escreve ao seu ex-doente agradecendo a dádiva régia.

* * *

A fazenda de Gomes Jardim era pequena em demasia para tanto gado além do que já possuia. Tinha, porém, um escoadouro: a xarqueada da praia da Alegria.

No dia imediato manda cem rêzes para a xarqueada que, aliás, nunca estava parada. E assim. diàriamente quasi, a fortuna ia-lhe aumentando sem que êle a procurasse.

* * *

Por essa época havia na província outro "médico", já velho, e com grande prática e renome, chamado Domingos Leite, residente no Boqueirão.

José Gomes acatava-o muito e, sempre que podia, recorria aos seus conselhos. Domingos Leite, porém, respeitava sobremodo o esculápio de Pedras Brancas e sempre que podia esquivava-se a fornecer-lhe os conselhos pedidos.

— Sabia muito bem, — dizia aquele, — que Gomes Jardim era competentíssimo e que seus conselhos de nada lhe serviriam. Tinha muita prática, era verdade, mas não tinha a "leitura" de seu colega. Que desculpasse e não levasse a mal.

E lá vinha, para rematar, uma consulta ao amigo que, por sua vez, ficava embaraçado, sem saber que responder.

Tal era José Gomes de Vasconcellos Jardim, o médico do Petim, o grande amigo da pobreza.

O LAR: O BATIZADO DO ANTONIO

Moço ainda casou José Gomes com uma irmã do padre Leitão, dona Izabel, moça bonita e sisuda, por quem se apaixonara.

Meiga, carinhosa, bastante impressionável, não raro exaltava-se por qualquer cousa. E era ciümenta ao estremo. Aliás, tinha razão...

Contam-nos as crônicas que, quando ainda noivos, José Gomes que tinha especial predileção pela cinegética, foi, quasi em vésperas do casamento, vítima de um acidente numa de suas habituais caçadas. Tropeçando numa raiz de figueira, cai e a arma dispara indo a bala atravessar-lhe o braço mas sem ferir o osso. Cousa sem grande gravidade.

D. Izabel, porém, de temperamento um tanto esquisito, impressionável, desespera-se. Corre de um lado para outro e por fim resolve suïcidar-se.

Chama uma escrava e manda colocar, na rua, sob a janela mais alta da residência de seus pais um grosso colchão.

Depois... atira-se da janela sôbre o colchão, gritando desesperadamente.

Queria morrer, mas sem pisar-se. Mas, em vez de morrer sem pisar-se, pisou-se um pouco sem morrer.

José Gomes aborreceu-se com isso, a princípio, mas, depois, achou graça e, quando casado, não perdia ocasião de troçar a mulher com o tal "suïcídio".

De outra feita, estando Gomes a conversar com umas moças (a paixão dêle era palestrar com moças!...), já depois de casado, D. Izabel desespera-se. Mas como nada podia fazer ao marido, investe furiosamente contra a primeira escrava que topou no caminho e foi preciso a intervenção de outras pessoas para que não matasse a infeliz negra.

O marido, porém, não a levava a sério. E' mania, dizia êle, que Izabel perderá aos poucos. Mas, ao que parece, ela nunca perdeu essa mania.

O quanto Gomes Jardim tinha de bom para com os escravos, d. Izabel tinha de má. E não perdoava nada. Mas o marido perdoava tudo, — depois de desabafar sua raiva nas escravas, — Mas também, justiça seja feita, ela o adorava verdadeiramente.

E tinha bem razão para tal pois Gomes Jardim, apesar-de seus deslises na vida privada, era homem de uma extraordinária nobreza dalma, carinhoso e bom.

Reconhecia-o muito bem d. Izabel. E era de vê-la aflita, desassossegadíssima si acaso o marido adoecesse. Não havia o que não fizesse para tê-lo restabelecido.

* * *

Pouco antes de mudar a sua residência para as margens do Petim, o casal Gomes Jardim teve o seu lar em festa com o nascimento do menino Antonio.

Passada a quarentena, alvorota-se a casa com os preparativos para o batizado do pequerrucho.

O ato seria grandemente festivo, e terminaria com um baile. Gomes fazia questão do baile. Queria lembrar-se de outros tempos, conversar com as moças, brincar com elas. Ah! que encanto!

"Temperamento jovial e muito espirituoso", como diz o Dr. Graciano Azambuja, José Gomes "dava um dente" para poder estar entre moças. Sua jovialidade, então, aumentava. Mas, em público, nunca quebrava a linha: era sempre aquele tipo correto, cavalheiresco, amável. Bailava-lhe sempre nos lábios um sorriso de satisfação, mesmo quando a espôsa o atormentava com suas esquisitices e ciümeiras. Um cidadão perfeito, elegante e nobre. Não abusava nunca, mas também nunca perdia vaza. Quisessem ver era experimentar.

O padre Leitão, "o mano padre", como o tratavam, é que faria o batizado. Aliás, todos os domingos e dias de festa e de guarda êle lá estava para dizer missa, que era assistida por todo o pessoal da fazenda, empregados e escravos.

Gomes Jardim, aliás, bem pouco se incomodava com toda essa gente. O seu capataz, Vitorio Inácio da Silva, que alí morava com a mulher, a bondosa e prestativa dona Joaquina e filharada, é que se encarregava de tudo. O fazendeiro só dava ordens e instruções. E podia descansar, porque Vitorino dava conta do recado, à risca. Era um gaúcho às direitas, da velha têmpera, bondoso e severo a um tempo, franco e leal.

* * *

Véspera do grande dia. Pela casa toda era aquela azáfama. Ninguém descansava. Homens e mulheres, espalhados por toda a parte, preparavam qualquer cousa para a festa. Nada havia de faltar aos convidados. Aos convidados e a quantos mais se apresentassem, pois sempre, em dias como êsse, acorria toda a vizinhança para cum-

primentar, — simples pretêsto para comer doces e churrasquear. Já no dia do casamento de José Gomes e d. Izabel fôra a mesma cousa. Um mundão de gente. Parecia que vivalma não ficara em casa. Todos foram assistir o casório: os velhos para cumprimentar o novo casal; os moços com mais um pretêsto, especialmente as meninas casadoiras: "pegar a febre". Um festão.

Pensando em tudo isso o casal Vasconcellos Jardim se prevenia. O batisado, por certo, seria a mesma cousa. Mas, que viesse o povo todo. Nada havia de faltar e todos saïriam satisfeitos e contentes.

Na cozinha as escravas trabalhavam nos doces: eram as cocadas, os beijús, as papas de anjo, e como a época era de frutas, não devia faltar o doce de figo e de goiaba. E também o arroz doce, em tijelinhas, polvilhado de canela moída. Tudo em quantidade, fartamente. Não se poupava em nada. Outra turma de escravas, lá no alpendre, pelava, umas os leitõesinhos, outras as galinhas e os perús. Mais adiante, negros robustos carneavam algumas ovelhas dependuradas nas vigas do galpão. Mas o melhor eram as duas vaquilhonas que alí estavam na mangueira para o churrasco. Aquilo, sim, é que ia dar água na bôca! E que bichos! O pêlo brilhava de tão gordas! E já havia alí quem se lembrava, botando uns olhos grandes, do churrasco com couro.

Num quartinho, junto à cozinha, José Gomes mandara pôr as bebidas: vinhos da terra e de fora, caninha da boa, e até cerveja havia!

À tarde dêsse dia, era um sábado, chegou o padre Leitão. Ia pernoitar na fazenda para dizer a missa bem cedo e em seguida fazer o batizado.

À noite estava tudo pronto. Não faltava cousa alguma. Tudo em dia. Tudo em ordem.

* * *

Domingo.

Os primeiros albores do dia debuxavam no horizonte o dorso acinzentado da serra do Herval, lá ao longe.

O dia amanhecia festivo. A soturna umbela da noite abria-se, a pouco e pouco, dando passagem aos raios fulgurantes do sol.

Tudo ia ficando côr de rosa e ouro, prenunciando um dia esplendoroso, cheio de vida, e de luz.

Seis horas da manhã e já todos, no vasto casarão de São Maximiliano, estavam em movimento. Ninguém mais na cama. Até o pequeno Antonio, motivo de toda aquela faina, estava acordado, choramingando, cabecinha mole, alheio ainda a tudo e a todos, nos braços da mãe.

Às seis e meia começa a missa.

"In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. Introibo ad altare Dei".

Todos de joelhos assistiam, atenta e devotadamente, o santo sacrifício.

Silêncio profundo. Só a voz do sacerdote, rezando as orações da missa e as respostas do sacristão.

"Gloria tibi, Dómine", responde o sacristão, e todos se levantam. A leitura do Evangelho do dia.

"Laus tibi Christi. — Per Evangélica dicta deleantur nostra delicta".

Terminava o Evangelho. Sentam-se todos. O padre Leitão faz uma pequena prática alusiva ao ato que seria celebrado após a missa. Fala sôbre o batismo e sua importância capital para o cristão.

Depois, o Credo... a elevação... a comunhão.

A missa chega ao fim. "Ite missa est". Em seguida, a última bênção e o último Evangelho. As orações finais e o padre se retira do altar.

Paramenta-se para a outra cerimônia: o batismo do Antonio.

Na porta do quarto, — a capela da casa, — cercados por quasi todos os presentes, os padrinhos, o menino e o padre. Começa a cerimônia. Os exorcismos. Entram depois e os padrinhos prometem, em nome do batizado, as promessas de uma vida perfeitamente cristã, conforme o manda a santa Igreja e o exigem os Evangelhos. Rezam

o Credo. E começa o batismo própriamente dito: "Eu te batizo, Antonio..."

E pronto. Os abraços, as congratulações...

A casa, poucos minutos antes silenciosa, transforma-se: parece uma colmeia: todos falam, gritam, cantam, riem. E' a vida de fora que recomeça. Vida feliz de quem cumpriu o seu dever.

Por todos os cantos rodas de chimarão, mate doce com beijús.

Lá fora, crepitam já as brasas para o churrasco. As vaquilhonas mortas. Aquí, alí, acolá, em grandes gamelas de madeira, mantas de carne com couro e sem couro, prontas para os espetos.

Mais alguns instantes e a carne vai para as brasas.

* * *

Onze horas. Já todos se movem, rumo ao churrasco. Lá dentro, as mesas postas. Longas mesas repletas de pratos. Mas quasi só as mulheres é que delas se aproveitarão. Os homens vão comer ao ar livre, cortar os nacos de carne alí mesmo, em cima das brasas. Nada melhor do que isso. O mais, "perfumarias", para mulheres e crianças.

E todos comem. E todos se divertem. E todos bebem.

— Viva o Dr. Gomes Jardim!

— Viva a senhora dona Izabel!

— Viva o menino Antonio!

— Viva o reverendo padre Leitão!

— Viva!... — Viva-ô...

E os vivas se repetem, mais longos, mais entusiasmados.

Depois, aos poucos, serena tudo. E' a modorra, a calma. As mulheres espalham-se pelo interior. Os homens, em grupos pelo terreiro, debaixo das árvores, das figueiras e umbús, chimarreiam e conversam. Contam "causos", episódios de sua vida, da vida de seus maiores, da história do Rio Grande, das peleias brabas de 16 e 25. Outros co-

mentam a política opressora da côrte na província. Comentam indignados.

Súbito, a um canto do terreiro, rompe a orquestra numa mazurca: gaita e viola.

Reanimam-se todos. Recomeça a vida. De todos os cantos correm as moças. Vem umas estremunhadas, outras alisando os cabelos.

Gomes Jardim aparece.

— Vamos, moçada! Vamos que a tarde é vossa. A tarde e a noite.

E dá o exemplo. Sai batendo o pé, no rítmo cadenciado da mazurca, alí mesmo, no terreiro. E todos o acompanham. E o baile inicia-se alegremente, no terreiro, à sombra das frondosas figueiras, e termina, dentro de casa, ao romper dalva do dia seguinte.

Linda festa, sem um incidente, sem nada de anormal. Tudo em ordem e todos alegres, satisfeitos. Gomes Jardim sorrindo sempre. Dona Izabel o olha atravessado. Mas não lhe diz nada.

E tinha razão em ficar assim. O marido se passara um pouco com uma das filhas do Lautério.

Sempre estravagante, o doutor...

O LAR: FEREZAS DE DONA IZABEL

— Essa Izabel tem cada idéia!...

— Que foi? — perguntou o padre Leitão ao cunhado que entrara na varanda morto de riso.

E Gomes Jardim abancando-se ao lado do mano padre que estava a ler o breviário contou a última invenção da mulher para castigar as meninas escravas:

— Como você sabe, a Izabel não admite que eu vista camisa sem bordado nas fraldas. Êsses bordados são feitos pelas meninas escravas e filhas das escravas que temos. Mas as pequenas, coitadas, sentadas horas e horas, cansam. Cansam e cuchilam. Izabel rala-se com isso. Não quer que as crianças cuchilem embora ela, não raro, cuchi-

le também. E inventou, além da varinha de cipó, um castigo original: assustar as meninas. E sabe você com que?

— Com respingos de água fria...

— Qual água fria! A coisa é muito mais cômica.

E ria a bom rir. E o padre vendo o cunhado rir tanto, ria também, mas sem saber porque.

— Ora, concluiu Gomes Jardim, — com uma pele de cobra!

— Pele de cobra?

— Sim senhor! Uma pele de cobra, autêntica. Não sei como ela a arranjou, mas sei que está aí, enroladinha e acabo de assistir a mais impagável das cenas: uma das meninas estava dormindo no banco e a Izabel, pé ante pé, aproximou-se dela e enrola-lhe a pele no pescoço. Como a menina não acordasse logo, cotucou-a com o cipó. O resto você já sabe: um susto tremendo.

* * *

Dona Izabel, a-pesar-de meiga para com o marido, era, contudo bastante irrascível, impetuosa. Era raro vê-la rindo. Sempre séria, sisuda. Não gostava que a troçassem, o que o marido, para contrariá-la fazia seguidamente.

Assim com as jaquetas.

Gomes Jardim usava sempre jaquetas bem talhadas. A mulher apreciava-as bastante e não permitia que fôssem fora sem estar completamente imprestáveis. Uma espécie de avareza que Gomes Jardim comparava com a do rico avarento da bíblia.

— Ainda irás para o inferno fazer companhia àquele rico que negou as migalhas ao pobre que lhe batera à porta.

Dona Izabel franzia a testa e se afastava. José Gomes ria.

Essas jaquetas, depois de postas de lado pelo marido, elas as remendava e usava. Quando não mais podia uzá-las, passava-as às escravas. E assim uma jaqueta não raro servia, sucessivamente, a quatro e cinco pessoas.

Vasconcellos Jardim, às vezes, aborrecia-se com isso. Mas como era uma mania da mulher, suportava-a contentando-se com ironizar a espôsa, quando esta lhe aparecia com uma jaqueta toda remendada.

— Olha, mulher: há muita cousa neste mundo que se parece. Mas nunca vi cousa que tanto se parecesse com os donos como certos trastes.

E dava um puchão na jaqueta.

Dona Izabel, às vezes, respondia:

— Fala a vontade, mas garanto que esta jaqueta ainda há de resguardar as costas de outros.

E resguardava mesmo.

* * *

Dona Izabel tinha horror às escravas relachadas. Castiga-as sem piedade porisso. Às vezes até com verdadeiros execessos.

Assim, por exemplo, usava uma torquez com que costumava pisar as carnes das remissas. Pisava-as, não raro, a ponto de fazer sangue.

Gomes Jardim teve, um dia, que fazer curativos em uma escrava velha porque a mulher, com a torquez, num de seus acessos, arrancara-lhe um naco de carne da coxa, só porque a pobre deixara um de seus filhos, o penúltimo, chorar, acordando o pequenino.

Outras vezes, quando quebravam alguma cousa, ela fazia um colar do objeto quebrado e o dependurava, fortemente amarrado, de uma a outra orelha.

De uma feita, com êsses seus castigos, — e dona Izabel era fértil em castigos... — quasi mata queimada uma das escravas.

No tempo da tosquia de ovelhas, ela mandara uma das escravas desfiar uma boa porção de lã para fazer uns travesseiros. A escrava, porém, cansada, adormece sôbre a lã, e quando dona Izabel foi ver a quantidade desfiada encontra a escrava dormindo e dois cãezinhos, pequenos ainda, espalhando a lã e sujando-a. Quis bater na escrava,

mas lembrou-se logo de outro castigo. Bater estava muito comum.

Juntou um punhado de lã, foi ao gabinete do marido, onde havia uma verdadeira farmácia, e embebeu-a em alcool. Passou pela cozinha e pegou de um tição e, bem de mansinho aproximou-se da dorminhoca cujo colo estava quasi nú, ata-lhe ao pescoço a mécha embebida e encosta o tição. A labareda forma-se. A negra acorda num grito de dor e, vendo o fogo, corre. Consegue arrancar a mécha do pescoço, mas um pedaço caí-lhe no corpinho que prende fogo.

E si não acudissem os demais escravos, talvez a negra morresse totalmente queimada!

— Bem feito! — dizia dona Izabel, — Outra vez cuide melhor de seu serviço, negra preguiçosa!

* * *

Dona Izabel gostava imenso de mandar rezar o têrço em sua casa. E fazia-o freqüentemente.

Êsses terços não são mais que a reza do rosário em comum.

No Rio Grande do Sul era rara a casa, antigamente, em que se não rezava o têrço ao menos uma vez por mês.

Essas rezas eram motivo para reünir os vizinhos mais próximos, distantes às vezes duas e três léguas.

Quasi sempre quem rezava o têrço era a pessoa mais velha da casa. Outras, encontrava-se um especialista, — quasi sempre era mulher o rezador, — a que davam o nome de "rezador do têrço", e também "tercêiro".

Essas cerimônias não raro se transformavam de religiosas em supersticiosas, mòrmente em casas onde a instrução era pouca ou nenhuma, terminando, nesses casos, com benzeduras e outras "mandingas". Mas eram bastante raros êsses casos. No geral não passava do estritamente prescrito para a recitação do rosário: os Padre-nossos, Avé-Marias e Glórias dos três mistérios: gozosos, dolorosos e gloriosos. Finda a cerimônia oferecia a dona da casa do-

ces e licores aos presentes. Outras, caso houvesse muita moça e rapazes terminava num bailezinho, geralmente conhecido, sobretudo na Serra, por **desmanchado.**

Ainda hoje usam muitos a reza do têrço e tivemos acosião de assistir a um, na Serra, cujo fim fôra implorar a Deus e à Virgem a graça de restabelecer a saúde do dono da casa, sèriamente abalada.

Diante de um pequeno altar improvisado na sala, sôbre o qual, entre quatro velas acesas se via um quadro da Imaculada, ajoelhava-se o "rezador", um homem idoso, quasi analfabeto. Atrás dêle a dona da casa e os filhos. Em seguida os demais convidados.

Aquela cerimônia simples, a-pesar-de todas as falhas, comovia. As orações saíam entre cantadas e choradas. Tinha-se mais a impressão de orações funebres a que a voz cavernosa do rezador imprimia um tom lúgubre.

Eram, bem assim, com poucas mutações, os terços rezados outrora.

Na casa de Gomes Jardim apenas o ambiente mudava. Havia um certo luxo porque eram rezados na capelinha e pelo padre Leitão. As orações eram ditas naturalmente. E era só o que mudava. O mais era o mesmo.

Assistiam a cerimônia, aí, não só os donos da casa e demais convidados, mas também todos os escravos que formavam nas primeiras filas de bancos.

Dona Izabel sentava-se atrás das escravas munida, sempre, de uma longa vara para despertar as que tivessem a infelicidade de cuchilar.

Não raro, porém, ela mesma cuchilava, de vara na mão. Era isso, então, motivo para as troças do espôso.

— Então, dizia-lhe êste, — tua "mestra de cerimônias" hoje adormeceu!

Mas já na capela, quando todos ajoelhados, Gomes Jardim, notando a espôsa adormecida, puchava o vestido das moças que lhe estavam ao lado, chamando a atenção de quantos podia, para mostrar a atitude de dona Izabel. E

todos riam e todos caçoavam. Ela dava o desespêro e ia vingar-se na primeira escrava que tivesse algo mal feito.

Gomes Jardim via tudo isso com desprazer. Mas nada dizia, afora as caçoadas e "peças" que lhe prègava.

— Ela é boa e meiga para mim. Para que, pois, desgostá-la com reprimendas?

E concluia sempre, convencidamente:

— Ela há de mudar um dia.

Tradição Histórica

LEOPOLDO DE FREITAS

A 1.º de outubro de 1925 publicámos em diário da imprensa dêste país o seguinte artigo sob a mesma epígrafe do atual e concernente á Revolução Rio-grandense de 1835 a 45.

Agora, o acressemos de alguns períodos em razão da louvável iniciativa da comemoração centenária do dia 20 de setembro, em Pôrto Alegre.

"A coletividade gaúcha se desvanece das tradições de amor as causas da liberdade que glorificam o seu Estado natal.

Filho desta região do Sul sentimos palpitações de entusiasmo sempre que se fizerem referências e recordarem feitos que a glorificaram.

O heroísmo dos Rio-grandense veiu da formação regional do Continente que se erigiu em Capitania, mais tarde em Província e Estado autônomo, pelo 1.º decreto das Instituïções de 15 de novembro de 1889.

As antigas lutas da fronteira portuguesa com a das colônias hespanholas fizeram os continentinos de S. Pedro do Sul belicosos como foram os Pernambucanos na guerra contra o domínio holandês, de 1625 a 1648.

Campo de combates freqüentes, no fim do dezoito século e parte do dezenove foi o território do Rio Grande, defendido pelo brigadeiro José Marcelino da Silva Paes.

Analisando a situação das populações meridionais do Brasil o erudito escritor Oliveira Vianna ocupou-se com o

meio físico do Continente, pois descreveu as planícies e coxilhas; os rios, as pastagens, a existência campeira dos primeiros habitantes e a índole adquirida ou formada na lida quotidiana das Estâncias.

Neste ambiente saüdavel, purificado pela ventania do Minuano — nasceu, cresceu e desenvolveu-se o tipo étnico do gaúcho; derivado da cruza lusitana com os indígenas e também de algumas partículas do sangue castelhano, na fronteira das Missões do Uruguai.

Gente audaciosa e destemida, destra em montar a cavalo, a do Rio Grande, vestida com o seu trajo especial, adequado e cômodo para os trabalhos campestres, costuma desafiar e suportar corajosamente os revezes da vida.

Quadros dêstes episódios gaúchescos o distinto patrício dr. Wencesláo de Escobar esboçou com toda fidelidade histórica no livro **Trinta Anos de Ditadura**; igualmente o inspirado poeta e escritor Mucio Teixeira fez na poesia o **Monarca das Coxilhas.**

* * *

Definiu-se perfeitamente o espírito e o sentimento militar dos Rio-grandense nas campanhas desde 1808 até os anos de 18 e de 1825 a 28, do mesmo modo que nas guerras anteriores pela posse da posição da Colônia do Sacramento, na margem do Prata.

Os generais portugueses governadores da capitania de S. Pedro: dom Diogo de Sousa, Paulo da Silva Gama, Conde da Figueira e o marechal Duque de Saldanha bem conheceram o valor dos soldados Rio-grandenses nas agruras da guerra, aos caudilhos uruguaianos.

Expurgador valente das audácias castelhanas e que conquistou nomeada de guerrilheiro denodado foi Raphael Pinto Bandeira, vaqueano da fronteira e que mereceu a honra de ser o primeiro gaúcho que cingiu as insígnias de general do exército regular. Distinguiu-se como continuador da bravura e das façanhas de José Borges do Canto e de Santos Pedroso.

Outro oficial Rio-grandense que hombreava em valor militar com o brigadeiro Pinto Bandeira era o general José Abreu, Barão de Cêrro Largo e tragicamente morto na guerra da Cisplatina, na batalha do Rosário.

Confirmaram, nas linhas de combate das antigas campanhas os Dragões do Rio Pardo, os invictos generais Menna Barreto e Corrêa da Camara, a sua belicosidade heróica em todas ações que pelejaram servindo a bandeira do exército nacional.

A guerra civil dos Dez Anos, que criou a bandeira tricolor e o brazão da República de Piratiní, escreveu o ilustrado jornalista paranaense dr. Altamirano Nunes Pereira, que, ela, autoriza "a evocação de episódios de coragem indômita, abnegação cívica e dignidade nobilitadora de uma geração já glorificada pela História".

De fato, aquela campanha Rio-grandense, literàriamente, recorda os feitos do poema de Homero que celebrou a guerra de Troia, na qual as cidades da Grécia se aliaram para realizar a clássica luta contra o poder do reino de Priamo.

Os bélicos episódios do decênio de Piratiní estão descritos pelas penas dos intelectuais patrícios drs. Oliveira Bello, Alcides Lima, Assis Brasil, desembargador Alencar Araripe e pelos prosadores Apollinario e Appelles Porto Alegre, Damasceno Vieira, Alfredo Rodrigues, Bernardo Taveira, Mucio Teixeira, coronel Aurelio Porto, Othelo Rosa, H. Canabarro Reichardt e por outros que figuram na comemoração dêste Centenário do patriotismo de um povo.

— Na campanha de Piratiní, o escriptor e poeta Damasceno Vieira, no livro "Memórias Históricas" realça a individualidade militar e cívica do coronel Bento Gonçalves da Silva, general da Revolução e vencido-prisioneiro no combate da ilha do Fanfa, como também se refere aos serviços do general Bento Manuel Ribeiro que no decorrer da guerra acompanhou a um partido e outro, embora justificasse estas atitudes.

José Garibaldi, guerreiro italiano, teve em sua aventurosa mocidade participação importante no prélio Rio-grandense. "Herói dos Dois Mundos", denominou-o Alexandre Dumas recordando os seus belos feitos de armas n'América latina; tendo combatido em terra, nos rios e no mar a bordo de uma esquadrilha de lanchões.

Hostilizou a êste valente guerrilheiro com a habilidade da tática de que era senhor o tenente-coronel, depois coronel e brigadeiro Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, que mais tarde vencia n'uma decisiva surpreza de ataque o general David Canabarro.

O bravo Garibaldi comandou a expedição marítima a Santa Catarina e pelejou com a esquadra legal, no pôrto de Laguna.

* * *

Foi o intrépido general revolucionário Antonio de Sousa Netto quem proclamou a República de Piratiní no campo de Seival, depois de uma vitória contra a tropa dos legalistas, em 1836.

São muitos os episódios da sua dedicação aos ideais políticos de 20 de setembro e do seu valor militar nos combates dêsse magnífico decênio de glórias.

Nas vésperas do ataque de Poncho Verde êle pessoalmente preveniu ao chefe David Canabarro que o coronel Francisco Pedro de Abreu rondava-lhe o acampamento, premeditando um assalto decisivo.

— Na falange dos guerrilheiros pela realidade dos princípios da democracia e da autonomia do continente Rio-grandense distinguem-se ao par do general Bento Gonçalves, os comandantes Lima e Silva, Affonso Côrte Real, João Antonio da Silveira, Silvano Monteiro de Paula, Manuel Lucas, Antonio da Fontoura, Teixeira Nunes, Gomes Portinho, Amaral Menna.

— Impávidos batalhadores desde a vila de Viamão até as linhas fronteiras do Jaguarão e do Uruguai, de cada um dêles guardam-se inscrições indeléveis nos anais da guerra decenária.

Do lado adversário dos insurgidos militavam sob a bandeira imperial os almirantes João Grenfell e Frederico Mariath; os generais Santos Barreto, Anthero de Britto, Silva Tavares, Soares de Andréa, Silva Bittencourt, Bonifacio Calderon; os coronéis Francisco Pedro, João Propicio M. Barreto, José J. de Andrade Neves, os inclitos Manuel Luis Osorio, futuro Marquez do Herval, e Manuel Marques de Sousa, depois tenente general e Conde de Porto Alegre, ambos prestigiosos elementos do partido liberal histórico.

Sob o ponto de vista da política de concórdia patriótica e de habilidade militar na direção da guerra — tem alto relêvo o nobre Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, que foi o pacificador da Revolução e representou no senado a heróica Província Rio-grandense.

Irmanaram-se no cenário da Paz os revolucionários e os legalistas, quando cessaram as operações militares, aguardando todos, "na Justiça de Deus a voz da História".

Êste julgamento efetua-a a geração moderna comemorando um século, dêsse magnífico acontecimento, na linda capital do Rio Grande do Sul.

Pedro Chaves e Bonifacio Isas Calderon

Traços biográficos. -- Correspondência inédita

Especial para a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Por ***WALTER SPALDING***

Entre os legais que tomaram parte na revolução farroupilha vultos há de grande destaque pela atuação ou política ou militar.

Nenhum, porém, dentre os de atuação política tiveram a preponderância, mòrmente nas causas que deram lugar ou, mesmo, que precipitaram os acontecimentos de 20 de setembro, como o bacharel Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, irmão do presidente Dr. Antonio Rodrigues Braga.

Pedro Chaves, moço, entusiasta e de gênio violento é considerado, por muitos cronistas da época, mentor do Dr. Rodrigues Braga.

Realmente, pelo desenrolar dos acontecimentos é de supor-se que Chaves possuía grande influência sôbre o irmão presidente.

Quando o Dr. Rodrigues Braga assumiu a presidência da província do Rio Grande do Sul, em 1834, grande foi o júbilo entre os liberais e grandes festas se lhe fizeram.

Cedo, porém, tudo mudou. Braga, tornou-se inimigo e perseguidor dos liberais apoiando-se aos caramurús, então

chefiados, na província, por Pedro Chaves que não tolerava as idéias e práticas liberais.

Em outubro de 1834 o povo de Pôrto Alegre, dirigido pelos chefes do Partido Liberal, festejou com luminárias e passeatas a grande conquista do partido, como a creação da Assembléia Provincial.

Pedro Chaves, que desde muito vinha provocando os liberais com doestos de toda espécie pela imprensa, especialmente pelo **"Correio Oficial"**, que dirigia, aproveitou a oportunidade para mostrar do que era capaz o seu sectarismo político.

Rodrigues Braga embarcando para a fronteira do Estado deixou o Dr. Pedro Chaves dirigindo os negócios do Govêrno, na Capital.

Quando, festejando as vitórias liberais, estes organizaram suas comemorações no memorável dia 24 de outubro de 1834, Pedro Chaves, receioso por certo e intranqüilo pelo que fizera antes ao Partido Liberal, ordenou fôsse a cidade ameaçadoramente fortificada, apesar-de declararem os liberais que sua manifestação era pacífica e tinha por fim único prestar homenagem ao Gabinete Liberal de então e ao Regente do Império, Diogo Feijó.

A manifestação realizou-se e Pedro Chaves, arbitràriamente, pretestando distúrbios por um ou outro **viva!** mandou prender a torto e a direito e a manifestação, por isso, quasi se transformou em luta armada.

Dalí por diante as perseguições do govêrno aos liberais, recrudesceram, instigados ou ordenados tão sòmente por Pedro Chaves.

Entretanto, deve-se notar, o bacharel Pedro Rodrigues Fernandes Chaves foi um tipo de valor, e embora usasse de subterfúgios e artimanhas menos dignas para satisfazer seu sectarismo político, nunca recuou e, quando vencido, recrudescia de violência contra o adversário.

Inteligente e ativo, Pedro Chaves não perdia ocasião de mostrar seu prestígio e o poder de sua dialética.

Foi mestre consumado na verrina, no que, aliás, nada lhe

ficavam devendo os jornalistas farroupilhas como Pedro Boticário, por exemplo.

Achylles Porto Alegre disse de Pedro Chaves: "Sôbre sua figura de combatente indefeso projeta-se uma sombra negra: foi êle, pelo seu gênio violento, quem primeiro acirrou as paixões políticas no Rio Grande do Sul".

Um biógrafo anônimo escreveu:

"Pedro Rodrigues Fernandes Chaves nasceu na cidade do Rio Grande a 27 de abril de 1810.

Cursou na universidade de Coimbra os três primeiros anos de direito, e o 4.º e 5.º na faculdade de S. Paulo, onde se formou em 1833.

Começou sua carreira como juiz de direito criminal da comarca de Pôrto Alegre, exercendo dois anos mais tarde, em 1835, o cargo de chefe de polícia.

Desde muito moço envolveu-se em lutas políticas. Quando rebentou a revolução, era presidente da província seu irmão o desembargador Antonio Rodrigues Fernandes Braga, a quem aconselhava todas as medidas de rigor para abafar a nascente revolução.

Terminada esta, Pedro Chaves pleiteou as primeiras eleições como chefe do partido saquarema (conservador), e na câmara temporária representou a terra de seu nascimento, até entrar para o senado em 1835. Foi também sempre membro da assembléia provincial, ainda mesmo depois de escolhido senador. Na última legislatura em que serviu era presidente.

Em 1850, realizou-se entre o Dr. Israel Rodrigues Barcellos, chefe do partido luzia, e Pedro Chaves, chefe do partido saquarema, a liga dos dois partidos com o fim de combater o domínio do Dr. Oliveira Bello e do Barão de Pôrto Alegre, que dêle se haviam apartado. Daí originou-se o partido da contra-liga, tendo por chefe o Dr. Bello.

O govêrno geral não viu com bons olhos essa liga e, para combatê-la e diminuir o prestígio de Pedro Chaves na província, nomeou presidente o conselheiro Cansansão de Sinimbú. Êste aparentou em princípio boas disposições em fa-

vor de Pedro Chaves; porém, mais tarde, vendo-o eleito senador, mas continuando a residir na província á testa do partido da liga, que lhe era adverso, procurou diminuir-lhe o prestigio, quer seduzindo-lhe os amigos, quer arredando-os de todas as posições oficiais para confiá-las aos seus mais intransigentes adversários e inimigos.

Ainda assim o govêrno central tratou de acariciá-lo, distinguindo-o com o título de barão de Quaraí, instando com êle para retirar-se para o Rio de Janeiro, cenário mais vasto, onde melhor poderia desenvolver as suas faculdades e realizar as suas mais justas aspirações. Uma moléstia de olhos, que muito o abateu, e a venda de sua estância no Rio Pardo, resolveram-no a atender as sugestões dos seus amigos da côrte e aos convites do govêrno, seguindo para lá com a família.

Foi encarregado de negócios em Montevidéu no ano de 1838 e 1839 e depois ministro plenipotenciário nos Estados Unidos. Em 1850 ou 1851 foi escolhido desembargador da relação de Pernambuco. Era condecorado com as comendas das ordens da Rosa e de Cristo.

Era Pedro Chaves conservador intransigente e chefe de partido absoluto. Não havia sacrifício que não estivesse pronto a fazer por amor do partido que dirigia. Dispondo de recursos pecuniários, não lhe era difícil conseguir para o partido vantagens que a outros seriam impossíveis. Foi assim que, por mais de uma vez, êle só sustentou a imprensa do partido. Como político, era intolerante e sempre dizia que ao adversario era preciso castigar na algibeira.

Não era orador, mas na tribuna dava bem o seu recado. Era conciso em seus discursos, mas sempre positivo e ferino em suas alusões. Entre elas, há a seguinte dirigida ao padre Marinho que, chamando-o de **tigre** na câmara dos deputados, de que eram membros, teve a resposta seguinte. — **Sim, é verdade; mas não sou tigre de pele amarela, nem tenho unha na palma da mão.**

Pedro Chaves faleceu em Piza, na Itália, a 23 de junho de 1866".

Foi tambem Pedro Chaves presidente da Paraíba, em 1841 onde mais uma vez evidenciou sua intolerância de caramurú exaltado.

A correspondência, até hoje inédita, que a seguir transcrevemos, com notas nossas, são do tempo em que serviu como Encarregado dos Negócios do Brasil, em Montevidéu.

Como se poderá ver por essas cartas ao seu amigo brigadeiro Calderon, Pedro Chaves não poupava os adversários e acusações graves levanta especialmente contra Bento Manuel Ribeiro que nos aparece, através 3 dessas cartas, como separatista, e nos diz que foi por essa época e não em 1824, como arfirmam alguns historiadores, que Bento Manuel comprou a Estância do Jarau.

Outra figura interessante é a do correspondente de Pedro Chaves, o brigadeiro Bonifacio Isás Calderon, cujas cartas a Pedro Chaves, também inéditas até hoje, publicamos com notas nossas, logo a seguir.

Devemos aquí declarar que toda essa correspondência é do próprio arquivo de Calderon, e nos foi entregue pelo Major Romulo Telles Pessoa, descendente do tenente Joaquim da Silva Telles e Queiroz, que foi secretário de Calderon e, quando êste faleceu, o inventariante dos bens do brigadeiro.

Infelizmente nem toda a correspondencia ficou no arquivo e chegou até nós. Parte dela perdeu-se ou foi estraviada e outra parte entregue ao Presidente da Província quando faleceu Calderon, conforme se vê da nota a seguir, toda escripta do próprio punho do tenente Telles e Queiroz, não se sabe onde ficou.

"Relação dos papeis pertencentes ao falecido Brigadeiro Bonifácio Isás Calderon que por ordem que tive do Exm.º Snr. Presidente da Província entrego ao mesmo Exm.º Snr., e são os que abaixo se declaram — a saber:

Ordens do dia do Exército de N.º 88 até N.º 113..... 26
Oficio do Dep.º Qel. Me. Genal., datado de 18 de fev. de 1840 1
Oficios do Exm.º Gal. em Chefe do Ext.º de 19 de fev. de 1840 2

Oficio do mesmo Exm.º Snr. de 20 de fev. de 1840..... 1
Oficio do 1.º Ten. Comte. da Canh.ª N.º 3 de 29 de fev. de 1840 1
Oficio do Capm. de Frag.ª e Inspector da Marinha de 3 de março de 1840 1
Oficio do Cel. Medeiros Comte. da 2.ª Brigada de 4 de março de 1840 1
Oficio do Exm.º Presidente da Prov.ª de 4 de março de 1840 1
Oficio do Exm.º Gal. em Chefe do Ex.º de 4 de março de 1840 2
Oficio do 1.º Ten. Comte. da Canh.ª N.º 3 de 5 de março de 1840 1
Oficio do 1.º Ten. Comte. da Canh.ª N.º 9 de 6 de março de 1840 1
Oficio do Cel. Medeiros Comte. da 2.ª Brig. de 7 de Março de 1840 1
Oficio do 1.º Ten. Comte. da Canh.ª N.º 3 de 7 de março de 1840 1
Oficio do Cel. Comte. da Guarnição do Rio Grande de 7 de março de 1840 1
Cópia do ofício do Exm.º Gal. ao mesmo coronel de 4 de março de 1840 1
Ofício do T. Gel. Comte. do 2.º Reg.º de L.ª de 7 de março de 1840 1
Ofício do Exm.º Gal. em Chefe do Ext.º de 29 de março de 1840 1
Ofícios do Dep.º Ajud. General de 31 de março de 1840 3
Ofícios do mesmo de 2 de abril de 1840 2
Ofícios do mesmo de 4 de abril de 1840 1
Ofícios do mesmo de 5 de abril de 1840 4
Ofícios do Exm.º Gal. em Chefe de 5 de abril de 1840 2
Ofícios do mesmo Exm.º Sr. de 6 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Ajud. General de 6 de abril de 1840 1
Ofício do Exm.º Gal. em Chefe de 7 de abril de 1840 1
Ofícios do Dep.º Ajud. General de 8 de abril de 1840 3
Ofício do Comissário Pagador de 8 de abril de 1840 1
Ofício do T. Cel. Comte. do 1.º Bam. de Caçadores de 1.ª L.ª de 9 de abril de 1840 1

Cópia do ofício do Dep.º Ajud. Gal. ao mesmo T. Cel. de 6 abril de 1840 1
Mapa da Fôrça do mesmo Bam. que tudo é junto de 9 de abril de 1840 1
Ofício do mesmo T. Cel. Comte. do 1.º Bam. de Caçadores de 10 de abril de 1840 1
Ofício do T. Cel. Comte. do 5.º Corpo de C. de G. N. de 11 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Ajud. General de 12 de abril de 1840 1
Cópia do ofício que o mesmo dirigiu ao C. da 2.ª, 3.ª B. e 5.º C., de 12 de abril de 1840 1
Ofício do Encarregado dos Pgts. ao Ex.º de 13 de abril de 1840 1
Ofício do Exm.º General em Chefe de 14 de abril de 1840.. 1
Ofício do T. Cel. Comte. do 1.º Bam. de Caçadores de 16 de abril de 1840 1
Ofícios do Exm.º General em Chefe de 16 de abril de 1840.. 2
Ofício do Dep.º Ajud. General de 16 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Ajud. Gal. datado de 17 de abril de 1840... 1
Ofício do Exm.º Brig.º Comte. da 1.ª Brig.ª de Caçadores de 17 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Ajud. General de 18 de abril de 1840 1
Ofício do Exm.º Brig.º Comte. da 1.ª B. de Caçadores de 19 de abril de 1840 1
Ofício do T. Cel. Comte. do Esqm. Ligeiro de 20 de abril de 1840 1
Ofício do Exm.º General em Chefe de 20 de abril de 1840.. 1
Ofício do Dep.º Ajud. General de 20 de abril de 1840 1
Cópia do ofício do Exm.º General em Chefe ao Dep.º Qel. Me. General de 20 de abril de 1840 1
Ofício do Exm.º General em Chefe de 21 de abril de 1840.. 1
Ofícios do Dep.º Ajud. General datado de 21 de abril de 1840 2
Relação que acompanhou ao mesmo, de 21 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Qel. Mestre General de 21 de abril de 1840 1
Ofício do Tenente-coronel comandante do 1.º Batalhão de Caçadores, de 21 de abril de 1840 1

Ofício do Capitão comandante da Polícia de Taquarí de 21 de abril de 1840 1
Ofício do Dep.º Ajudante General de 22 de abril de 1840... 1
Ofício do Dep.º Ajudante General de 23 de abril de 1840... 1
Ofício do Dep.º Ajudante General de 24 de abril de 1840... 1

Total.... 62

Um borrador de ofícios que o falecido Brigadeiro dirigiu a várias Repartições do Exército e Marinha, contendo nêle setenta e uma cópias de ofícios (todas feitas por minha letra) tendo a 1.ª cópia a data de 27 de fevereiro de 1840 dirigido ao Comandante Superior da G. N., e a última a data de 24 de abril de 1840, às 11 horas da noite, dirigida ao Tenente-coronel Deputado Ajudante General, principiando as ditas cópias em fôlha uma, e acabando em fôlhas vinte e duas, do sobredito Borrador. — Pôrto Alegre, 31 de maio de 1840. — **Joaquim da Silva Télles e Queiroz** — Tenente.

N. B. — A ordem que o Sr. Presidente me deu para entregar os papéis acima declarados, foi verbal, e estavam presentes o Marechal Comandante da Guarnição, o Tenente- coronel comandante da Polícia e mais três que não conheço &

Telles e Queiroz".

* * *

Entre os papéis que nos foram confiados encontramos mais uma fôlha de "Lembranças", também com letra do tenente Telles e Queiroz, mas sem assinatura alguma.

Como a julgamos de interêsse, publicámo-la, a seguir, na integra:

Lembranças

E' preciso mencionar as 100 onças de D. Maria, e o peditório que fez ao comandante de Itapuã e a resposta que lhe deu aquele comandante.

E' preciso mencionar os legalistas que se prestaram, e o que ofereceram para o serviço gratuito.

E' preciso mencionar as lanças que se fizeram, tanto as que se fizeram do outro lado como dêste.

E' preciso mencionar a compra das cavalhadas do outro lado e dêste.

E' preciso mencionar a despesa que se tem feito declarando a do outro lado e a dêste.

E' preciso mencionar o armamento que deu o presidente Rivera.

E' preciso mencionar-se o pagamento e soldos dos oficiais do outro lado e dêste.

E' preciso mencionar-se a soma das letras que se tem sacado, e contra quem.

E' preciso mencionar uma relação dos cidadãos que se prestaram declarando na mesma qual foi seu préstimo.

E' preciso o mapa da fôrça e a nomeação dos oficiais.

* * *

RELAÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS E SENHORAS LEGAIS IMIGRADOS residentes na Missões Ocidentais do Uruguai que se prestaram com dinheiro, armas e outros serviços a favor do Govêrno legal e da fôrça alí organizada.

* * *

Ilm.ª Sr.ª D. Maria Inácia da Pureza, residente em Itapuã, província do Paraguai, emprestou para as despesas da Nação 100 onças em ouro, e pediu ao comandante de Itapuã licença para poder reünir os brasileiros legais alí imigrados para se reünirem à fôrça do meu mando, o que o comandante lhe concedeu, mas pela desordem de Corrientes nada se pode fazer por enquanto.

O Sr. Jacinto de Moura deu para a Nação 11 novilhos e 21 cavalos, e prestou mais alguns serviços, e costuras que sua família fez gratuita para a fôrça.

O Sr. Manuel Vicente, ofereceu gratuito para o serviço da Nação 8 cavalos.

O Sr. Faustino Pinto Machado, ofereceu para o serviço da Nação 3 cavalos.

O Ilm.º Sr. major João Guilherme, se me apresentou para o serviço e foi por mim encarregado de comprar alguns cavalos e outros serviços que desempenhou; auxiliou com cavalos de sua propriedade nas marchas, e ficou por mim encarregado em delegado de reünião de alguns legalistas que não se poderam reünir.

O Sr. Belizario dos Santos Loreiro, foi quem descobriu e mandou fazer a picada no Uruguai e Batoví para passar a fôrça. Auxiliou com cavalos nas marchas e se tem prestado a outros serviços.

O Sr. João da Costa Leite tem prestado relevantes serviços (estas duas palavras estavam riscadas) por ter sido constante, reünir alguns homens e servir de charque e outros serviços.

As Sras. D.ª Tereza Maria de Macedo e D.ª Fermiana fizeram algumas costuras para a fôrça, gratuitas.

O Sr. Dr. Juíz de Direito Loureiro da Comarca de Missões imigrado prestou bastantes serviços — proclamou aos povos — deu alguma pólvora e auxiliou com cavalos nas marchas — e sua sra. mandou fazer algumas costuras para a fôrça.

O cidadão Miguel Bueno já velho bastante, tem constantemente acompanhado nas fôrças legais 4 filhos no serviço — 3 reünidos nesta fôrça e outro consta-me andar em outra partida no distrito de Missões. E' bastante pobre e é com o seu exemplo digno de atenção do Govêrno.

O cidadão Matias Rodrigues, já velho bastante, acha-se reünido a esta fôrça com 2 filhos que aquí existem. Consta-me que êste cidadão fez reünião de alguns homens, e por isso merece também toda atenção do Govêrno.

O espanhól D. Manuel Balboena, residente em Itaquí, e outros cidadãos brasileiros prestaram alguns serviços que em outra ocasião se fará menção dêles.

* * *

O brigadeiro Bonifácio Isás Calderon foi um dos poucos oficiais da Cisplatina que ficaram fiéis ao Brasil após a independência daquela província.

Não se sabe ao certo si Calderon nasceu no Uruguai ou na Argentina. Querem alguns historiadores que êle seja natural de Cordoba, mas não há documento que nô-lo prove.

Entrou a primeira vez no Rio Grande do Sul como prisioneiro, na guerra de 1812, na qual fôra partidário de Artigas.

Pôsto em liberdade voltou ao Uruguai como comandante de fôrça.

Em 1816, no combate de Zapallar foi novamente batido pelas fôrças brasileiras conseguindo, porém, fugir.

Anexado o Uruguai ao Brasil, passou a servir no exército brasileiro, ao qual se conservou fiél até a **"guerra da independência uruguaia"** durante a qual militou no exército do Uruguai. Declarada a independência, em 1828, pelo tratado de paz, voltou ao Brasil em cujo exército se manteve, sempre fiél ao império até sua morte.

Calderon esteve na batalha do Passo do Rosário, e, como comandante da fôrça, venceu os argentinos em Cerro Largo e Erval.

No exército brasileiro galgou Calderon todos os postos até o de Brigadeiro graduado.

Durante a revolução farroupilha prestou relevantes serviços ao império, sendo um dos mais valorosos oficiais graduados e um dos de maior merecimento a-pesar-de quasi analfabeto.

Quasi dois anos esteve Calderon inativo, no Uruguai, por falta de meios e, mesmo, por estar o Rio Grande quasi todo em poder dos Farroupilhas.

E' dessa época (1838-1839) a correspondência dêle a Pedro Chaves, que publicamos. (1)

Calderon faleceu repentinamente seis dias antes da batalha de Taquarí, a 27 de abril de 1840.

Era casado com dona Maria de los Santos Berdun de Isás.

Alfredo Ferreira Rodrigues, tratando da morte de Calderon, escreveu:

"O exército imperial estava em marcha para o Caí e Calderon tinha operado a junção de sua fôrça com as de Manuel Jorge, fazendo a arriscada travessia do Passo de Canudos em direção de Caçapava, onde entrara depois do abandono da cidade pelo govêrno republicano. Contam que, na manhã de 27 de abril, quando tomava um caldo que havia mandado preparar, caiu morto do cavalo. Houve suspeitas de que tivesse sido envenenado e quasi mataram nessa persuação as pessoas da casa junto à qual morreu.

Esta versão, comquanto desmentida logo depois em documento oficial, espalhou-se e ainda hoje há dúvidas sôbre qual a verdadeira causa de sua morte.

Posso hoje apresentar êsse documento oficial, acompanhando-o da notícia de sua morte, que encontrei no **Comércio** e no **Imperialista,** ambos de Pôrto Alegre, de 5 e 6 de maio de 1840. Eis a notícia do **Comércio:**

"Já havia alguns dias que o hoje falecido brigadeiro Bonifacio Isás Calderon se achava doente, tendo na noite do dia 23 tomado um vomitório; e, não tendo êste produzido o efeito esperado, o mesmo valente e brioso militar, antepondo o bem geral à sua própria conservação, não quis dar parte de doente e continuou no seu ativíssimo serviço e foi no dia 25 (de abril) do passo do Pesqueiro para o passo de D. Bernarda, não comendo cousa alguma no dia 26, e saindo no dia 27 de manhã à frente, para dar suas ordens e avançando cousa de meia légua adiante do dito passo, caiu do cavalo e, sendo ràpidamente levado para o acampamento, foi sem de-

(1) Mais tarde publicaremos o restante da correspondência de Calderon, do arquivo em nosso poder.

mora examinado pelos cirurgiões do exército, os quais declararam estar morto. Causando não pequena admiração tão funesto e repentino sucesso, o Exm.º general (Manuel Jorge) determinou que os cirurgiões, abrindo o cadáver, fizessem suas observações, afim de descobrir o causal de tão infeliz acontecimento; feito o que, êles unânimemente declararam ter sido morto por um forte ataque de apoplexia.

"O cadáver foi logo entregue ao Sr. tenente Telles seu ajudante de campo, que o conduziu em uma carrêta para a Freguezia Nova, onde passou para a canhoneira os devidos tiros, foi entregue ao Sr. João Luiz de Abreu e Silva que se achava incumbido pelo Exm.º presidente para fazer o entêrro, o qual foi feito com o esplendor que já publicamos tendo sido o cadáver enterrado em uma catacumba que ofereceu o Sr. tesoureiro da irmandade do SS. Sacramento".

Agora o atestado de óbito, publicado pelo **Imperialista:**

"Quartel do Comando da Guarnição de Pôrto Alegre, 2 de maio de 1840. — Ordem do dia n.º 64.

"O marechal de campo comandante da guarnição e praça manda publicar, para conhecimento da mesma, que, tendo o Exm.º Sr. general comandante em chefe ordenado que se procedesse à autopsia do cadáver do Exm.º Sr. brigadeiro Calderon, manda em seu ofício de 27 de abril pp. que dê publicidade ao atestado seguinte:

"**Atestado** — Christovão José Vieira, formado em medicina e cirurgia, condecorado com a medalha de distinção da campanha da Baía e major cirurgião-mór de brigada de 1.ª linha do exército — Atesto que o Exm.º Sr. brigadeiro Bonifacio Isás Calderon foi acometido de uma aploplexia fulminante, a qual o fez sucumbir espontâneamente, e verificado pelo rigoroso exame que, por ordem do Exm.º Sr. general em chefe, procedi. — Acampamento em marcha, 27 de abril de 1840. — **Christovão José Vieira**".

"Está conforme. — **José dos Santos Pereira,** major graduado empregado na repartição do ajudante-general — **Thomaz José da Silva**".

I — PEDRO CHAVES A CALDERON

Ilmo. Sr. Brigadeiro Calderon. — Neste momento recebí a sua carta de 22 de corrente. Sinto os seus incômodos e que êles não lhe tenham dado lugar a desempenhar a sua comissão. Ora que está melhor espero que faça alguma cousa, e que me comunique tudo o que se passar. Quando esta receber, deve encontrar-se com V. S. o capitão Jacinto da Costa Freire, com o qual se entenderá, porque vai imbuído de tudo, e incumbido do que pessoalmente dirá a V. S. Pode ser que êle se demore, mas a demora será de dias e por isso convirá que V. S. espere por êle, caso não tenha êle chegado ao tempo desta.

Temos um paquete para o Rio Grande e acaba de chegar de lá, trazendo-me a notícia de que tinham chegado 400 homens de Pernambuco.

O portador Magalhães vai pago de 30 patacões por conta dos seus soldos. Não se poupe a escrever-me e ao presidente que está ansioso por notícias suas. Disponha com franqueza de quem é

de V. S. amigo e criado

Pedro Chaves.

Montevidéu, 29 de agôsto de 1838.

(Enderêço: "Ilm.º Sr. Brigadeiro Bonifacio Calderon. — De P. R. F. Chaves".)

* * *

Dizem-me que chegaram ao acampamento de D. Fruto 2 farrapos, um dêles o carcaman Rosseti (1) comandante da

(1) Luiz Rosseti, um dos companheiros de Garibaldi na cruzada farroupilha. Rosseti, por incumbência do govêrno republicano, foi o redator do jornal revolucionário O POVO, que dirigiu desde a fundação (1.º de setembro de 1838) até depois da queda de Caçapava, onde os farrapos haviam instalado a sede do seu govêrno (22 de maio de 1840). Rosseti era um verdadeiro temperamento de jornalista, inteligênte e combativo, de idéias francamente republicanas. Pertenceu à plêiade **mazzinista** da "jovem Itália".

esquadrilha farrapa em Camaquã. Informe-me disto, e faça tudo para que D. Fruto impeça ou demore a ida dos cavalos para os farrapos.

Escreva para Corrientes dizendo que o Govêrno do Brasil sabe que lá tem sido detido o legalista Luiz 18 e outros mais, que se permite a passagem de gados roubados, que se tem permitido a compra de cavalhadas para os rebeldes, que todos êstes fatos comprometem a boa inteligência entre êsse Estado e o Brasil, e que esta última potência não estava no caso de merecer ser tratada assim quando nenhum ato hostil tem praticado para com a dita República de Corrientes. Albernás ([2]) ouviu ao farrapo Varejão ([3]) coisas boas, e peça-lhe que lhas conte. Creio que não pode vir isto sinão da pessoa de quem suspeitamos, — M —. Enfim antes de ir escreva-me e confirme-me si há buenas esperanças.

(Bilhete sem assinatura, em cujo enderêço se lê: de um lado: "mande entregar logo logo logo o bilhete junto", e do outro: "D. Calderon").

*
* *

Ilmo. Sr. Calderon. — Como tenho portador seguro, escrevo-lhe para saber da sua saúde e do seu destino. Por cá vou indo com as mesmas esperanças, e poder-se-ía adiantar mais, mas o Homem não tem querido entrar em ajuste, e o sentirá. Chegou ontem o Sebastião ([4]) filho do Bento Ma-

---

(2) Capitão Manuel José de Albernaz.

(3) João Alves Varejão. A respeito escreveu-nos o eminente historiógrafo Aureilo Pôrto: "A família Varejão muito antiga e conhecida em Pôrto Alegre, teve origem em João Alves Varejão, natural de Barroquinhas, Baía, filho de João Alves Miranda Varejão e Luiza Joaquina de Santa Rita. Varejão casou em 1835 com Luiza Bernarda de Almeida, filha de Antônio Bernardes Machado, português, e Felicidade Perpetua da Silveira, filha esta de Domingos de Almeida Lemos Peixoto e de Luiza da Silveira Casado". Teve João Alves Varejão três filhos "dos quais procede a família Varejão do Rio Grande do Sul".

(4) Dr. Sebastião Ribeiro, filho de Bento Manuel Ribeiro.

nuel ([5]) com o irmão Zeferino. ([6]) Consta-me que vem a ver se consegue de D. Fruto ([7]) que proteja a B. M. e forme com êle uma liga para suplantar a Bento G. e a Netto, e ficar êle senhor da província. Por esta vantagem oferece a D. Fruto ceder-lhe uma porção de território e gados. O Antunes foi-se sem as cavalhadas, atrás das quais tinha vindo aquí. O italiano Rosseti nada pôde conseguir do arranjo dos corsários, como estava esperançado. Assim mesmo não ando contente, e bastante sinto que V. S. aquí não esteja para desabafar. Conte-me sempre no número dos que são

De V. S. amigo do C.
P. C.

Montevidéu, 23 de novembro de 1838.

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Bonifacio Isás Calderon. — Tia Ana").

*
* *

Ilm.º Sr. brigadeiro Calderon. — Estimo que tenha gozado saúde.

Depois de sua partida lhe escreví e desejarei saber si recebeu a carta. Jerônimo Jacinto ([8]) chegou, e está morando em casa de D. Fruto, não me tendo sido possível haver falado com êle; porém espero breve fazê-lo e concluir alguma cousa sôbre os nossos negócios.

Antunes ([9]) partiu sem esperanças dos cavalos, e um tal Rosseti que tinha vindo atrás de armar piratas ficou chuchando no dedo, e deu-se por muito feliz em não ir parar à cadeia. Agora se está na diligência de apanhar umas carrêtas do Pané que levam fardamentos, e si conseguirem es-

(5) Bento Manuel Ribeiro.
(6) Zeferino Ribeiro, também filho de Bento Manuel Ribeiro.
(7) Frutuoso Rivera.
(8) Jerônimo Jacinto Pereira.
(9) José Narciso Antunes da Porciuncula, fidelíssimo ajudante de campo de Bento Gonçalves da Silva.

capar, êle pagará na volta, e estou com atenção nos couros que deve trazer de retôrno.

Remeto-lhe uma refutação do Bento G.; falo do manifesto.

Esquecia-me dizer-lhe que estão aquí os 2 filhos do Bento Manuel. Dizem que vem a arranjar a compra do Jarau, mas sei que o fim principal é decidir D. Fruto a coadjuvá-lo na formação de um terceiro partido, que deve suplantar Bento Gonçalves e a legalidade. Consta que o dito Bento M. está em Piratiní, e que as fôrças se tinham retirado sôbre Candiota, e que há uma expedição rebelde de 800 homens para a província de S. Catarina. O portador espera e por isso não sou mais longo.

Montevidéu, 30 de novembro de 1838.

Seu verdadeiro amigo
P. Chaves

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Bonifacio Calderon. — Sôpas"). ([10])

* * *

Ilm.º Sr. brigadeiro Calderon. — Esta é a terceira que lhe escrevo, e estimarei saber si recebeu as outras. Por ora nada se tem adiantado, e só espero pelo cumprimento das promessas que nos foram feitas. Creio hão de ser satisfeitas, porém enquanto não chega êsse momento ando inquieto Chegou Jerônimo Jacinto: por ora pouco temos conversado, mas espero chegar com êle a algum resultado. Diz-se que D. Fruto sai para Durazno no dia 28, e isto sirva de govêrno a V. S., não devendo perder a ocasião de lhe falar. Das fôrças do Rio Grande sabe e portanto só lhe aviso das de S. Catarina que chegam a 1.100 homens. O Govêrno empenha-se todo em acabar com a anarquia, e como reina o

(10) Rincão de Sôpas, na Rep. Oriental do Uruguai.

sossêgo por todas as outras províncias do Império pode aplicar todos os seus cuidados para a nossa. Assim tenho todas as esperanças de que desta vez hão de acabar os farrapos, si os nossos patrícios fizerem devéras um esfôrço.

O Dr. Sebastião, filho do B. M. veiu tratar com D. Fruto para ajudar a seu pai na formação e sustentação de novo partido que deve ser contra B. G. e os Legalistas. O mesmo Sebastião fala muito mal de Bento G. e da Republiqueta de Piratiní, dizendo que Missões se governa por isso em separado. Por aquí e outros dados que reputo seguros é que formo aquele juízo. ([11])

Dê-me notícias suas e não se esqueça de quem é
seu verdadeiro amigo

P. Chaves

Montevidéu, 5 de dezembro de 1838.

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Brigadeiro Bonifacio Calderon. Sôpas".)

* * *

(Falta o nome da pessoa a quem é dirigida, por ter sido cortado o cabeço da carta).

Tive muita satisfação em receber o seu ofício de 13, porque a muito estava sequioso de notícias suas, e para as obter escrevi-lhe 3 cartinhas sem que tivesse tido contestação de nenhuma até a data de hoje.

Estimei saber o resultado do seu trabalho, e como era de esperar tem sido proveitoso. Não me acontece assim a mim, pois que nada de importante hei conseguido a-pesar-de todas as promessas, da obrigação em que se me estava cons-

(11) Grave é, sem dúvida, essa acusação de Pedro Chaves, e tanto mais grave por ter o cunho de afirmação, e ser a terceira vez que fala nisso. (Veja cartas de 23 — XI e 30 — XI).

tituído, e de todas as vantagens que oferecí. Quer-se não há dúvida quanto seja possível apanhar de nós, porém nada se dá em retribuïção, só se promete para o futuro e nada de presente. Isto vem do desejo de que se lhe entregue as Missões, mas é o que não pode ser nem para o que ha autorização, nem quando houvesse seria decoroso para o Império. Si isto se não tem concedido, outras grandes utilidades tenho proposto em vez daquela cessão de território, mas nada se quer ceder para já, e só para depois da guerra de Rosas, e nem siquer se permite reüniões de gente nossa.

Por outro lado observo com dôr que se deixou ir umas carrêtas com fardamentos para os rebeldes e nem se fez exame sôbre elas quando estavam aquí, mas só se deram as providências 4 dias depois da sua saída, e como era de prever sem resultado. Ve-se mais que Rosseti que veiu armar aquí corsários, enganjar piratas para Camaquã, não se pôde obter que fôsse pôsto fora do País como era de justiça, não obstante os documentos que se apresentaram. Na fronteira têm sido perseguidos muitos legalistas, entre êstes o tenente Tristão ([12]) e o capiãto Feijó, ([13]) cujas casas foram revistadas, sendo êles conduzidos presos, êste a Cerro Largo, e aquele para a costa do Quaraí; tudo por suspeitas de reüniões e de terem oculto armamento, mas nem êles fizeram aquelas nem se lhes achou êste. Siqueira ([14]) foi também um dos presos. Pelo contrário os farrapos tem passado armados a êste lado, e não têm sido ofendidos. De tudo veja o que se pode concluir. E' verdade que promessas não faltam da reünião ajustada, porém aquí esteve Jerônimo Siqueira, & e a nenhum se disse nada sôbre isso, antes fugia-se de lhes falar sôbre coisas políticas, de maneira que providências não se vêem e sem estas não sei como se façam as coisas, e depois tem-se-me dito que nada esperemos de proteção

(12) Tristão Barreto Pereira Pinto, irmão do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

(13) ?

(14) Antônio Vicente de Siqueira.

armada e de reüniões e à vista disto são fundados os meus receios de que nada se fará. Portanto convém que V. S. faça quanto antes seguir a gente para o Rio Grande em pequenas porções obtendo para o trânsito passaportes, e não podendo ser de outro modo que vão desarmados afim de tirar pretêsto a qualquer violência. No Rio Grande não faltam armas nem abundância para os legalistas. E' preciso dora em diante contar com os nossos recursos ùnicamente. Êles são imensos e o Govêrno os está pondo em ação, persuadido de que só ao Império cabe a pacificação da Província sem ser preciso recurso estrangeiro. Assim é que mandou vir do Pará mil homens que saíram já daquela província em outubro e devem portanto estar a chegar. De Pernambuco e Ceará vêm 800 e da Baía 300, tendo também êstes últimos já embarcado. Além destas fôrças preparam-se mais, e assim já o meu amigo conhecerá que não necessitamos de ninguém e que se abrirá a campanha com 7 mil homens. Eu não exagero, nem necessito disso para com V. S. pois ninguém melhor que V. S. sabe os recursos do Império e o empenho do Govêrno em salvar-nos. Jerônimo partiu ante-ontem, e êle lhe contará o que se passou e mais extensamente do que eu posso. Êle se entenderá com V. S., e creio que a sua entrevista será útil. Por último lhe digo que não se descuide um momento não só a respeito da sua pessoa, mas também a respeito de mandar a gente para o Rio Grande. Hoje segue uma escuna para o Rio Grande, e participo ao Presidente o seu aviso sôbre a quantidade de legalistas que há em Corrientes. Não dê mais um passo a favor de quem nos é ingrato, e diz (muitas vezes mo mandou dizer) que nada deve aos legalistas na província sinão perseguições. O meu amigo me entende e por isso não sou mais claro. Convém ainda dizer-lhe que não se importe com a reünião do Durazno, e que faça seguir os legalistas na forma indicada e com a brevidade maior que possa ser.

Não estranhe receber resposta do marechal Elisiario, ([15])

(15) Marechal de Campo Elzeario de Miranda e Brito, presidente da província.

porque foi para Pôrto Alegre e só em princípios de janeiro deve estar no Rio Grande. Tinha mandado buscar um batalhão de caçadores, e crê-se que seja para fazer levantar o sítio. Já tenho sido bem extenso e por tanto paro aquí até outra vez. Não me assino porque sabe quem lhe escreve.

Sou sempre amigo de V. S.

M. V. 27 de dezembro de 1838.

P. S.

Envio-lhe alguns periódicos.

* * *

10 de janeiro. — Escreví pelo próprio que me enviou, e me expliquei quanto podia para chamar a atenção de V. S. sôbre a marcha, que se vai seguindo conosco tão contrária a todas as promessas e ao reconhecimento a que tinhamos direito. Agora aproveito a ocasião do capitão Mainart (16) para confirmar-lhe quanto anteriormente disse, tendo de acrescentar que somos vítimas da perfídia e da ambição.

O mesmo capitão lhe dará algumas explicações a êste respeito, e a conduta circunspecta que nos convém observar.

No estado das cousas convém que V. S. faça marchar para o Rio Grande os homens que tiver reünido, armados si obtiver portarias das autoridades locais, ou desarmados não podendo ser de outra sorte. A Jerônimo Jacinto dei algum dinheiro para socorrer alguns legalistas e animá-los com isso a que marchem. Êle o terá participado a V. S., e estou certo que os esforços dêste valente legalista o coadjuvarão muito nos seus projetos. E' preciso brevidade no seu andamento para poder-se ainda êste verão abrir-se a campanha, o que terá lugar tão logo como haja um exército numeroso, para o que o Govêrno não poupa meios, e V. S. por sua parte não se deverá descuidar.

---

(16) Capitão José Antônio Mainart, oficial de primeira linha, da fôrça comandada por Calderon.

Não sei si lhe dissse que estão a chegar de várias províncias 2.100 homens. Com êste refôrço temos meio de ganhar as perdas sofridas.

D. Fruto me dizem que está doente, e logo que melhore não se demorará em ir para o Durazno e invadir Entre-Rios. Toda a demora, segundo me consta, vem da falta de dinheiro, pois até agora se tem gasto 500 mil pêsos, não se pagando aos empregados. Para remediar isto pôs o Govêrno um direito de 4 reales sôbre cada cabeça de gado que se matar nos Saladeros. E' um tributo forte e que ha de render. Mandei extrato do seu ofício ao presidente Elisiario, que se achava em Pôrto Alegre, contando volver nos princípios do mês em que estamos. Escreva-me, e conte sempre com um amigo verdadeiro e sincero.

*
* *

Tenho de acrescentar às minhas anteriores, que está descoberto o plano de D. Fruto. Quer Missões, e para as conseguir deseja entreter a guerra até que êle não tema mais Rosas ([17]) nem Oribe. ([18]) Então nos ameaçará com reünir-se aos farroupilhas a ver si consegue o seu projeto. Isto não padece dúvida e lhe sirva de govêrno. Eu chamo toda a sua atenção sôbre a perfídia do general. Nada pois de demora e o que possa fazer a favor da legalidade seja quanto antes.

Sempre seu amigo.

P. S.

Os ingleses trabalham por fazer levantar o bloqueio de Buenos Aires, e consta que no paquete chegará alguma coisa a êsse respeito.

(Endereço: — "Ilm.º Sr. Brigadeiro Bonifacio Calderon. — Taquarembó").

---

(17) D. João Manuel de Rosas.
(18) D. Manuel Oribe.

Ilm.º Snr. brigadeiro Calderon. — Montevidéu 21 de maio de 1839. — Foi grande o meu contentamento, quando recebí as suas cartas e ofícios de 18 de abril e 7 do corrente. Imediatamente cuidei de preparar as suas encomendas, e não foram mais cedo, porque não foi possível a-pesar-de toda a atividade e trabalho a que me dei. Entre os bonés vai um que mandei fazer de propósito para V. S., e digne-se de o aceitar em memória do meu reconhecimento. Os seus ofícios mandei por cópia ao Govêrno, que como eu, estimará de os ler. Não tenho notícias do Rio Grande desde março. Só sei (não oficialmente) que os rebeldes se aproximam de Itapuã, e que fôrças nossas iam atacar aquele ponto. Faça V. S. por derrotar a Guedes ([19]) que êste serviço além de lhe dar glória, será muito útil e concorrerá para distrair a atenção dos sitiantes de Pôrto Alegre. Envio-lhe um masso de Decretos que cumpre espalhar.

Está a seguir para Caçapava o filho do Muños ([20]) com 14 carretas de comércio. Muños, depois que se apanhou no ministerio, não cuida sinão de roubar, e negociar com os farroupilhas. Portanto cause-lhe o dano que merece. Cheio de afazeres não me resta tempo sinão para certificar-lhe a minha estima.

De V. S. amigo verdadeiro

PEDRO CHAVES

P. S. — Vai nesta ocasião Zeferino Barros: si for útil aproveite-o, sinão despeça-o. Si V. S. necessitar dinheiro, bom será que aproveite a ordem do Sr. Eliziario ([21]) e saque

---

(19) Jacinto Guedes da Luz, o bravo farrapo.

(20) D. Francisco J. Muñoz, então ministro da Fazenda, do Uruguai. No "Ensayo de Historia da Patria", por H. D. (Montevidéu, 1918), lemos: "D. Francisco J. Muñoz nació en Montevideo en 1791. Estudió en Buenos Aires, siendo a los 23 años regidor en esa capital. Vuelto a Montevideo, fué cabildante (1818), diputado por Maldonado (1825), representante por Canelones en la Asamblea Constituyente (1828), ministro de Hacienda de Rondeau (1829), de Oribe (1835) y de la Defensa (1843)". — Faleceu em 1851.

(21) Brigadeiro Antonio Elzeario de Miranda e Brito. Note-se que o nome é *Elzeario* e não Eliziario ou Elizario.

contra êle, porque o crédito está a finalizar. Acuse-me a recepção das encommendas.

(Traz esta carta o seguinte enderêço: "Ilm.º Sr. Brigadeiro Bonifacio Isás Calderon, Taquarembó," e num dos lados a seguinte nota: "Não vai o barril de pólvora por não se achar com a brevidade exigida".)

Montevidéu, 21 de maio de 1839. — Relação dos objetos que vão a entregar ao Brigadeiro Calderon por ordem da Legação Brasileira.

O seguinte:
250 camisolas encarnadas de góla azul.
276 ponchos.
200 camisas brancas.
200 calzonzillos.
200 pistolas.
1 barril de pedras.
3 cornetas.
250 bonés.
200 cartucheiras com 200 tiros para espada.
2 saquinhos com balas.
2 caixotes com 1.500 cartuxos.
1 barril de pólvora.

Pedro Roiz Frz. Chaves

Cópia. — Ilm.º Sr. Brigadeiro Calderon. — Montevidéu, 8 de junho de 1839. — Com bastante pesar lhe anuncio que não aceitei a sua letra de 800$000 sacada a favor de José Esteves. Não foi por minha vontade que tomei esta deliberação, e a continuada cooperação que sempre prestei a V. S. o convencerá disto. As razões deste procedimento foram o estarem acabadas as minhas funções neste Estado em virtude da nomeação que tive para a Legação dos Estados Unidos para onde parto breve. Só o meu sucessor que é o atual encarregado em Buenos Aires, compete pois atender as requisições de V. S. Depois as Câmaras no Rio tem falado tanto nas despesas desta Legação, o Govêrno cortou há muito como participei a V. S., autorização para dispor dos créditos que me ti-

nham abonado, que não me julguei com ânimo de mostrar mais esta responsabilidade, sobretudo tendo carregado já com o fornecimento do vestuário para a fôrça que V. S. comanda para o que repito que não tinha ordem. O Sr. tenente-coronel Miz ([22]) viu os ofícios do Govêrno e informará melhor a V. S. da exatidão do que levo dito. Não obstante não desanime V. S. o nosso presidente do Rio Grande o Dr. Saturnino de Souza e Oliveira dará as providências tão depressa saiba a situação de V. S. a qual a pouco expus ao seu antecessor Elisiario por via do capitão Freire ([23]) que daquí seguiu no brigue — Minerva —. Logo que eu também chegue ao Rio, manifestarei verbalmente ao Govêrno o estado da reünião, e a conveniência de a conservar neste estado. O correio está a partir e não posso ser mais extenso. Acuse-me a receção das encomendas que mandei pelo Alexandre, e mande-me um mapa exato da fôrça. Conte-me sempre como amigo de V. S.

Pedro Chaves ([24])

P. S. — Ministro da Guerra Conde de Lages — General das Armas do Rio Grande Manuel Jorge Roiz — Comandante da Marinha Greenfell ([25]).

---

(22) E' o valente legalista José Antonio Martins, mais conhecido por *Mingote Martins,* filho de portugueses, nascido na vila do Triunfo em 1876. Mingote Martins foi o esteio, pode-se dizer, da legalidade na fronteira do Alegrete, especialmente na época em que a província estava quasi toda dominada pelos farrapos. José Antonio Martins, contam-nos as crônicas da época, sacrificou toda a sua fortuna a bem da legalidade, sofrendo prejuízos superiores a 80:000$000, sem nunca ter exigido a miníma retribuïção. Que exemplo de fidelidade e amor ao seu monarca! Quão longe de rasgos tais estava o famoso brigadeiro Bento Manuel Ribeiro que saiu da revolução com os bolsos repletos.

(23) Êsse capitão Freire deve ser dos filhos do coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, assassinado com seu filho mais velho, Diogo, a 27 de janeiro de 1836, por um grupo de exaltados comandados pelo famoso *Cabo Rocha,* cap. Manoel Vieira da Rocha, nas proximidades de Gravataí, na fazenda de sua propriedade.

(24) Esta carta de Pedro Chaves é cópia tirada pelo secretario de Calderon e conservada entre as cópias de ofícios dêste.

(25) Conde, mais tarde marquês de Lages, João Vieira de Carvalho, marechal . O ministro da Guerra do gabinete de abril era Jacinto Roque de Senna Pereira, chefe de divisão, que foi substituído por decreto de 16 de maio dêsse

Ilmo.º Sr. Calderon. — A minha demora tem sido maior do que eu esperava. Mas agora estou por momentos, pois que está a chegar de Buenos Aires a Corveta **Regeneração** e nela sigo para o Rio de Janeiro. Antes de me ausentar não posso resistir ao desejo de ainda uma vez dizer-lhe — Adeus — e de recomendar-lhe toda a vigilância com quem nos tem atraiçoado. Sabe V. S. de quem eu falo, e por isso escuso de ser mais claro.

Veio ordem para a compra dos cavalos mas eu não dou providências a êste respeito, porque estou a partir, e neste caso meu sucessor se entenderá com V. S.

Considere-me sempre

De V. S. amigo e criado

Pedro Chaves.

Montevidéu, 23 de julho de 1839.

(Enderêço — "Sr. D. Bonifacio Isás Calderon. Taquarembó").

RESERVADO

Ilm.º Sr. — Envio a V. S. o Diário da Tarde de Buenos Aires de 15 do corrente, que contém uma carta de D. Fruto a Lavalleja, pela qual virá no conhecimento de que o dito Fruto está de boa inteligência com Bento Gonçalves, e de que trama contra os interêsses do Império, supondo eu ser o plano a formação de dois Estados independentes, o do Rio Grande debaixo de Bento Gonçalves, e o de Entre-Rios e Corrientes ao mando de Lavalleja, ligados ambos federalmente a esta República. Sendo pois de recear alguma tentativa para desarmar a V. S., ou que os rebeldes passem outra vez a êste lado para o surpreender, cumpre que V. S. esteja com toda a precaução, enquanto persistir neste Estado, e para que

---

mesmo ano de 1839 pelo senador Conde de Lages. — Comandante de armas, Manuel Jorge Rodrigues, oficial brioso mas já quasi otogenário. — Comandante da marinha na província, John Pascoe Greenfell, oficial da marinha inglesa a serviço do Imperio do Brasil contra os farrapos.

não lhe faltem meios de marchar em caso de precisão, autorizo-o a comprar seiscentos cavalos, de cuja importância sacará letras sôbre esta Legação. ([26])

Deus Guarde a V. S. Legação do Brasil em Montevidéu, aos 31 de julho de 1839.

Ilm.º senhor brigadeiro D. Bonifacio Isás Colderon. ([27])

Pedro Roiz Frs. Chaves

---

(26) E' a seguinte a carta de que fala Padro Chaves, publicada no n.º 2.401, de 5 de julho de 1839, do DARIO DE LA TARDE, *Comercial, politico y literario*, editado em Buenos Aires, e de propriedade de "la Imprenta Argentina":

Sr. D. Juan Antonio Lavalleja. — Durazno junio 6 1839. — Mi compadre y amigo. A llegado el momento de escribir á Vd. y que nos entendamos el porta el poner termino anuestras domesticas desavenencias acordemonos de portador a quien Vd. conoce va encargado por mi para cinificarle cuanto yuque somos orientales lo que le devemos ala Patria de nuestro nasimiento y pagemosle esa deuda asiendole un vien ynestimable proporcionandole la Paz, que nececita para ser dichosa y en vidiable:

Nuestro comum amigo el portador deve rregresar acomunicarme prontamente la rresolucion de Vd. y de Servando á quien tambien le escribo en esta ocacion: Nuestro dicho amigo lleva unas copias delas ultimas comunicaciones del Precidente Bentos Gonsales y del Ministro Matos por las que Vd. vera nuestra buena ynteligencia y mas omenos Vd. ynferira larresolucion oplan que va a desenbolverse y yo centire mucho que Vd. no cea parte en un objeto á dar este paso á cido en la confiansa de su patriotismo en la de su hombraria de vien tambien pir lo que espero que en caso de no asentir amis prpuestas de que ystruira nuestro amigo Vd. no ara ningun uso de las rreferidas comunicaciones para no comprometer ael precidente Gonsales, ni ael plan que nos proponemos, el es vasto y dino de apreciarse por todos los hombres livres.

Se que la comadre notiene novedad le deseo a V. felicidades y que cuente cienpre como debe con su compadre y amigo

Q. B. S. M.
Fructuoso Rivera.

(A esta carta segue-se uma nota de instruções, a qual transcreveremos, juntamente com uma carta a D. Servando Gomes, no fim dêste trabalho. Precedendo a carta acima e a que D. Fruto dirigiu a D. Servando, figura uma de Pascual Echague a D. Juan Manuel de Rosas. Todos êsses documentos vêm precedidos de uma nota da redação do jornal que transcrevemos a seguir: "El cabecilla Rivera ha dirigido las seguientes cartas autógrafas á los sres. Generales Lavalleja y Gomez. — Dichas cartas, cuyo espíritu, tenor, y ortografia, bastariam para darnos una idea del hombre que se ..... al frente de la *nueva* ....(*)....estubiera bien co.... antèmano, existen originales en la oficina de la *Gaceta Mercantil* por ocho dias, para que puedan verlas los que guesten").

(*) As partes pontilhadas estão inutilizadas por traças, no original.

(27) Êste ofício *reservado* de Pedro Chaves a Calderon só tem autógrafo a assinatura de Chaves. O texto foi escrito por secretário.

Ilm.º Sr. brigadeiro Calderon. — Ontem lhe oficiei, e hoje que tenho portador seguro, de novo me dirijo a V. S. para recomendar-lhe toda a vigilância, para que a sua fôrça não seja surpreendida e desarmada, devendo estender os seus cuidado tanto do lado de lá como dêste Estado. Confirmo a ordem que lhe dei para comprar seiscentos cavalos para remonta da cavalaria, devendo sacar sôbre esta Legação as Letras de sua importância.

A minha demora tem sido grande por causa de esperar o meu sucessor. Logo que chegue ao Rio, informarei de tudo ao Govêrno, e V. S. anime a sua gente até que receba dalí cartas minhas, podendo estar certo de que o Govêrno providenciará para que nada lhe falte, e atenderá muito aos serviços de V. S.

Conte sempre com minha amizade e disponha do

seu verdadeiro amigo

Pedro Chaves

Montevidéu, 2 de agôsto de 1839.

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Brigadeiro Calderon". — A um canto, com letra diferente, lê-se: "MteV.º — 23 — 31 de julho 2 d'agôsto 1839 — Exm.º Sr. P. R. F. Chaves".)

Ilm.º Sr. Calderon. — Amanhã de manhã vai o escaler ao Saladero Chaves ([28]) buscá-lo, e por tanto V. S. alí se ache.

De V. S. amigo

Pedro Chaves

(Enderêço: — "Ao Sr. Brigadeiro Calderon. — Pantanoso". ([29])

---

(28) Saladero Chaves é a Xarqueada de Gonçalves Chaves, sita em Pelotas.

(29) Arroio tributário do Camaquan.

Ilm.º Sr. Brigadeiro. — Si o tempo estiver bom amanhã, o mando buscar para bordo da corveta 2 de julho ou eu irei ao Saladero de Vinhas.

De V. S. amigo e criado
Pedro Chaves

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Brigadeiro Calderon. — Cêrro").

Documentos a que se refere a Nota ([26]):

"EL DIARIO. Viva la Federacion! — Federacion ó muerte es el sentimiento que proclaman todos los pueblos de al Republica".

(Segue-se a nota que precedem as cartas, já transcrita na nota referida.

Carta de Echague a Rosas:)

"Sr. **D. Juan Manuel de Rosas.** — Julio 1.º de 1839. — Miquerido Amigo: — Le adjunto originales las cartas que dirigió el cabecilla Rivera á los Generales Lavalleja y Gomez que en este momento me las entregan. Va tambien una apuntacion ó instruciones que les ha mandado para en caso entrasen por la propuesta. Todos estos documentos son de su letra, y la prueba mas clásica de su importancia.

Es cuanto por ahora tengo que decirle, siendome siempre grato repetirme su mas fino decidido amigo, y leal compañero.

Pascual Echargue."

"**Servando:** — Yo no puedo ser yndifirente atodo lo que pueda contribuir ael vien de la Patria; en esta ocasion escribo ael compadre D. Juan Antonio y mando el portador quien lleva mis encargos de avlar a Vd. sovre un asunto ynportante; escuso rrecomnedarte el que le des fe y credito acuanto el ystruya, tu le conoses y saves vien que es yncapas de mentiras; ama como todos la Patria cre aserle un servicio contribuyendo en lo pocible al termino de sus desavenencias y como Yo no dudo de cual puede ser tu ynteres no etrepidado

Ilm.º Sr. Brigadeiro. — Si o tempo estiver bom amanhã, o mando buscar para bordo da corveta 2 de julho ou eu irei ao Saladero de Vinhas.

De V. S. amigo e criado
Pedro Chaves

(Enderêço: — "Ilm.º Sr. Brigadeiro Calderon. — Cêrro").

Documentos a que se refere a Nota ([26]):

"EL DIARIO. Viva la Federacion! — Federacion ó muerte es el sentimiento que proclaman todos los pueblos de al Republica".

(Segue-se a nota que precedem as cartas, já transcrita na nota referida.

Carta de Echague a Rosas:)

"Sr. **D. Juan Manuel de Rosas.** — Julio 1.º de 1839. — Miquerido Amigo: — Le adjunto originales las cartas que dirigió el cabecilla Rivera á los Generales Lavalleja y Gomez que en este momento me las entregan. Va tambien una apuntacion ó instruciones que les ha mandado para en caso entrasen por la propuesta. Todos estos documentos son de su letra, y la prueba mas clásica de su importancia.

Es cuanto por ahora tengo que decirle, siendome siempre grato repetirme su mas fino decidido amigo, y leal compañero.

Pascual Echargue."

"**Servando:** — Yo no puedo ser yndifirente atodo lo que pueda contribuir ael vien de la Patria; en esta ocasion escribo ael compadre D. Juan Antonio y mando el portador quien lleva mis encargos de avlar a Vd. sovre un asunto ynportante; escuso rrecomnedarte el que le des fe y credito acuanto el ystruya, tu le conoses y saves vien que es yncapas de mentiras; ama como todos la Patria cre aserle un servicio contribuyendo en lo pocible al termino de sus desavenencias y como Yo no dudo de cual puede ser tu ynteres no etrepidado

escribirte ymandar aeste amigo aserca de Vds. con un objeto tan lo avle. Espero que no lo desatiendas y que guardes circuspencion en caso de no asentir amis propuestas:

Te saluda affuosamente tu servidor y B. T. M.

Durasno Junio 6 — 1839.

Fructuoso Rivera."

(Segue-se a carta que transcrevemos na nota ([26]). Em seguida vem as "instruções" seguintes:)

> "Presentandoce una cacion oportuna para que todos los orientales se ocupen en contribuir al vien estar de su patria, el Precidente de la Republica propone al señor General D. J. Antonio Lavalleja y al General D. Servando Gomes y a todos los orientales que les aconpañan lo siguiente:

1.º Que se yncorporen ael Exercito de su mando donde ceram conciderados en sus clases y conciderados como todos los yjos de la Republica cin que pueda ni ablarse de los motivos ayan avido para verse fuera de su Pais.

2.º Sienpre que los SS Generales Lavalleja y Gomes se rresuelvan atomar alguna otra rresolucion ynportante Segun de Palavra se les previene el Presidente esta pronto auciliarles con dinero y con 2,500 hombres de cavalleria y amas una autorisacion conpetente para auciliar a los Argentinos que esten dispuestos como lo esta la Provincia de Corrientes á sacudir el yugo del Gobernador de Buenos Ayres D. Juan Manuel Rosas.

3.º Para lo que espresa el Articulo anterior vastara que el Sr. General Lavalleja iel Sr. General D. Servando se separen del Exercito del Governador Echague declarando en el Ato que pertenesen ael Estado Oriental, y tomando ya la yniciativa en la Guerra contra Rosa a que esta Republica acido provocada y la acetado en su declaracion. Uniendose asi mismo el Sr. General Lavalleja a la Provincia de Cor-

riente con la que esta Republica tiene un tratado que sostendra en devida forma.

4.° Si alas antesedentes propuestas ce acintiesen por el Sr. General Lavalleja mandara ynmediatamente persona suficientemente autorisada para ecigir aeste Gobierno cuanto necessite &a.

Durasno, Junio 6 — 1839.

Fructuoso Rivera.

II — CALDERON A PEDRO CHAVES

Ilmo. e Exmo. Sr. — Tenho a honra de participar a V. Exa. que no dia 9 do corrente, me apresentei ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Corrientes, que se achava acampado na costa do arroio Moqueretan; e depois de lhe entregar a carta confidencial do Exmo. general Rivera, passei a ter um pequeno espaço de conferência, concedendo-se-me faculdades para eu poder passar as Missões Ocidentais, a fazer a reünião de todos os legalistas, e poder com franqueza passar para o Estado; a vista disto eu sigo com toda a brevidade a fazer a dita reünião, e pretendo esta lua passar para o Estado Oriental.

Exmo. Sr. eu não me animei a falar a êste govêrno, afim de se fazer por êste lado algum movimento hostil contra os rebeldes, por temer que se me pedisse alguma indenização; e mesmo por não me achar autorizado; e porisso eu agora me dirijo a V. Exa.; e conhecendo justa esta minha reflexão pode determinar-me, remetendo-me as explicações que julgar convenientes a êste respeito, e até que ponto devo levar meus compromissos.

Deus Guarde a V. Exa. Estado de Corrientes Passo de Santana, 15 de março de 1839. — Exmo. Sr. Pedro Roiz Fernandes Chaves, Encarregado dos Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Estado Oriental em Montevidéu.

Bonifacio Isas Calderon — brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Tenho a honra de participar a V. Exa. que no dia 13 do corrente passei o Uruguai entre S. Borja e Itaquí, com 250 praças e algumas cavalhadas compradas aos legalistas imigrados nas Missões Ocidentais; e nesse mesmo dia seguí atravessando o departamento de Missões até que no dia 16 passei o Quaraí, sem que eu visse um só anarquista com as armas, mesmo dia sigo com tenção de acampar-me no Rincão de Sopas, para alí arranjar a tropa, tanto de armamento como de vestuário, porque de qualquer das cousas estão muito destituídos; portanto é necessário que V. Exa. mande fazer 200 ponchos, não devendo passar mais que um pouco abaixo do joelho e a largura o suficiente: eu passo a falar com o Exmo. presidente D. Frutuoso Rivera para ver si êle me arranja 200 espadas e 200 pistolas, que êle anteriormente me havia prometido: igualmente mandei fazer a V.ª de Sebastião Frutuoso 200 lanças: eu pretendo fazer a reünião dos legalistas nesta província no Rincão de Sopas, e neste momento passo a escrever a todos os oficiais e mais amigos, afim de que se reúnam com toda a brevidade possível: eu penso que a levarei até ao número de 400 homens, sem exageração — também pretendo comprar mais algumas cavalhadas. (30) Em outra ocasião mais oportuna darei a V. Exa. uma parte circunstanciada de todo o acontecido: também é necessário que V. Exa. mande 20.000 cartuchos de clavina de cavalaria — mais 100 cartucheiras de cintura de cavalaria, que possam levar 10 ou 12 cartuchos. De novo pondero a V. Exa. o estado de nudez em que está

---

(30) — Foi a seguinte a circular que Calderon enviou aos legalistas:

Ilmo. Sr. — Eu, certo no grande patriotismo e adesão que V. S. consagra à causa legal brasileira, conto com V. S. e todos os mais legalistas que possa reünir para marcharem com o portador desta o sargento Clarimundo que vai a êste fim, a incorporar-se a esta fôrça que já..... (ilegível).... bem armados, municiados e vestidos. V. S. já estará certo pelos muitos exemplos..... (ilegível)..... que nada pode fazer porção pequena de homens reünidos; e o quanto êles em massa respeitável mais resplandecem seus serviços; por estes principios conto certo com a sua cooperação pois seus serviços aparecerão em tempo próprio; porém si por motivos fortes V. S. não possa vir entregará a reünião que fizer ao mesmo portador para trazê-la.

Sou com estima de V. S. amigo e sempre grato. —

a tropa que veiu do outro lado, que apenas os pude socorrer com alguns ponchos de baeta, ceroulas e camisas de algodão, e não foi a todos porque não tive tempo.

Deus Guarde a V. Exa. Arapeí-chico 18 de abril de 1839.

Ilmo. e Exmo. Sr. Pedro Roiz Fernandes Chaves, Encarregado dos Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Estado Oriental em Montevidéu. — **Bonifacio Isas Calderon**, brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Acuso ter recebido o ofício de V. Exa. datado de 27 de março, e inteirado de seu conteúdo devo dizer a V. Exa. que tudo que havia adiantado, tendente à causa legal nosso Govêrno em a Província de Corrientes, ficou desvanecido tudo com a perda daquele governador. A carta que V. Exa. me dirigiu para aquele governador, a remetí ao que hoje o substitue para que fique imposto da nosso gratidão; e depois de ver o aspecto que tomam as cousas naquele Estado veremos si posso entrar nas mesmas relações que tinha com o finado governador.

Digne-se V. Exa. dizer-me alguma cousa relativa ao Rio Grande, que nada sei por esta parte. A carta confidencial que V. Exa. me remeteu junto com o ofício que contesto responderei a V. Exa. em outra ocasião.

Deus Guarde a V. Exa. Tranqueira, 17 de maio de 1839.

Ilmo. Sr. Pedro Roiz Fernandes Chaves, Encarregado dos Negócios.

Bonifacio Isas Calderon

Ilmo. e Exmo. Sr. — Segue o sr. tenente-coronel José Antonio Martins ([31]) e leva os mapas tanto da fôrça como das faltas que tem o corpo de G. N. para o seu arranjo e tenho de rogar a V. Exa. se façam os arranjos possíveis, para cujo fim o mesmo sr. tenente-coronel pode ajudar a fazer os mesmos arranjos. Êsse mesmo sr. há de informar a V. Exa. de tudo que tem ocorrido.

([31]) — Veja-se nota ([22]).

O sr. tenente-coronel deverá regressar, ao cargo de tudo que vier. Eu marcho com a fôrça a acampar-me no Rincão do Samora como eu anteriormente já anunciei a V. Exa. e mesmo por lugar que o Ilmo. Sr. presidente Rivera me marcou para o meu acampamento, no entanto que eu não tenho ordem do Exmo. presidente do Rio Grande.

Pelo mapa V. Exa. verá que a fôrça já tem 400 homens; e se fará empenho a montá-la até 500 ou mais.

Recebí do Ilmo. presidente Rivera 200 cavalos e participo a V. Exa. que dêste artigo estou bastante mal porque o que trouxe do outro lado do Uruguai está muito fraco, e tenho de ver si por êste vizindário arranjo cavalhada comprada ou por outro qualquer modo. Muito pronto eu remeterei a V. Exa. uma nota dos gastos que se tem feito tanto da que veiu do outro lado, como da que se tem aquí reünido, que tem sido imensa, mas assim tem sido preciso.

Deus Guarde a V. Exa. Acampamento na Tranqueira, 17 de maio de 1839. — Exmo. Sr. Dr. Pedro Rodrigues Chaves, Encarregado dos Negócios em Montevidéu.

Bonifacio Isas Calderon — brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Junto tem V. Exa. por cópia o ofício que me dirigiu o Ilmo. e Exmo. presidente da província de S. Pedro do Sul, para que V. Exa. fique inteirado de suas disposições, e de sua aprovação sôbre o que vou a ponderar a V. Exa. sôbre o mesmo ofício; podendo permanecer esta fôrça neste Estado até que chegue a ocasião do exército operar em campanha, seria de grande vantagem à causa nacional ou não marchar, porque conservou-se as cavalhadas em bom estado e prontas a operar quando seja necessário, vai-se reünindo mais homens aumentando assim a fôrça e naquele tempo preciso se reúnam muitos mais para entrarem em operações o que não acontecerá marchando como diz no dito ofício, antes pelo contrário porque as cavalhadas ficam inutilizadas, as reüniões serão, e as deserções aumentar-se-ão, porque há imensos homens que julgam irem mor-

(32) — Veja-se o ofício e instruções no fim dêste parágrafo.

rer marchando para o Rio Grande; para poder permanecer esta fôrça neste Estado eu já alcancei; porém julgo necessário que V. Exa. de sua parte faça o que possa para o mesmo fim porque assim será mais vantajoso, neste mesmo sentido vou oficiar ao Exmo. presidente da província e esperar sua resolução, do que participarei logo a V. Exa.

Sôbre fazer invernadas de cavalhadas neste Estado eu julgo excelente medida, e o coronel Jerônimo Jacinto está pronto a recebê-las e invernar em sua estância.

Sôbre os armamentos para armar esta fôrça eu não posso fazer a coadjuvação de V. Exa. para o que junto achará a relação das que faltam para armar ela, lembrando a V. Exa. que já estão distribuídos o armamento que recebí do Exmo. Sr. general D. Frutuoso Rivera, que foram 100 clavinas novas — 100 espadas com boldriés e cananas de sola novas; e assim mais 200 cavalos reúnos gordos. — Junto remeto a carta do coronel Jeronimo Jacinto, para que V. Exa. por ela veja que não me tem sido possível arranjar dinheiro algum nem para pagamento das praças, e nem para remediar algumas cousas, pois me tem sido preciso de vez em quando dar algum fumo, e erva para os ir entretendo, portanto espero que V. Exa. dê algumas providências sôbre êste objeto, pois é de muita necessidade: a muito custo encontrei no comércio de São Frutuoso ([33]) oitocentos pesos, que recebí e passei letra contra V. Exa. e a favor de Agostinho Baéna a 25 dias vista em data de 1.º do corrente mês; para pagar alguns cavalos que comprei para esta fôrça, e estes mesmos não chegaram; e como tenho de comprar mais até completá-la de cavalhada me é preciso que V. Exa. me indique os meios que achar acomodados para êste fim.

Também achará por cópia o contrato que fiz com Francisco Esteves da Silva para fornecer de carne fresca esta fôrça, para que V. Exa. veja, e dar-me sua aprovação, si a merecer, e no caso de não esteja conforme, espero que V.

---

(33) — San Frutuoso, vila uruguaia, hoje capital do departamento de Taquarembó.

Exa. me dirá os meios melhores para o dito fornecimento; previno a V. Exa. que antes dêste contrato já o mesmo Esteves forneceu com carne esta fôrça desde 2 até o fim de maio passado, e da importância dêle saquei duas letras contra V. Exa., sendo uma da quantia de 800.000 rs. a 15 dias vista, e a outra da quantia de 524$800 rs. a 30 dias vista, ambas em data do 1.º do corrente mês.

No caso que V. Exa. tenha a tabela dos vencimentos de soldos e gratificações que compete a cada praça, me fará o obséquio mandar para meu govêrno e me fazer grande falta.

Não tem sido possível ainda dar a V. Exa. uma parte circunstanciada do que ocorreu desde a minha ida ao outro lado do Uruguai até a chegada neste Estado, o que farei logo que possa e por ela conhecerá V. Exa. a despesa que tenho feito. ([34])

Esquecia-me de dizer a V. Exa. que esta fôrça está armada de lanças suficientes para ela, sendo elas feitas por uma subscrição que concorreram o vizindário legalista exceto os cabos delas e as bandeirolas que foi dispendido pela Nação.

Deus Guarde V. Exa. muitos anos. Acampamento no Arroio de Batoví, 3 de junho de 1839. — Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Pedro Roiz Fernandes Chaves, Encarregado dos Negócios do Brasil, junto ao Govêrno do Estado Oriental do Uruguai em Montevidéu.

Bonifacio Isas Calderon — brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Recebí a carta de V. Exa. de 21 de maio, conduzida pelo cidadão Francisco Alegre, e fico inteirado de todo o seu conteúdo. Neste momento soube que as duas carrêtas chegaram em Rio Negro, aonde já estava uma escolta a espera delas para conduzí-las a êste campo. — No pedido que fiz a V. Exa. de 20 mil cartuchos, foi engano no escrever; portanto V. Exa. dispensará êle, e ficará inteirado que os 6 mil que vem são suficientes. Em meu ofício dirigido a V. Exa. datado de 3 do corrente mês, remetí a relação

(34) — Veja-se os documentos no fim dêste parágrafo.

das faltas de armamento que tem esta fôrça; e como pelo dito Francisco Alegre soube que nas carrêtas já vinham alguns armamentos, lembro a V. Exa. para descontar do total da dita relação. O armamento já vem, e o restante V. Exa. mandará quando tiver ocasião. Torno a repetir a V. Exa. a grande falta que há de dinheiro, pois não me tem sido possível achar quem queira passá-lo. — Deus Guarde a V. Exa. Acampamento no Arroio Batoví, 10 de junho de 1839. Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. P. R. F. Chaves, Encarregado dos Negócios do Brasil em Montevidéu. — **Bonifacio Isas Calderon,** Brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Pedro Roiz Fernandes Chaves — Acampamento no Arroio Malo, 21 de junho de 1839. — Ontem recebí as suas cartas de 21 de maio, ([35]) e com ela o maço de decretos que mandou-me para espalhá-los, e bem inteirado do conteúdo dela, respondo a V. Exa. que estou certo do trabalho que V. Exa. havia de ter para aprontar as minhas encomendas que também chegaram ontem pela brevidade com que foram prontas. Muito agradeço a V. S. o boné com que me mimoseou, cujo aceito por conhecer ser dádiva de seu verdadeiro amigo.

(Esta carta termina aquí e cremos não ter sido concluída a cópia, pois há um espaço em branco entre ela e a seguinte, em que acusa o recebimento da que Pedro Chaves lhe escreveu em 8 de junho).

*

Recebí a sua estimadíssima carta de 8 do corrente mês, e não poderá figurar-se a V. Exa. o grande desgôsto que ela me causou, não só por não ser paga a minha letra com também por ser V. Exa. nomeado para a Legação dos Estados Unidos; porque a-pesar-desta nomeação ser muito mais honrosa a V. Exa. vejo que não terei jamais outro nesse lugar, que como V. Exa. coopere para a conservação da causa legal do Brasil, mesmo como amigo para ajudar-me a manter de todo o necessário a esta fôrça que com os nossos trabalhos

(35) Estava, aquí riscado "e 8 do corrente mês".

e sacrifícios pudemos conseguir pô-la no estado em que está, e que muito mais forte ficará si eu encontrasse nesse que vem a mesma coadjuvação e adesão à causa nacional que encontrei em V. Exa. Quanto à letra, a-pesar-de não ser paga eu conheço os poderosos motivos que obrigaram a V. Exa. assim fazer, e por êsse mesmo motivo fiz tirar uma cópia dela, e ontem mesmo oficiei ao comandante interino das armas da província remetendo-a, e pedindo-lhe quanto antes providenciasse para eu ser suprido dos dinheiros precisos ([36]) para manutenção desta fôrça. Pode V. Exa. acreditar que não desanimarei por motivo algum, quando estou certo que logo que o novo presidente e comandante das armas lerem com atenção tudo quanto lhes tenho comunicado darão

---

(36) — Uma cópia da carta de Pedro Chaves, enviou Calderon ao brigadeiro Antonio Corrêa Seára, conforme se vê da carta que a seguir transcrevemos (cópia do arquivo de Calderon):

Ilmo. e Exmo. Sr. — Remeto a cópia junta, da carta do Exmo. Encarregado dos Negócios do Brasil em Montevidéu para que V. Exa. veja que fiquei de um todo sem recurso algum tanto para algum pagamento, como para fornecimentos, e o mais que precisa esta fôrça; portanto é de meu dever pedir a V. Exa. que dê as providências necessárias para que se possa suprir a ela com o que preciso fôr, autorizando V. Exa. para isto ao Exmo. Encarregado dos Negócios que vai para Montevidéu, isto no caso que V. Exa. julgue preciso a estada desta fôrça neste Estado; pois em meu ofício datado de 12 do corrente mês expus tudo quanto julgava de meu dever fazer a bem da causa nacional, sôbre marchar ou não esta fôrça para o Rio Grande; pelo dito ofício V. Exa. verá a escassez de cavalos que há aquí; conhecerá que ainda não está ela pronta de todo o necessário, e de cavalos a três por praça que assim pretendo pô-la montada; e que para tudo isto é preciso dinheiro o que agora fico sem meio algum; porém a-pesar-de tudo quanto agora exponho, e no dito meu ofício de 12 do corrente, V. Exa. julgar precisa a minha junção com esta fôrça ao Exercito, eu a farei logo ainda mesmo a pé, e no caso precise a demora dela aqui, V. Exa. se sirva dar quanto antes as providências que necessita. Em ofício que me dirigiu o ex-presidente comandante das armas da província datado de 6 de maio do corrente ano fazia-me ver que seria bom fazer neste Estado invernada de três mil cavalos a cargo do coronel Jeronimo Jacinto; e no mesmo meu ofício de 12 do corrente lhe fiz ver o quanto está escasso aquí êsse gênero, e que nas províncias de Corrientes e Entre-Rios era agora custosíssimo comprar-se êsse número de cavalos; porém sem embargo disso escreví para todas partes a ver si se podem fazer-se algumas compras dêles, pois é aquela medida da invernada de muito proveito, a meu ver, à causa da legalidade: No caso que encontrem alguns cavalos aquelas pessoas a quem escreví, será preciso dinheiro aquí para pagamento dêles, porque os correntinos não querem receber letras, como já fiz ver no mesmo meu ofício, e porisso será bom

logo todas as medidas precisas para a boa cooperação que julgo fará esta fôrça ao exército, ajudando assim a salvação da província. Pode também V. Exa. com franqueza fazer ver ao Govêrno todas as minhas ponderações que em meus ofícios tenho feito a V. Exa. porque elas são exatas. Nesta mesma ocasião envio a V. Exa. o recibo dos gêneros que me mandou, e não vai o mapa que V. Exa. pede porque está exato o que o tenente-coronel Miz (Martins) já deverá ter entregue a V. Exa. pois ainda não posso dar exata a demasia que tem, por não terem ainda chegado as diferentes partidas que tenho reünido; porém sei que já tem porção de homens reünidos a elas. Sôbre dizer-me V. Exa. que verbalmente fará conhecer ao Govêrno o estado desta fôrça, e o que convém à conservação dela neste Estado, até que o Exército abra a campanha em tempo próprio, direi a V. Exa. que será mui útil a lembrança de V. Exa. pois ninguém conhece tão bem as vantagens que resultarão da conservação dela aquí como V. Exa.

Dou os parabens a V. Exa. pela nomeação que teve, e pelo grande conhecimento que tenho das brilhantes qualidades que o adornam, fico certo dos grandes serviços que prestará V. Exa. à Nação brasileira no seu novo emprêgo, aonde lhe rogo nunca esquecer-se do seu amigo que deixa aquí envolvido nas maiores privações, trabalhos e desgostos, restando-me por último assegurar a V. Exa. que será com toda a firmeza e sempre seu verdadeiro amigo e obrigadíssimo.

(Como todas as cópias da correspondência de Isas Calderon, ou quasi todas, também esta carta não traz assinatura).

---

que a quantia para êste fim esteja ao menos em Montevidéu, pois sempre se fará algum passe.

O portador dêste é o tenente de G. N. do munícipio da Cruz Alta de Cima da Serra, Mello (+) que vai com dois soldados para prestarem aí no exército seus serviços, por pedirem-me e ficarem junto com seus parentes, o que V. Exa. levará a bem.

Deus Guarde a V. Exa. — Acampamento no Arroio Malo 20 de junho de 1839.

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Corrêa Seára, brigadeiro comandante interino das armas da província de S. P. do Sul.

(+) — Bento de Melo Rego.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Ontem recebí o ofício de V. Exa. datado de 21 de maio p.º p.º que acompanhava os objetos que requisitei a V. Exa. para a fôrça do meu mando, os quais também na mesma ocasião chegaram. Junto achará V. Exa. o recibo dos ditos objetos; tendo de agradecer a V. Exa. a brevidade com que os fez aprontar, para chegarem nesta ocasião tão precisa pela nudez em que estava grande parte da dita fôrça, e já estarmos na estação presente. — Deus guarde a V. Exa. — Acampamento em Arroio Malo, 21 de junho de 1839. ([37])

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. P. R. F. Chaves, Encarregado dos Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Estado Oriental do Uruguai em Montevidéu.

B. I. C. Brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. P. Roiz Frz. Chaves. — Campo em Arroio Malo, 21 de junho de 1839. — Ontem junto com as carrêtas, chegou a sua estimada carta de 21 de maio p.º p.º, e por ela vejo o grande trabalho que lhe deu a minha encomenda as quais estão muito a meu gôsto. Encontrei o boné que V. Exa. me ofertou que recebí com prazer por ser dádiva de um verdadeiro amigo, o que muito lhe agradeço. Agora já V. Exa. terá do Rio Grande notícias mais certas que eu, porisso não mando a V. Exa. o que sei por não serem de importância. Recebí o maço de decretos que V. Exa. mandou-me para espalhar, o que já assim principiei a fazer ontem mesmo, e me parece ser de grande proveito esta medida do Govêrno.

Até agora não me apareceu Zeferino Barros, ([38]) e quando venha aproveitarei-o si achar útil.

Sôbre o que me diz V. Exa. do rebelde Guedes, responderei que nada é mais fácil que derrotá-lo; porém não convém por se achar o exército no Rio Grande sem movimento

---

(37) Vejam-se as duas cartas anteriores. No "copiador de ofícios" figura esta carta novamente.

(38) Veja-se o "P. S." da carta de Pedro Chaves a Calderon, datada de 21 de maio de 1839.

algum, e que por êste motivo carregarão-me todas as fôrças, e teria eu que voltar a êste Estado, o que não convém visto não poder-me sustentar naquela província. Estou certo do que me diz sôbre o filho do Muñoz, porém êle por aquí não veiu e estou pensando que iria por Cêrro Largo, e não poderá dispor do negócio antes que saia o exército do Rio Grande mas fica a meu cuidado o fazer-lhe o dano que merece no caso que o encontre.

Tenho a pedir-lhe com instância uma cópia em forma, autorizada por V. Exa., das cópias que remetí a V. Exa. da autorização que truxe do ex-presidente Eliziario quando vim do Rio Grande para êste Estado; pois que até o presente não tenho podido obter de Llamas ([39]) os originais que lhe mandei para fazer presente ao Exmo. General Rivera, cuja espero pelo mesmo portador desta.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. P. R. F. Chaves. — Campo no Arroio Malo, 22 de junho de 1839. — Hoje recebí a estimada carta de V. Exa. de 11 do corrente mês e hoje mesmo respondo-a. Remetendo a V. Exa. o mapa exato da fôrça que se acha aquí acampada, não podendo dar com exatidão o acréscimo que já teem reünido as diferentes partidas que tenho fora a êsse fim, por elas estarem ainda ausentes como fiz ver na minha carta de ontem que fiz ontem mesmo marchar para ser entregue a V. Exa. com brevidade. Todos os mais artigos que trata a sua carta já V. Exa. encontrará respondidos na carta que ontem dirigí a V. Exa. ([40]) como me seja muito preciso nesta fôrça o major de G. Nacionais Agostinho Gomes Jardim ([41]) que se acha no exército em Rio Grande, por constar-me ser de toda probidade, tenho por última cousa a pedir a V. Exa. requisitá-lo ao comandante das armas da província de S. Pedro para vir o dito

(39) D. André Llamas, Ministro das Relações Exteriores.

(40) Há aquí uma frase ilegível, pois dela apenas conseguimos decifrar as seguintes palavras: "os oficiais e superiores de 1.ª e 2.ª linha do exército que estão aquí reünidos"....

(41) E' irmão de José Gomes de Vasconcelos Jardim, primeiro e derradeiro presidente da República de Piratiní. Agostinho Gomes Jardim chamava-se, também, o pai de José Gomes.

major servir aquí, e quando o comandante das armas ponha algum embaraço, espero que V. Exa. alcance do govêrno êste obséquio.

Pode V. Exa. persuadir-se do grande pesar que causou a todos os legalistas que compõem esta o deixar V. Exa. essa Legação, pelos auxílios que êles tem recebido de V. Exa.; e torno a assegurar a V. Exa. a grande estima e consideração que lhe tributa o seu verdadeiro amigo.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. P. R. F. Chaves. — Acampamento no Arroio Malo, 22 de junho de 1839. — Hoje recebí a estimada carta de V. Exa. de 11 do corrente mês, e hoje mesmo respondo-a. Remeto a V. Exa. o mapa exato da fôrça que se acha aquí acampada e o mais que diz respeito ao aumento dela reporto-me ao que na minha carta datada de ontem digo a V. Exa.

Pela observação do dito mapa verá V. Exa. os oficiais e soldados de 1.ª e 2.ª linha que estão reünidos a ela. Todos os demais artigos que contém a sua carta V. Exa. encontrará respondidos nas minhas cartas dirigidas ontem mesa V. Exa.

Como me seja muito preciso nesta fôrça o major de G. N. Agostinho Gomes Jardim que se acha no exército no Rio Grande, por constar-me ser de toda a probidade para o que eu necessito, tenho a pedir, por última cousa, a V. Exa., requisitá-lo ao comandante das armas para vir servir aquí o dito major, e no caso que o comandante das armas ponha algum embaraço, espero que V. Exa. alcance do Govêrno êste obséquio. Também lhe rogo requisitar ao mesmo comandante das armas dois instrutores bons para ajudar a disciplinar e instruir esta fôrça.

Pode V. Exa. ficar certo do desgôsto e pesar que causou a todos os legalistas que compõem esta fôrça, quando souberam da nomeação de V. Exa. para a Legação dos Estados Unidos, pelo auxílio que êles teem recebido de V. Exa.

Eu torno a assegurar a V. Exa. a grande estima e consideração, que lhe tributa o seu verdadeiro amigo **B. I. Calderon.**

Ilmo. e Exmo. Snr. — Como passasse o Uruguai para êste lado o General Lavalleja com Fôrça Entrerriana, a hostilizar êste Estado, e tendo eu anteriormente recebido ordem do Exmo. Comando Intro. das Armas da Província do Rio Grande do Sul ([42]) para marchar com a Fôrça do meu mando a aquele destino, participo a V. Exa. que agora sigo para aquele lugar para por-me em contacto com o Exército portanto tenho a rogar a V. Exca. que todas as letras que apareçam passadas por mim, V. Excia. prontamente as pague para não parecer a minha firma, e o crédito da Nação Brasileira, pois todas elas são passadas para compras de objetos indispensáveis para manter a esta Fôrça como V. Excia. conhecerá pelo ofício que acompanha a cada uma delas. Assim também V. Excia. se servirá pagar duas letras passadas pelo Tenente-Corel. José Antonio Martins uma da quantia de 1:109$000 rs. e outra de 595 pesos que existem nesta praça em poder do Snr. Meireles que foram para compras de armamentos e vestuário que faltava para o completo da mesma Fôrça, que de tudo logo que eu chegue ao Rio Grande prestarei contas ao Exmo. Comando das Armas. Por todo o expendido espero que V. Excia. pagará sem falença as letras que eu saquei contra V. Excia. A Fôrça que eu conduzo poucos homens faltam para 500, e me persuado que na minha marcha excederá a êles, e não mando agora a V. Excia. um mapa da dita Fôrça por não ter tempo. O Coronel Jeronimo Jacinto Pereira está fazendo reünião de Brasileiros para prestar serviços ao Brasil o que participo a V. Excia. por que êle poderá exigir de V. Excia. algum socorro para o dito fim. Parece que os anarquistas estão de combinação com o general Lavalleja por que andam mesclados, e hostilizando juntos a todos, e tiveram três dias de festas em Alegrete, êle junto com Bento Gonçalves, e asseguram que êles foram pelo reconhecimento que fez o General da República de Bento Gonçal-

---

(42) Brigadeiro Antonio Corrêa Seára. Era presidente da província o Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, que fôra empossado em 24 de junho dêsse ano, conservando-se até junho de 1840, quando foi substituído pelo Brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andréa.

ves, porém ignoro se o dito reconhecimento foi autorizado pelo Governador de Buenos-Aires, ou de Entrerrios. Deus Guarde a V. Excia. — Acampamento em Marcha no Arroio da Carpintaria, 8 de agôsto de 1839.

Ilmo. e Exmo. Snr. Encarregado de Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Estado Oriental do Uruguai em Montevidéu. — **B. I. Calderon** — Brigadeiro graduado.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Ontem recebí o ofício de V. Exa. datado de 31 do mês passado, e fico bem inteirado de tudo quanto nele me diz V. Exa.

Nesta mesma data marcho com a fôrça que comando para o Rio Grande a reünir-me ao Exército. Sôbre os cavalos que V. Exa. me diz que os compre, respondo a V. Exa. que já não o posso fazer pelo motivo acima.

Eu tenho comprado em minha marcha até aquí, alguns cavalos, e sacado sua importância sôbre essa Legação, e se achar mais alguns em minha marcha comprarei, porisso rogo a V. Exa. satisfaça todas as letras que apareçam sacadas por mim.

O coronel Jeronimo Jacinto Pereira está também fazendo reünião para marchar para o Rio Grande. — Ds. Ge. a V. Exa. — Acampamento em marcha no Arroio da Carpintaria, 11 de agôsto de 1839. — Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Pedro Roiz Ferz. Chaves, Encarregado de Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Est.º Oriental do Uruguai em Montevidéu. — **B. I. Calderon** — Brigadeiro graduado.

*

Ilmo. e Exmo. Sr. ([43]) — Junto achará V. Exa. um ofício do Exmo. Sr. Tenente General Comandante em chefe do

(43) Esta é a última carta que encontramos entre os papéis que nos foram confiados, de Calderon ao Encarregado de Negócios em Montevidéu. Como se vê, já não é dirigida a Pedro Chaves que desde princípios do ano dizia que deixaria breve a Legação. Na sua última carta a Calderon êle o repete (Carta de 2 de agôsto de 1839). Terminam, pois, aquí as relações entre Pedro Chaves e o brigadeiro graduado.

Exército da Província do Rio Grande do Sul ([44]) que recebí à sêlo volante para remeter a V. Exa.

O portador dêste é o Sr. D. Francisco Aparicio que apresentará a V. Exa. a letra que hoje saquei contra V. Exa.

Minha marcha até êste lugar tem sido bastante demorada pelas muitas águas, enchentes e escassez de cavalos, mas em poucos dias estarei já no território do Brasil. Torno a rogar a V. Exa. o pronto pagamento das letras que aparecerem sacadas por mim, pois pela falta que tive, e tenho de dinheiro foi-me necessário por todo o caminho vir pedindo que aceitassem os vizinhos letras em pagamento das rêzes que eram precisas diàriamente para fornecimento da fôrça do meu mando, e outras de alguns cavalos que tenho comprado para a mesma fôrça. — Deus Ge. a V. Exa. — Acampamento em marcha no Arroio do Alferes, 1.º de setembro de 1839. — Ilmo. e Exmo. Sr. Gaspar José Lisbôa, Encarregado de Negócios do Brasil junto ao Govêrno do Estado Oriental do Uruguai em Montevidéu. — **Bonifacio Isas Calderon,** brigadeiro graduado.

DOCUMENTOS

Documentos a que se refere a nota (32):

Ilmo. Sr. Pelas instruções juntas por cópia, que dei nesta data ao brigadeiro Bonifacio Isas Calderon, bem como do ofício que as acompanhou, ficará V. S. na inteligência da importante comissão de que êle vai encarregado; e muito convém que V. S. não só lhe preste os socorros que êle lhe reclame mas também empenhe sua influência, e zêlo, afim de que se consiga o desejado efeito da mesma comissão; de cujo desempenho podem resultar decisivas vantagens à causa legal, atentas as nossas atuais circunstâncias. — Deus Guarde a V. S. — Pôrto Alegre, 9 de maio de 1838. — **Antonio Elzeario de Miranda e Brito** — Sr. Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves.

---

(44) Tenente general Manoel Jorge Rodrigues, oficial ativo e inteligente mas já quasi octogenário.

Ilm.º Snr. — Sendo mister que v. s. passe ao Estado Oriental com o fim de engajar gente para o serviço da Legalidade cumpre que v. s. parta na Barca de Vapor Liberal ([45]) para o Rio Grande, e de lá seguirá a fronteira do Chuí, ou do Jaguarão, e começará logo a fazer os engajamentos na forma das Instruções juntas: e porque algumas praças haverão nas fronteiras ditas, estas que engajar poderão vir para serem reünidas as praças dos corpos que estiverem nas margens do Rio de São Gonçalo, contanto que não sejam praças desertadas dos mesmos corpos, porque nesse caso devem neles entrar sem engajamento como lhe cumpre.

Como não é possível v. s. levar daquí somas suficientes para fazer êsses engajamentos poderá pedir dinheiros na passagem aonde os achar, sacando sôbre o Presidente da Província para lhe fazer pronto pagamento, ou em Pôrto Alegre, ou no Rio Grande por alguma das Pagadorias

Inclusa encontrará também v. s. uma Portaria autorizando-o a poder seguir a sua comissão, e que poderá apresentar a qualquer das autoridades do Estado Oriental.

Não buscará v. s. ter a menor ocasião de desinteligência ou cousa que de algum modo possa escandalizar d. Fruto Rivera com quem se não deve ser hostil, nem tão pouco dar algum passo, que possa causar desconfiança ao Govêrno Legal do Estado Oriental, que felizmente se acha na melhor inteligência com o Govêrno Imperial: o Brasil quer neutralidade, e só pretende que nem um nem outro dos contendores daquele Estado protejam os anarquistas. — Com D. Fruto andam muitos Brasileiros, e portanto êle deverá não ter no menor ponto ocasião de incomodar esta Província de quem êle não

---

(45) A barca "Liberal" foi o primeiro navio a vapor que navegou no Rio Grande do Sul e, segundo afirmou William Scully em sua obra *Brazil, its-provinces and chiefs cities*, o primeiro em todo o Brasil, o que é evidente engano do ilustre viajante inglês, pois já em 1819 fôra inaugurada a navegação a vapor na Baía. A barca "Liberal" foi mandada construir por uma sociedade da qual faziam parte: Domingos José de Almeida, Antonio José Gonçalves Chaves, José Vieira Viana e Bernardino José Marques Canarim. Saiu do estaleiro em meados de setembro de 1832 e no dia 30 dêhse mesmo mês fez as primeiras experiências no rio São Gonçalo. Em 1836 o govêrno tomou conta da barca, armando-a em navio de guerra.

tem o menor escândalo. Eu confio, não só que v. s. fará tais engajamentos e mais cousas recomendadas, mas também que virá quanto mais depressa lhe fôr possível coadjuvar-nos na importante luta, e no que v. s. é tanto mais interessado quanto foi o revez que recentemente sofreu no Rio Pardo.

Outra cousa muito importa também que v. s. pratique, e vem a ser o falar ao Tenente-Coronel Medeiro, ([46]) e se com êle estiver José Rodrigues, para que êles venham logo reünirem-se à Divisão de São Gonçalo, afim de que tudo organizado e em boa ordem se poder depois abrir com felicidade.

Leva v. s. portaria para que os chefes da legalidade lhe obedeçam em tudo que fôr concernente ao Serviço Imperial, e à reünião geral sôbre São Gonçalo. Igualmente verá v. s. se reúne a gente do Siqueira, e mais honrados Legalistas para virem formar Corpo conosco; porque só dêste modo se poderá tirar partido de seus bons serviços, os quais isolados de nada poderão aproveitar.

V. S. se entenderá não só comigo, porém também com o sr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, encarregado dos Negócios em Montevidéu, para o que carecer, e buscará que as correspondencias para uma e outra parte sejam muito ativas, afim de que eu e o dito Encarregado de Negócios de tudo ao fato darmos providências a tempo, e podermos bem aproveitar os bons serviços que v. s. fará nesta sua comissão, que muito o distinguirá sendo, como é de esperar, nela feliz. Deus Guarde a v. s. Pôrto Alegre, 9 de maio de 1838. — Antonio Elzeario de Miranda e Brito. — Snr. Brigadeiro Bonifacio Isás Calderon

"Instruções" a que se refe o ofício desta data.

1.º — O snr. Brigadeiro Bonifacio Isás Calderon se dirigirá ao Rio Grande e de lá pela Fronteira de Chuí e por todos os pontos que poder do Estado Oriental engajará Cidadãos Brasileiros, e ainla alguns que não o sendo tenham já servido no Brasil; e então poderá verificar êste engajamento até a quantia de 100$000 cada um que serão pagos afora os seus soldos, e mais vencimentos a razão de 10$000 por mês, até completar o total de semelhante ajuste.

---

(46) Coronel Antonio de Medeiros Costa, valente legalista.

2.º — Os engajados serão obrigados a servir durante a presente luta se sua saúde os não impedir.

3.º — Cada um dêles poderá trazer 3 cavalos bons para sua montaria; os quais lhe serão pagos pelos seus respectivos valores.

4.º — Vencerá cada homem engajado desde o dia em que começar a servir o mesmo que vence um soldado de cavalaria voluntário, sendo tratado no Hospital e tendo todas as mais vantagens que são concedidas à tropa regular.

5.º — Serão os mesmos engajados como Tropa regular, e como tal sujeitos às regras disciplinares.

6.º — Buscarão vir com suas armas, e quando cheguem ao Território Brasileiro, ou receberão outras, ou se lhe pagarão as que troxerem, se porventura estas forem boas; e quando o respectivo Corpo se dissolver entregarão as praças dêle as Armas que não forem suas.

7.º — Terão as engajadas fardamento como as demais praças do Exército Brasileiro.

8.º — As peças de Armamento que perderem não sendo em peleja, serão pagas a custa dos mesmos engajados.

9.º — Os oficiais terão vencimento de suas Patentes de Comissão; e se forem de linha reformados terão conjuntamente com os outros o que lhe pertencer pela reforma.

10.º — Quando a fôrça for despedida não terão os indivíduos dela direito a mais algum vencimento desde o dia em que assim deixarem de servir.

11.º — Finalmente a fôrça que se fôr desta sorte reünindo será organizada em Companhias e Esquadrões, que deverão entrar na Província, ou por Santa Tereza, ou por Jaguarão, conforme as circunstâncias exigirem, de modo que em agôsto, ou quando muito em setembro futuro possam servir ativamente. Além disto mandará para a Divisão da Esquerda o Snr. Brigadeiro porção de cavalos, que serão pagos na entrega a quem os trouxer, pelo preço razoável porque forem ajustados.

Palácio do Govêrno em Pôrto Alegre, 9 de maio de 1838 — **Antonio Elzeario de Miranda e Brito.**

Documentos a que se refere a nota (34):

E' interessante ver-se o caderno de "Caixa" da fôrça do brigadeiro Calderon, caderno que denominou "para lançamento de todo o recebimento de dinheiro tanto em letras como em moeda que fica em carga ao Exmo. Brigadeiro Bonifacio Isas Calderon. Servindo também para lançamento de todas as despesas que o mesmo brigadeiro tem feito com as praças e a fôrça que reüniu, nas Missões Ocidentais, e neste Estado Oriental do Uruguai; tendo o seu princípio desde seis do mês de junho de 1838, que veiu do Rio Grande do Sul".

Os lançamentos dêste caderno começam em 30 de março de 1839, e vai até 18 de outubro do mesmo ano. Na última página do caderno figuram alguns lançamentos de 1838 e um de 1837, janeiro 30. Os lançamentos, porém, não estão muito claros. Entre os papéis, porém, encontramos o seguinte rascunho (sem data) de conta corrente:

A FAZENDA PÚBLICA EM CONTA CORRENTE COM O BRIGADEIRO GRADUADO

DEVE a saber:	em moeda cr.	em prata
Imp. recebida em letras e moeda corrente	7:279$300	
Imp. recebida em letras e em moeda prata		21:478$792
Imp. de 384 onças d'ouro recebidas em letras e moeda, no Estado Oriental, onde foram gastas a 16 pata- em letras e moeda, no Estado Oriental, onde foram gastas a 16 patacões prata cada uma como alí correu, foz o total em prata de 6:144 patacões a 960 rs. cada um, importa em....		5:898$240
Saldo a meu favor para a conta em frente		1:005$620
S. T. S. E. O. Rs.:	7:279$300	28:382$652

HAVER a saber:	em moeda cr.	em prata
Despendido compras de gêneros para vestuário como consta do docto. N.º 1-2		739$592
Despendido em compra de carne para fornecimento como consta de docts. Ns. 3 a 38.....	1:552$320	
		6:160$290
Despendido com gêneros para fornecimento como consta nos docts. Ns. 39 a 47	100$980	
		1:348$660
Desp. com armamentos como consta dos docts. Ns. 48 a 54....		1:597$180
Desp. com armamentos como consta de docts. Ns. 55 a 57.....		650$140
Desp. com cavalhadas como consta dos docts. Ns. 58 a 84,....	5:626$000	
e N.º 101		8:760$400
Desp. com as partidas como consta dos docts. Ns. 85 a 90.....		3:586$750
Desp. com soldos, como consta dos docts. Ns. 91 a 94.....		5:123$180
Desp. com os doentes como consta dos docts. Ns. 95 a 99....		51$660
Desp. com gastos extraordinários, como consta dos docts. Ns. 99 e 100		364$800
Soma total Rs.:	7:279$300	28:382$652

Êste rascunho, quer parecer-nos não ser mais do que um resumo do caderno "caixa", si bem um pouco alterado, pelo que conseguimos *decifrar* no tal caderno.

Há ainda, entre os papéis, outro caderno com os seguintes dizeres: "Caderno para lançamento dos objetos que tem recebido de diferentes partes para a fôrça de Cavalaria do comando do Exmo. brigadeiro Bonifacio Isas Calderon — 1839" — "A-pesar dessa data, o caderno começa no ano de 1836, 1.º de julho, e não trata de objetos e sim de dinhei-

MAPA DAS PRAÇAS QUE COMPÕEM ESTA FÔRÇA... (ilegível)... IMIGRADA NO ESTADO ORIENTAL DO URUGUAI

Acampamento no arroio de Botoví, 10 de junho de 1839.		Estado maior							Oficiais de comp.				Oficiais inferio.						
		Brig. gr.º	Ten-cor.	Mjr. gr.º	Alf. Ajud.	D.º Ql. M.	Sg.º Ajud.	Ditos Qs. Mestres	Capitães	Tenentes	Alferes		1os. sargentos	2os. Ditos	Furriéis	Cabos de esquadra	Tamboreiros	Soldados	Total
Corpo de G. N. do municipio de Alegrete	1.ª C.º	1	1		1		1		2	2	4		1	1	1	4		44	63
	2.ª D.ª												1		1	4		26	32
	3.ª D.ª					1		1	1	2	1		1	3		2		32	44
	4.ª D.ª									1						4		24	29
	5.ª D.ª								1		1		1	1	1	4		32	41
Que inda não tem comp.									1		1							2	4
Soma		1	1		1	1	1	1	5	5	7		4	5	3	18		160	213
Esquadrão de lanceiros de Missões	1.ª C.º						1	1	2	1	1		2	2	1	8	2	39	60
	2.ª D.ª								1	1	1		1	1	1	8	1	55	70
	3.ª D.ª								1	1	1		1	2	2	5		38	51
Soma							1	1	4	3	3		4	5	4	21	3	132	181
Soma total dos corpos		1	1		1	1	2	2	9	8	10		8	10	7	39	3	292	394

Nacionais = Desertou o soldado da 1.ª Comp. João Manuel a 10 de março de 1839. — Veiu a 18 1 C.º da 5.ª e passaram 3 soldados para lanceiros.
1.ª Comp. reüniu-se 1 soldado e desertaram 3 ditos.
Passou para a 5.ª o alferes Barreto. — Vieram da 4.ª 11 soldados. — Passaram a 1.ª 3 e para a 2.ª C.º 1 dito.
2.ª Desertaram 2 soldados e veiu da 1.ª um dito.
3.ª Teve a diferença de 6.151 rs. para menos, diz que foi engano. .... (ilegível) ...
5.ª Veiu da 1.ª um alferes. Passou a ..... (ilegível) ...

Lanceiros = Desertou da 1.ª comp. o soldado Fermiano Paiva a 23 de maio de 1839.
Desertou da 2.ª comp. o soldado José Bertoldo 2.º a 26 de maio de 1839.

Aumentou-se o capitão Viana, alferes Viana e 2 soldados.

Observações

Vai incluído no corpo de G. N.: um brigadeiro graduado, um capitão, 2 tenentes e 2 alferes e oito soldados que são dos corpos de cavalaria de 1.ª linha. = Assim mais um tenente-coronel do extinto corpo de cavalaria de 2.ª linha N.º 23 ([47]). = Nos capitães de esquadrão de lanceiros, vai incluído um major graduado que comanda o mesmo esquadrão. ([48])

---

(47) O tenente-coronel que a lista não menciona, mas figura em outro documento, "relação de oficiais que se tem apresentado ao brigadeiro Calderon", é José Antonio Martins, o famoso Mingote Martins. A data em que se apresentou é 4 de abril (1839).

(48) Êsse major graduado que vai incluído no número dos capitães de lanceiros, é João André de Almeida, que assina uma proposta para promoções como "major comandante".

RELAÇÃO NOMINAL DOS OFICIAIS DE 1.ª LINHA de cavalaria do Exército, que se acham reünidos à fôrça legal brasileira de meu comando, imigrada no Estado Oriental do Uruguai.

O capitão José Antonio Mainart; tenente Inácio Joaquim de Camargo = do 3.º corpo; tenente reformado Joaquim da Silva Teles Queiroz = era do mesmo; alferes Bento de Melo Rego = do 3.º dito; dito Manuel Guterres.

Acampamento no arroio Botoví 10 de junho de 1839.

Soldados: Manuel Antonio = do 2.º corpo de cavalaria; José Benedito = dos caçadores de 1.ª linha; Joaquim da Silva = do 3.º de cavalaria; Claudino de Almeida = idem; Evaristo de Souza = idem; Antonio Mariano = idem; Laurindo José de Maio = idem; Florentino Manuel Francisco = idem.

Serafim de Alencastre

Alvaro de Alencastre

O MILITAR

Serafim Joaquim de Alencastre era filho do brigadeiro reformado Joaquim Antonio de Alencastre. Assentou praça em 1824. Nasceu em 1809. Foi promovido a alferes em 12 de outubro de 1827. Fez as Campanhas da Banda Oriental do Rio da Prata desde 22 de abril de 1825 até 12 de outubro do mesmo ano, data em que caíu prisioneiro no combate do Sarandí. Tomou parte no levante de prisioneiros, na passagem do Paraná, apresentando-se em Montevidéu a 29 de março de 1826, figurando na continuação da campanha até a sua conclusão em outubro de 1828, assistindo à Batalha de Ituzaingó.

Em 1839 foi declarado ausente sem licença. Apresentou-se em Caçapava às fôrças imperiais a 8 de novembro de 1843 e recebeu o título de anistia em sete de novembro de 1844. Em 1847 ficou pertencendo ao estado maior de 2.ª classe. Em abril de 1851 foi nomeado escriturário, exercendo as funções de oficial maior da Repartição da Secretaria Militar da Presidência. (Notas da fé de ofício, existentes no arquivo do Ministério da Guerra).

Alencastre foi ajudante de ordens de Bento Manuel, quando o ilustre cabo de guerra comandava tropas farroupilhas. Êle subscreve a ordem do dia, publicada no "O Povo" de 10 de janeiro de 1839.

Em 1 de fevereiro de 1838 tomou parte no ataque à lancha número 2 e às canhoneiras imperiais 7 e 8. O general

Bento Ribeiro refere-se aos ajudantes de ordens da seguinte maneira: "Os ajudantes de ordens do General preencheram completamente as funções de seus postos, expedindo todas as ordens com rapidez e audácia por entre um chuveiro das balas que arrojava o inimigo".

Foi promovido a capitão a 1.º de setembro de 1838 e a 10 de março de 1839 a major.

Já tenente-coronel a 13 de dezembro dêste ano foi nomeado ministro da guerra e da marinha. O decreto que o nomeou é uma consagração, porque está assinado por dois dos maiores vultos da República: Domingos de Almeida e Mariano de Matos.

Vejamos o decreto de nomeação que é um documento originalíssimo: "Caçapava, 18 de dezembro de 1839. Quinto da Independência e da República Rio-Grandense. Sendo indispensável organizar-se o Ministério para não sofrer o expediente de cada uma das Repartições Correspondentes, concorrendo na pessoa do tenente-coronel Serafim Joaquim de Alencastre os requisitos necessários para bem desempenhar as funções inerentes a quaisquer das referidas Repartições, a-pesar-da repugnância que tem manifestado em aceitar tão laborioso encargo, o Vice-presidente da República há por bem nomeá-lo interinamente Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e da Marinha".

O primeiro ato de Alencastre foi o indulto para aqueles que tinham abandonado as fileiras revolucionárias. Depois fez a chamada geral dos cidadãos para o serviço das armas. Diz Alfredo Varela na "A Grande Revolução" que a medida foi executada com grande rigor.

Por ato de 18 de dezembro de 1839 mandou fuzilar 4 criminosos, pondo em execução o decreto que estabeleceu a pena de morte para traidores e autores de crimes, "depois de precedidas as formalidades estabelecidas pela praxe e prescritas pela religião dos nossos maiores".

Três fatos dos mais importantes para a Revolução Farroupilha deram-se no Ministério de Alencastre: a tomada de Caçapava por Calderon e o ataque à mesma capital por

Manduca Cipriano, que pretendeu repetir a proeza da tomada da capital da República e o combate de Taquarí.

Ao assumir Alencastre as funções de ministro da guerra, reconhecendo que se achava a capital farroupilha exposta a um golpe de mão, ordenou a João Antonio, que avançava para o Norte, que voltasse afim de cobrir a capital, exposta e ameaçada de um ataque por parte de Calderon. João Antonio desobedeceu à ordem, pretestando não poder alterar os seus movimentos que correspondiam ao plano geral de operações.

Como Alencastre previa, Calderon passa o São Gonçalo e a marchas forçadas dirige-se para a Capital republicana, inteiramente desprotegida. O Govêrno abandonou Caçapava, onde Calderon penetra poucas horas depois.

Retirando Calderon, Alencastre limpou em pessoa o município de adversários que o infestavam e 4 dias depois entrava na Capital.

O ataque de Manduca Rodrigues foi uma surpresa. A princípio apoderou-se de uma parte da Vila. Tendo Alencastre reünido recursos, ataca-o; Manduca retira sendo por Alencastre perseguido durante quatro léguas tomando-lhe êste a cavalhada e obrigando-o a dissolver-se em pequenos grupos para se salvar.

O combate de Taquarí foi o maior que travaram os adversários em luta. O marechal Jorge Rodrigues comandou nele 7.000 homens e Bento Gonçalves 6.000.

A República Farroupilha não repetiu o fato de armar e equipar outro exército nessas condições, de modo a poder enfrentar o maior exército imperialista que se apresentou em campo durante a Revolução.

O fato de armar, equipar e municiar um Exército de 6.000 homens com as dificuldades que tinha a República, bem demonstra a capacidade do homem que estava à frente do Ministério da Guerra e da Marinha.

Assumindo em maio de 41, Bento Gonçalves a Presidência da República foi Alencastre exonerado do Ministério e nomeado para uma comissão de estado maior.

O POLÍTICO

Foi incontestàvelmente Alencastre uma figura política de destaque na República Farroupilha.

Era republicano histórico. Em 1832 foi retirado da fronteira por Bento Gonçalves por andar fazendo propaganda em favor da idéias republicanas. Vejamos o ofício de Bento Gonçalves que trata do assunto:

"Ilmo. Snr. Em resposta ao ofício de V. Ex., datado de 3 do corrente que incluo por cópia o de V. Ex., o Snr. Presidente para, fazer retirar os Guardas Nacionais que tem estado em serviço, cumpre-me dizer à V. Ex. que imediatamente dei cumprimento, fazendo retirar ditos guardas, não obstante que fica a Linha de Jaguarão inteiramente descoberta, no entanto quer o pérfido Presidente da República Oriental continuar alarmando aquele estado e conserva sôbre a nossa fronteira uma fôrça armada ao mando do português Possolo, o qual blasona pùblicamente que em muito breve tempo estarão as armas orientais sôbre Pôrto Alegre em auxílio dos brasileiros republicanos, que êles dizem lhes pedem proteção. Ignoro quem sejam tais brasileiros, mas posso assegurar a V. Ex. que êles estão imbuídos disso com a linguagem dos célebres alferes Amaral, Alencastre e João Ignacio, o administrador da Mesa Fiscal, com os quais conserva uma correspondência secreta, além das conferências que tem tido com os agentes de Fruto. O alferes Alencastre já fiz seguir para essa e Amaral hoje segue igualmente e desejo que não tornem êsses malvados a êste lugar, onde com partes de doentes só se ocupam em esparramar pasquins contra V. Ex., o Snr. Presidente e contra mim e outros. Deus guarde a V. Ex. — Cerrito, 20 de novembro de 1832 (Revista do Instituto Histórico do Rio Grande).

Ilmo. - Exmo. Snr. General Sebastião Pereira Pinto

Bento Gonçalves da Silva

Coronel Comandante da Fronteira".

Êsse documento prova que já havia republicanos antes de 35 a fazerem propaganda dos seus ideais, sem se preocupar com as dificuldades e os perigos decorrentes. Alencastre devia ser o mais inconveniente e perigoso, porque foi retirado em primeiro lugar.

O resultado das eleições para deputados à Constituinte republicana é digno de ser conhecido, porque é uma revelação de valores. Darei a votação das principais figuras da República:

Vigário Chagas Martins	3.025
Manuel Lucas	2.987
Alencastre	2.982
Silvano	2.890
Sá Brito	2.874
Padre Freitas Pedroso	2.823
Mariano de Matos	2.694
Gomes Jardim	2.534
Ministro da Justiça Pedroso	2.522
Vicente Fontoura	2.474
General João Antonio	2.068
Ulhôa Cintra	1.964
Bento Gonçalves	1.897
Domingos de Almeida	1.841
Sebastião Amaral	1.837
Onofre Pires	1.607
General Neto	1.253
General Canabarro	855

O resultado dessa eleição é sugestivo. Coloca Alencastre acima dos vultos mais eminentes da República. Aos trinta anos era Alencastre ministro da guerra e da marinha.

Já se pode ir formando juízo sôbre os mais eminentes personagens da República Farroupilha depois das publicações do nosso Instituto Histórico e da formidável documentação, que ilustra a "Grande Revolução" de Alfredo Varela, das publicações de Souza Doca, Eduardo Duarte, Aurelio Porto, Florencio de Abreu, Dante de Laytano, Walter Spalding, Canabarro Reichardt e muitos outros.

A Revolução de 35 teve figuras impressionantes. Tipos magníficos, Bento Gonçalves que caíu, sob o pêso de infelicidades políticas e militares, era um tipo extraordinário. Neto, um lidador estupendo. Canabarro, esplende como a organização de um lutador destemeroso e inesgotável.

E' só agora que se vai fazendo luz sôbre outras figuras, que sem serem estrêlas de primeira grandeza, tiveram relêvo na política, ainda não bem conhecida.

Alencastre fez parte da Constituinte, como membro da maioria. Êle e seu amigo Sebastião do Amaral abandonaram-na por causa do projeto de suspenção de garantias.

Foi eleito 1.º secretário da Mesa. Único membro dela que foi reeleito. Foi o deputado mais assíduo às sessões e um dos que tiveram maior atuação. A sua oposição foi franca e enérgica. Chamou por diversas vezes o Govêrno Discrecionário a contas.

O jornal "O Americano" publicado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande, traz luz sôbre êsses acontecimentos.

Durante as reüniões da Constituinte a atmosfera política era escaldante. A minoria enérgica e destemerosa atribuiu injustamente a Bento Gonçalves o assassinato de Paulino Fontoura.

A adesão de Alencastre e de Sebastião do Amaral foi atribuída à influência de Paulino Fontoura.

A minoria publicou um manifesto violentíssimo contra Bento Gonçalves e os seus ministros. Foram signatários dêsse documento político, que está publicado no livro de Alfredo Varela, os seguintes oposicionistas: General João Antonio, deputado Sebastião do Amaral, deputados Frazão, martins Lemos, Martins d'Avila, Vicente Fontoura, General Canabarro, Serafim de Alencastre, Serafim França, Pedroso de Alburquerque, Onofre Pires, Vicente Lucas, Siverio, Nepomuceno Prates e Manuel Pereira. Muitos dêsses deputados não tomaram assento na Assembléia Constituinte. (Souza Doca). (1)

---

(1) E' o presente trabalho um resumo de outro, de maior fôlego, sôbre Serafim de Alencastre, intitulado: "Uma página da Revolução Farroupilha".

INDICE

Centenário Farroupilha 3
Evocação ao Rio Grande — Fernando Callage 7
Comemoração do Centenário Farroupilha — Dr. Leonardo Macedonia 13
Os supremos objetivos da jornada de 35 — Dr. Fernando Luis Osorio 25
Bento Gonçalves e Lavalleja — 1.º ten. H. O. Wiedrspahn 57
Uma biografia frustrada — Walter Spalding 79
Tradição histórica — Leopoldo de Freitas 97
Pedro Chaves e Bonifacio Isas Calderon — Walter Spalding 103
Serafim de Alencastre — Alvaro de Alencastre 157

57316

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. Antão de Faria.
Cel. Aurelio Porto.
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAPHIA E PALEONTOLOGIA:

Dr. Alfredo Clemente Pinto.
Dr. Leonardo Macedonia.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Antão de Faria.
Dr. Darcy Azambuja.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SOCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Marzeron.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano	15$000 rs.
Por fascículo trimestral	4$000 rs.
Preço da coleção até 1930	1:000$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.